



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVIII – Nº 034 – QUARTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2003 – BRASÍLIA - DF**

---

MESA		
<p><b>Presidente</b> <i>José Sarney – PMDB – AP</i> <b>1º Vice-Presidente</b> <i>Paulo Paim – PT – RS</i> <b>2º Vice-Presidente</b> <i>Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</i> <b>1º Secretário</b> <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> <b>2º Secretário</b> <i>Alberto Silva – PMDB –PI</i></p>		<p><b>3º Secretário</b> <i>Heráclito Fortes– PFL – PI</i> <b>4º Secretário</b> <i>Sérgio Zambiasi – PTB – RS</i> <b>Suplentes de Secretário</b> <b>1º João Alberto Souza – PMDB – MA</b> <b>2º Serys Slhessarenko – PT – MT</b> <b>3º Geraldo Mesquita Júnior – PSB – AC</b> <b>4º Marcelo Crivella – PL – RJ</b></p>
<p><b>CORREGEDORIA PARLAMENTAR</b> <b>Corregedor (1)</b> <i>Romeu Tuma – PFL - SP</i> <b>Corregedores Substitutos (1)</b> <i>Hélio Costa – PMDB - MG</i> <i>Delcídio Amaral – PT - MS</i> <i>Teotônio Vilela Filho – PSDB - AL</i></p>		<p><b>PROCURADORIA PARLAMENTAR</b></p>
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 24</b> (PT, PSB, PTB, PL)</p> <p><b>Líder</b> <b>Tião Viana</b></p> <p><b>Vice-Líderes</b> <b>Antonio Cartos Valadares</b> <b>Magno Malta</b> <b>Fernando Bezerra</b> <b>Roberto Saturnino</b> <b>Ana Júlia Carepa</b> <i>Flávio Arns</i> <i>Ideli Salvatti</i> <i>Geraldo Mesquita Júnior</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> <i>Aloizio Mercadante</i></p> <p><b>Vice-Líder</b> <i>João Capiberibe</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Patrícia Saboya Gomes</i></p>	<p><b>LIDERANÇA DO PMDB - 20</b></p> <p><b>Líder</b> <i>Renan Calheiros</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b> <i>Juvêncio da Fonseca</i> <i>Hélio Costa</i> <i>Sérgio Cabral</i> <i>Luiz Otávio</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Garibaldi Alves Filho</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL - 18</b></p> <p><b>Líder</b> <i>José Agripino</i></p> <p><b>Vice-Líderes</b> <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Paulo Octávio</i> <i>Demóstenes Torres</i> <i>Efraim Moraes</i> <i>Rodolpho Tourinho</i> <b>José Jorge</b></p>	<p><b>LIDERANÇA DO PSDB – 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Arthur Virgílio</b></p> <p><b>Vice-Líderes</b> <b>Romero Jucá</b> <b>Antero Paes de Barros</b> <b>Lúcia Vânia</b> <b>Leonel Pavan</b></p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT - 4</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Jefferson Péres</b></p> <p><b>Vice-Líderes</b> <b>Almeida Lima</b> <i>Alvaro Dias</i></p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Mozarildo Cavalcanti</b></p> <p><b>Vice-Líder</b> <b>Patrícia Saboya Gomes</b></p>

(1) Eleitos em 25/03/2003.

EXPEDIENTE	
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i>  <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b>  <i>Júlio Werner Pedrosa</i>  <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b>  <i>José Farias Maranhão</i>  <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i>  <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b>  <i>Sérgio Castro</i>  <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b>  <i>Denise Ortega de Baere</i>  <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 25. 03. 2003

## PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA COMUNICA ÀS SENHORAS E SENHORES SENADORES QUE COMPARECERÁ AO PLENÁRIO DO SENADO, QUINTA-FEIRA, ÀS QUATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SENHOR MARCIO THOMAZ BASTOS, A FIM DE PRESTAR ESCLARECIMENTOS ACERCA DA VIOLÊNCIA URBANA E DESCRIMINALIZAÇÃO DE DROGAS.

# SENADO FEDERAL

---

## SUMÁRIO

---

### 1 – ATA DA 30ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE ABRIL DE 2003

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 70, de 2003 (nº 102/2003, na origem), de 26 de março último, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Marcelo Andrade de Moraes Jardim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional..... 05616

Nº 71, de 2003 (nº 103/2003, na origem), de 26 de março último, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. .... 05620

Nº 72, de 2003 (nº 105/2003, na origem), de 28 de março último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2002, que altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002; 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza, para as operações adquiridas pela União sob a égide da Medida

Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, que se enquadram na Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, a substituição dos encargos financeiros pactuados; e dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.646, de 28 de março de 2003..... 05625

#### 1.2.2 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 294, de 2003, do Tribunal de Contas da União, encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 245, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Proposta de Decisão que o fundamentam, referente à auditoria nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba/PI (TC nº 926.911/1998-8). (Anexado ao processado do Aviso nº 82, de 2002, do Congresso Nacional). À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 05625

Recebimento do Aviso nº 294, de 2003, na origem, de 19 de março último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 245/2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizado nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba/PI, objetivando obter informações para o atendimento do disposto no inciso I do art. 79 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999. (Anexado ao Aviso nº 3, de 2002). À Comissão de Fiscalização e Controle. .... 05625

Recebimento do Aviso nº 5, de 2003 (nº 237/2003, na origem), de 12 de março último, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 196/2003–TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre representação formulada por equipe de analistas daquela Corte acerca de efeitos financeiros provocados pela aplicação gradativa de percentuais redutores nos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (TC – 003.037/2001-2). À Comissão de Fiscalização e Controle. .... 05625

### 1.2.3 – Ofício

Nº 93/2003, de 31 de março último, de substituições de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 113, de 2003. Serão feitas as substituições solicitadas. .... 05625

### 1.2.4– Discursos do Expediente

SENADOR PAULO OCTÁVIO – Participação de S. Exª em solenidade organizada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal de inauguração do elevador destinado a deficientes físicos no Memorial JK, em Brasília. Justificativas a projeto de lei de autoria de S. Exª que estabelece a fabricação de cédulas de dimensões diferenciadas e com marcas e signos destinados a facilitar a identificação pelos deficientes. .... 05627

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Expectativas quanto à abrangência da reforma tributária proposta pelo Governo Federal. .... 05628

SENADOR JOÃO RIBEIRO – Registro da presença em Plenário do Deputado Estadual Flávio Gomes. Regozijo com a revitalização pelo Governo Estadual do Projeto Bolsa Cidadã em Tocantins. .... 05631

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Defesa de implementação de políticas municipais como instrumento de desenvolvimento da economia nacional. .... 05633

SENADOR JEFFERSON PÉRES, como Líder – Congratulando-se com o Presidente da República pelo anúncio do novo valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de abril. .... 05638

SENADORA IDELI SALVATI – Protestos contra o procedimento adotado pelo Corregedor-Geral da Receita Federal, dando ensejo a uma investigação oficiosa de denúncia anônima sobre a cobrança de propina por fiscal daquele órgão. .... 05639

SENADOR JOÃO ALBERTO CAPIBERIBE – Cobrança de investigação da destinação dos recursos da Sudam nos últimos três anos. .... 05640

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA, como Líder – Participação de S. Exª em evento da Associação Comercial do Maranhão de entrega do Título Empresário do Ano a Antônio Baldez. Otimismo

em relação aos resultados da implantação do Programa Fome Zero, do Governo Federal. .... 05641

SENADOR PAULO PAIM – Reivindicação de definição da data-base de reajuste para os aposentados e pensionistas, concomitantemente com o do salário-mínimo, em 1º de maio. .... 05641

SENADOR LEONEL PAVAN – Reivindicação de liberação de recursos destinados à conclusão da duplicação da BR-101, em Santa Catarina. .... 05642

SENADORA HELOÍSA HELENA – Considerações sobre a votação de proposta de emenda à Constituição que possibilita a regulamentação da autonomia do Banco Central. .... 05643

### 1.2.5– Leitura de requerimentos

Nº 185, de 2003, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante, Tião Viana e Eduardo Suplicy, que conclama aos governos dos países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que convoquem reunião de emergência daquele organismo para debater estratégias que visem fazer cumprir a Resolução nº 1.441 de forma pacífica e cessar de imediato a intervenção militar no Iraque. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. .... 05644

Nº 186, de 2003, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, solicitando a retirada do Requerimento nº 146, de 2003, de sua autoria, que requer, nos termos do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que a Mesa solicite, por escrito, ao Ministro-Chefe da Casa Civil informações sobre quais as providências que foram adotadas pelo Governo em relação ao uso de veículo oficial, de uso exclusivo da Presidência da República, para o transporte de animal doméstico para a residência oficial da Granja do Torto, onde se realizava a terceira Reunião Ministerial do atual Governo, publicada na capa do jornal **O Globo**, do dia 20 de março de 2003, além da repercussão no jornal **O Estado de S. Paulo**, da mesma data, conforme matéria anexa. **Deferido.** Ao Arquivo. .... 05645

Nº 187, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de aplauso ao militar sergipano Sr. Álvaro Jorge, aprovado em processo de seleção para integrar missão da ONU. À publicação. .... 05645

Nº 188, de 2003, de autoria do Senador Álvaro Dias e outros senadores, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda, a remessa do relatório final do Banco Central do Brasil, sobre as causas que levaram ao saneamento financeiro, intervenção e conseqüente privatização do

Banco do Estado do Paraná. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para apresentar parecer no prazo máximo de duas reuniões ordinárias. .... 05645

### 1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 95, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que dispõe sobre a privacidade na Internet. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa. .... 05646

Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2003, de autoria do Senador Duciomar Costa, que acrescenta § 5º ao artigo 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com vista a permitir aos estados ou municípios a restituição de parte da compensação financeira pela exploração de recursos minerais a que fazem jus, em razão do § 2º do mesmo artigo, para empresas mineradoras que implantarem a verticalização da indústria mineral no estado ou município onde se situar a lavra. Às Comissões de Assuntos de Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. .... 05646

Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o § 1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho. À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. .... 05649

### 1.2.7 – Ofício

Nº 61/2003, de 26 de março último, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Educação. Designação do Senador Antero Paes de Barros, como titular, para compor a referida Comissão. .... 05649

### 1.3 – Ordem do Dia

#### Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 79, de 2002, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada** em virtude da falta de acordo das Lideranças. .... 04649

#### Item 2

Medida Provisória nº 80, de 2002, que altera o art. 5º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. **Apreciação sobrestada**. .... 05650

#### Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 83, de 2002, que dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de traba-

lho ou de produção e dá outras providências.

**Apreciação sobrestada**. .... 05650

#### Item 4

Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2001 (nº 1.277/2001, na Casa de origem), que estabelece, nos crimes de homicídio e lesão corporal, causas de aumento de pena. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2003). **Apreciação sobrestada**. .... 05650

#### Item 5

Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal. (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2001). **Apreciação sobrestada**. .... 05650

#### Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal (acrescenta aos direitos sociais, a alimentação). **Apreciação sobrestada**. .... 05650

#### Item 7

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Saturnino, que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais. **Apreciação sobrestada**. .... 05651

#### Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito). **Apreciação sobrestada**. .... 05651

#### Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados. (Incluída em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 26, de 2001). **Apreciação sobrestada**. .... 05651

#### Item 10

Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universi-

tários captar recursos provenientes de internações hospitalares. <b>Apreciação sobrestada.</b> ....	05651	das dos produtores rurais. Apelo a busca de alternativas para um aumento do valor do salário mínimo. Defesa da realização de um estudo aprofundado pelo Senado sobre a promoção do desenvolvimento regional, quando da discussão da reforma tributária. ....	05652
<b>Item 11</b>			
Requerimento nº 87, de 2003, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	05651	SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Referências ao acordo que culminou na edição da Medida Provisória nº 77, de 2003. Saudação às Forças Armadas pelo transcurso do 31 de março, data que marca o encontro da democracia com as instituições nacionais. Pacto acordado entre todas as lideranças partidárias, durante a discussão do orçamento na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para o reajuste do salário mínimo. ....	05654
<b>Item 12</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2001 (nº 1.676/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	05651	SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Preocupação com o contingenciamento de recursos orçamentários destinados a programas sociais. Esclarecimentos à interpelação do Ministro Ciro Gomes, sobre o pronunciamento de S. Ex <sup>a</sup> por ocasião da abertura do Congresso dos Municípios Brasileiros. ....	05656
<b>Item 13</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem), que dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	05651	SENADOR ROMEU TUMA – Elogios ao pronunciamento do Senador Aloízio Mercadante, enaltecendo as Forças Armadas brasileiras. Análise do quadro de violência no Brasil em relação ao crime organizado. ....	05664
<b>Item 14</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2001 (nº 3.704/97, na Casa de origem), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Sociólogos e dá outras providências. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	05652	SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Solicitação ao Governo Federal para que faça uma revisão no contingenciamento dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. ....	05669
<b>Item 15</b>			
Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2001 (nº 2.233/99, na Casa de origem), que obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	05652	<b>1.3.2– Comunicação</b>	
<b>Item 16</b>		Do Senador Ramez Tebet, solicitando que seja registrado o seu comparecimento na sessão deliberativa ordinária do dia 27 de março último, onde participou da Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, realizada às 10 horas daquela data. <b>Deferido.</b> .....	05672
Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2002 (nº 1.210/99, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	05652	<b>1.3.3– Discursos encaminhados à publicação</b>	
<b>Item 17</b>		SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição de matéria publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> sobre empréstimo concedido pelo Banco Mundial – BIRD, como prêmio concedido ao Brasil pelos avanços sociais obtidos durante o Governo Fernando Henrique Cardoso. ....	05674
Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONG, que dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais e dá outras providências. <b>Apreciação sobrestada.</b> .....	05652	SENADOR ROMERO JUCÁ – Considerações sobre publicação da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras intitulada “Plataforma Política Feminista”. ....	05674
<b>1.3.1– Discursos após a Ordem do Dia</b>			
SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Considerações sobre a edição da medida provisória que dispõe sobre a repactuação das dívi-			

SENADOR RENAN CALHEIROS – Preocupação com os desdobramentos da guerra do Golfo. .... 05676

**1.3.4 – Comunicação da Presidência**

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 05677

**1.4 – ENCERRAMENTO**

**2 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 23ª Sessão Não-Deliberativa, em 24 de março de 2003 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente. .... 05681

Ata da 27ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 27 de março de 2003 e publicada no **Diário do Senado Federal** do dia subsequente. .... 05683

**3 – EMENDAS**

Nºs 1 a 16, apresentadas à Medida Provisória nº 112, de 2003. .... 05683

**4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 2.939 a 2.957, de 2003. .... 05707

**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA**

**6 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**7 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR**

**9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

**10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

# Ata da 30ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 1º de Abril de 2003

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos,  
Efraim Moraes e Magno Malta*

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS,  
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.  
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Álvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – César Borges – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Efraim Moraes – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Iris de Araujo – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otávio – Magno Malta – Mão Santa – Marco Maciel – Ney Saussuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Otávio – Paulo Paim – Pedro Simom – Ramez Tabet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santa – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Valdir Raupp – Valmir Amaral

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 76 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

– Mensagens do Presidente da República

### MENSAGEM Nº 70, DE 2003

(nº 102/2003, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Marcelo Andrade de Moraes Jardim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

Os méritos do Embaixador Marcelo Andrade de Moraes Jardim, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de março de 2003.

EM Nº 00086 ARC/DP/DSE/SGEX/G-MRE/APES

Brasília, 21 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 57, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Marcelo Andrade de Moraes Jardim, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Polônia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e *Curriculum-vitae* do Embaixador



Marcelo Andrade de Moraes Jardim, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado

Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, –

## INFORMAÇÃO

### CURRICULUM VITAE

#### **MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCELO ANDRADE DE MORAES JARDIM**

Diretor-Geral do Departamento da Europa do Ministério das Relações Exteriores

Nascido no Rio de Janeiro/RJ, 10/02/1945. Filho de Adhemar de Moraes Jardim e Elsa Maria Andrade de Moraes Jardim. Bacharel em Direito, PUC/RJ, 1967.

CFF.: 022.985.207-63

ID.: 5314 - MRE

Terceiro Secretário, 15 de janeiro de 1974.  
Segundo Secretário, 01 de fevereiro de 1978.  
Primeiro Secretário, merecimento, 20 de novembro de 1980.  
Conselheiro, merecimento, 19 de dezembro de 1986.  
Ministro de Segunda Classe, merecimento, 15 de junho de 1993.  
Ministro de Primeira Classe, merecimento, 17 de junho de 1999.

Assistente do Chefe da Divisão dos Estados Americanos, 1974.  
Assistente do Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete, 1974/75.  
Assistente do Chefe da Divisão da África-I, 1978/83.  
Assessor do Chefe do Departamento de Organismos Internacionais, 1983/85.  
Assessor do Subsecretário-Geral de Coordenação e Programas, 1985/86.  
Assessor do Subsecretário-Geral de Administração e de Comunicações, 1986/87.  
Coordenador Executivo da Secretaria-Geral de Política Exterior, 1992.  
Chefe da Divisão da América Meridional-I, 1992/96.  
Diretor-Geral do Departamento da Europa, 1996.

Pequim, Terceiro Secretário, 1975/78.  
Genebra, Cônsul Adjunto, 1978.  
Nova York, Cônsul-Geral Adjunto, 1987/92.  
Chefe da Delegação Brasileira no Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, 1992/96.  
Presidente do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná; 1995.  
Presidente da Seção Brasileira da Comissão Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí, 1993/96.  
Presidente da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Uruguiaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, 1992/96.

Membro da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a Construção do Ponte Internacional sobre o Rio Uruguai -de São Borja a São Tomé- (COMAB), 1992/96  
Presidente da Seção Brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Paraguai para a Construção da Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná (Foz do Iguaçu- Puerto Franco), 1993/96  
Coordenador-Executivo da Comissão Brasil-Alemanha de Cooperação Econômica, 1996/ .  
Coordenador-Executivo da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação, 1996/ .  
Presidente da Comissão Brasil-França para a Construção de Ponte Internacional sobre o Rio Oiapoque, 2002.

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, 2002  
Ordem do Mérito das Forças Armadas, Oficial, 1986  
Ordem do Mérito Naval, Comendador, 1999  
Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, 1995  
Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial, 2002  
Medalha do Pacificador, 1987  
Medalha do Mérito Santos Dumont, 1991  
Ordem do Mérito Brasília, Grã-Cruz, 2002  
Ordem do Mérito Nacional, República da Guiné, Comendador, 1979  
Ordem do Mérito Nacional, Costa do Marfim, Comendador, 1980  
Ordem do Libertador San Martín da República Argentina, Grande Oficial, 1996  
Ordem do Libertador Bernardo O'Higgins, República do Chile, Grande Oficial, 1995  
Ordem do Mérito Nacional da República do Paraguai, Grande Oficial, 1994  
Ordem Nacional do Mérito Nacional da República Francesa, Grande Oficial, 1996  
Ordem do Mérito da República Italiana, Grande Oficial, 1996  
Ordem de St. Michael & St. George, Comandante, 1997  
Légion d'Honneur, França, Oficial, 1998  
Ordem da Rainha Isabel a Católica, Espanha, Grande Oficial, 1998  
Ordem do Infante D. Henrique, Portugal, Grande Oficial, 1998  
Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Grande Oficial, 1998  
Ordem do Mérito Nacional, Romênia, Grande Oficial, 2001  
Ordem do Mérito Nacional, Polônia, Grande Oficial, 2002  
Cidadão Honorário das Cidades de Jaguarão e São Borja.

  
EDUARDO PRISCO PARAÍSO RAMOS  
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior

## RELAÇÕES BRASIL – POLÔNIA

A presença de expressiva comunidade de origem polonesa no Brasil, as tradicionais relações econômico-comerciais e o diálogo fluido e de alto nível entre autoridades dos dois países conferem dimensão especial ao nosso relacionamento com a Polônia. A natureza privilegiada das relações bilaterais pode ser demonstrada pela sucessão de visitas em nível de Chefes de Estado e de Governo nos últimos anos: o então Presidente Lech Walesa e o Primeiro-Ministro Jerzy Buzek estiveram no Brasil em 1995 e 2000, respectivamente. A visita que o Presidente da República em 2002 a Varsóvia demonstrou nossa intenção de dar sequência a um relacionamento mais intenso com um país que dispõe de peso ponderável no concerto regional centro-europeu e que, às vésperas de aceder à União Européia, constitui importante parceiro para o Brasil na Europa Central. A visita que o Presidente Aleksander Kwasniewski realizou ao Brasil, em abril de 2002, reflete, por sua vez, o interesse do Governo polonês em intensificar um relacionamento sólido e diversificado com o Brasil.

As trocas de visitas entre outras autoridades dos Governos brasileiro e polonês têm sido frequentes. O então Primeiro-Ministro Jerzy Buzek visitou o Brasil em março de 2000, acompanhado de delegação que incluiu o Ministro da Economia e Finanças, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Presidente da empresa aérea LOT, Jan Litwinski, e empresários. Durante a visita foi assinado o Acordo sobre Serviços Aéreos e o Primeiro-Ministro polonês avistou-se com o Vice-Presidente Marco Maciel.

As relações econômico-comerciais, privilegiadas nos anos 70 e 80, voltaram a ganhar intensidade a partir do equacionamento, em 1992, das questões relativas à dívida polonesa com o Brasil, o que vem resultando no incremento do intercâmbio comercial: a Polônia é o nosso principal parceiro comercial na Europa Central e Oriental, depois da Rússia, e o Brasil concentra a maior parte das trocas da Polônia com a América Latina. A recente aquisição pela LOT, principal companhia aérea polonesa, de 25 aeronaves de alcance regional da Embraer (10 das quais foram adquiridas no âmbito de contrato anunciado em 10 de janeiro último, que deverá ultrapassar a soma de US\$200 milhões), bem como a assinatura, durante a visita ao Brasil do Presidente Kwasniewski, em abril de 2002, de acordos nas áreas zôo e fitossanitárias elevam a quali-

dade da cooperação econômica entre os dois países. Ainda no campo do intercâmbio econômico-comercial, a Companhia Vale do Rio Doce manifestou interesse pelo projeto de modernização do terminal do porto de Gdansk para estocagem e escoamento ferroviário de minério de ferro.

Na tabela abaixo encontram-se os dados do comércio bilateral:

brasileiro chegou a tratar a questão com dois bancos e realizou, com sucesso, gestões políticas junto aos Estados Unidos, o Reino Unido, a Alemanha e a França. O Governo francês já havia realizado operação similar com títulos poloneses.

As autoridades polonesas, no entanto, não desejavam a operação de securitização, pois queriam evitar a presença de títulos poloneses no mercado privado. Preferiam, portanto, a recompra dos títulos, em condições mais vantajosas para o Banco Central.

O problema das “polonetas” teve efeito negativo nas relações bilaterais, tendo a situação sido revertida quando da visita a Varsóvia, em maio de 2001, da missão chefiada pelo Diretor Geral do Departamento da Europa do Itamaraty.

A partir de então, iniciaram-se negociações entre os dois Governos, conduzidas, do lado brasileiro, pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, que culminaram com a operação de recompra, no valor de 74% do estoque da dívida (US\$2,45 bilhões). Este valor é bastante superior à opção de desconto do Clube de Paris do início da década de 90 (50%) e à proposta original polonesa de US\$2 bilhões.

A liquidação formal da dívida polonesa ocorreu no dia 29 de outubro de 2001. Se tivesse captado o valor recebido no mercado, o Brasil teria pago mais de US\$550 milhões. Ao realizar operação direta com o Governo da Polónia, o País economizou mais de US\$50 milhões em taxas que deveria pagar se tivesse optado pela operação através de bancos de investimento. Além disso, a antecipação do pagamento polonês cobrará quase toda a necessidade de captação do setor público em 2002, estimada em US\$2,9 bilhões.

### POLÔNIA: DADOS BÁSICOS

Nome oficial: República da Polónia

Capital: Varsóvia

Área: 312.685 km<sup>2</sup>

População: 38,6 milhões de habitantes (est., dezembro de 2001)

População urbana: 62%

Idioma: Polonês; o alemão é falado em certas regiões, e o russo era ensinado nas escolas durante o regime comunista

Datas nacionais: 11 de novembro (proclamação da república – 1918); 03 de maio (promulgação da Constituição de 1791)

Sistema de governo: República Parlamentarista

Poder Legislativo: Bicameral – Sejm (Parlamento) com 460 membros; Senado com 100 membros

Sistema eleitoral: Eleições diretas para todos os cidadãos maiores de 18 anos.

Governo Nacional: O Presidente é o socialista Aleksander Kwasniewski, eleito por voto direto em novembro de 1995, e reeleito em 10 de outubro de 2000. A Ação Eleitoral Solidariedade (AWS), aliança formada por partidos de centro e centro-direita e apoiada pelo Movimento Solidariedade, ganhou a maioria dos assentos no Parlamento, após as eleições de setembro de 1997. O Primeiro-Ministro, é Leszek Miller e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Włodzimierz Cimoszewicz.

Principais indicadores econômicos:

PIB: US\$176,3 bilhões (2001)

Taxa de crescimento do PIB: 4,8% (1998); 4,1% (1999); 4% (2000); 1% (2001); 1,3% (2002, est.)

Câmbio: 4,16 zloty/US\$ 1 (outubro de 2002)

Taxa de inflação: 11,7% (1998); 7,3% (1999); 10,1% (2000); 5,5% (2001); 2% (2002, est.)

Taxa de desemprego: 16,2% (2001); 17,5% (30 trimestre, 2002)

Dívida Externa: US\$55,5 bilhões (1998); US\$60,6 bilhões (1999); US\$63,6 bilhões

(2000); US\$63,2 bilhões, est. (2001); US\$65,9 bilhões (2002, est.)

Reservas: US\$25.648 milhões (2001)

Estrutura do PIB (2000): Indústria: 26,6%; Agricultura e extração: 3,8%; Construção: 8,3%; Transporte, finanças e outros serviços: 27%; Comércio: 20,9%.

Principais bens de exportação: manufaturados, produtos químicos, máquinas e equipamentos, alimentos e animais vivos e carvão.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

## MENSAGEM Nº 71, DE 2003

(Nº 103/2003, na origem.)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto nos arts. 56, **caput** e § 1º, e 66, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como nos arts. 57 e 42, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia.

Os méritos do Ministro George Ney de Souza Fernandes, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de março de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente.

EM Nº 00087 DP/ARC/MRE-APES

Brasília, 21 de março de 2003

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto nos arts. 56, **caput** e § 1º, e 66, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como nos arts. 57 e 42, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal, destinada à indicação do Senhor George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata, do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Zimbábue, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Zâmbia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o País e *Curriculum-vitae* do Senhor George Ney de Souza Fernandes que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

## **I N F O R M A Ç Ã O**

### **CURRICULUM VITAE**

#### **MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE GEORGE NEY DE SOUZA FERNANDES**

Niterói/RJ, 28 de junho de 1950. Filho de Ney Francisco Queiroz Fernandes e de Stella de Souza Fernandes.

Carteira de Identidade M.R.E. 7539, expedida em 12 de dezembro de 1978.

C.P.F. 284114717-72

"Lower Certificate in English", Universidade de Cambridge.

"Diplôme D'Etudes Françaises", Aliança Francesa do Brasil.

"Certificat Pratique de Langue Française", Universidade de Nancy.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), IRBr, 1982.

Curso de Altos Estudos (CAE), IRBr, 2000.

Bacharel em Direito, UFF.

Bacharel e Licenciado em Letras, UFF.

Mestre em Literatura Hispano-Americana, Universidade do Chile.

Terceiro Secretário, concurso, dezembro de 1978.

Segundo Secretário, novembro de 1980.

Primeiro Secretário, merecimento, dezembro de 1988.

Conselheiro, merecimento, dezembro de 1996.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, dezembro de 2001.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações do Ministério das Relações Exteriores, 1978/79.

Adjunto da Primeira Subchefia da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional da Presidência da República (SADEN-PR), 1988/90.

Assessor do Secretário de Modernização e Informática do Ministério das Relações Exteriores, 1990/91.

Secretário, Substituto, de Modernização e Informática do Ministério das Relações Exteriores, 1990/91.

Chefe da Divisão do Pessoal do Ministério das Relações Exteriores, 2000/02.

Guatemala, Terceiro Secretário, 1979/80.

Guatemala, Segundo Secretário, 1980/82.

Guatemala, Encarregado do Serviço Consular e Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1979/82.

Guatemala, Encarregado de Negócios, 1980.

Montevideu, Segundo Secretário, 1982/85.

Montevideu, Chefe do Setor de Administração, 1982/83.

Montevideu, Chefe do Setor Cultural, 1984/85.

Bucareste, Segundo Secretário, 1986/88.

Bucareste, Chefe do Setor Político e do Setor de Promoção Comercial, 1986/88.

Bucareste, Encarregado de Negócios, 1986 e 1987.

Vaticano, Primeiro Secretário, 1991/94.

Vaticano, Chefe do Setor de Administração, 1991/94.  
Kinshasa, Encarregado de Negócios, 1992.  
Santiago, Primeiro Secretário, 1994/96.  
Santiago, Conselheiro, 1996/98.  
Santiago, Encarregado de Negócios, 1997.  
Santiago, Chefe do Setor de Administração, 1994/95.  
Santiago, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1995/98.  
Havana, Conselheiro, 1998/2000.  
Havana, Chefe do Setor Econômico, 1998/2000.

X e XI Reuniões da Diretoria Executiva do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, Cochabamba, Bolívia, 1979, e Sucre, Bolívia, 1979 (assessor).

VI Assembléia Anual de Governadores do Fundo Africano de Desenvolvimento, Abidjã, Costa do Marfim, 1979 (delegado).

Reunião do Grupo de Trabalho da Área Básica 4 (Educação e Saúde) do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata, Montevidéu, Uruguai, 1982 (delegado).

Encontro sobre Cooperação Técnica entre Organismos de Formação Profissional da Argentina, Brasil e Uruguai, promovido pelo CINTERFOR/OIT, Montevidéu, Uruguai, 1985 (assessor).

Segunda Reunião Regional Latino-Americana e do Caribe para o Ano Internacional da Juventude, promovida pela CEPAL, Montevidéu, Uruguai, 1985 (delegado).

X Reunião da Comissão Mista Brasil-Romênia, Bucareste, Romênia, 1987 (delegado).

I Reunião do Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, Córdoba, Argentina, 1988 (delegado).

Reunião da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Viena, Áustria, 1988 (Governador Substituto).

XXXII e XXXIII Conferência Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Viena, Áustria, 1988 e 1989 (delegado).

II Reunião do Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, São Paulo, Brasil, 1989 (delegado).

Governador Substituto pelo Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica da ONU, 1988/90.

I Encontro do Comitê Empresarial Brasil-Chile, Santiago, Chile, 1996 (delegado).

Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Santiago, Chile, 1997 (delegado).

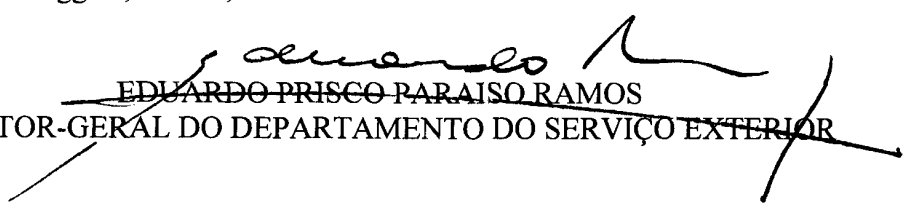
Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Econômica Ásia-Pacífico (APEC), Santiago, Chile, 1998 (delegado).

Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, Havana, Cuba, 1999 (delegado).

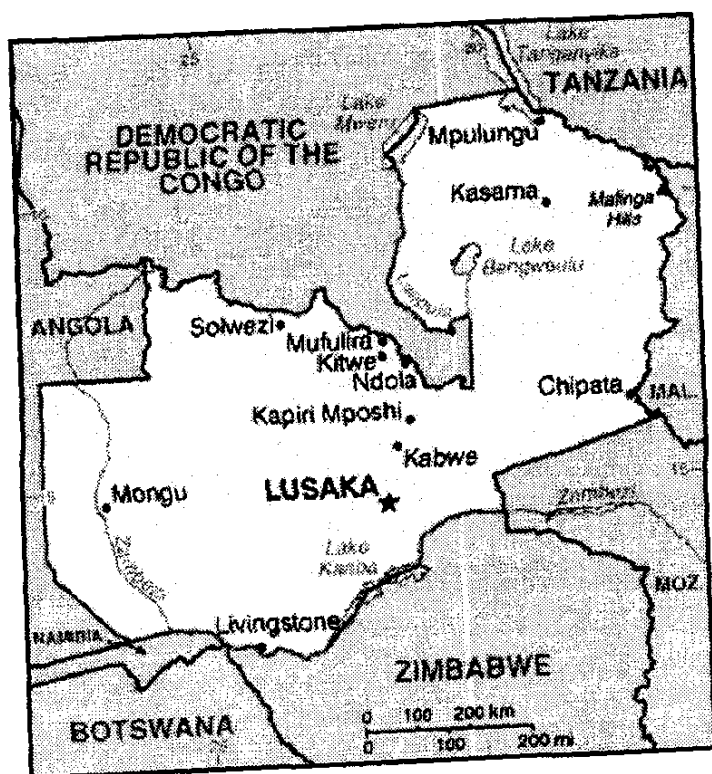
Medalha do Pacificador, Brasil.

Ordem de São Gregório Magno, Comendador, Vaticano.

Ordem Bernardo O'Higgins, Oficial, Chile.

  
EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS  
DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DO SERVIÇO EXTERIOR

# ZÂMBIA



**Dados Gerais:**

<b>Nome Oficial</b>	<b>República da Zâmbia</b>
<b>População</b>	<b>10,2 milhões (2000)</b>
<b>Área</b>	<b>752,614 km²</b>
<b>Capital</b>	<b>Lusaca</b>
<b>Principais Línguas</b>	<b>Inglês (oficial), 70 idiomas locais e dialetos</b>
<b>Sistema Político</b>	<b>República Presidencialista</b>
<b>Data Nacional</b>	<b>24 de Outubro (Independência/1964)</b>
<b>Chefe de Estado e de Governo</b>	<b>Levy Mwanawasa (Presidente)</b>
<b>Vice-Presidente</b>	<b>Enoch Kavindele</b>
<b>Min. dos Neg. Estrangeiros</b>	<b>Kalombo Mwansa</b>
<b>Religião</b>	<b>Cristianismo, Religiões tradicionais africanas, Islamismo e Hinduísmo</b>
<b>Índice de Desenvolvimento Humano</b>	<b>153º lugar em 2002</b>
<b>Crescimento do PIB</b>	<b>3,9% (2001)</b>
<b>PIB (US\$ - Paridade de Poder de Compra)</b>	<b>US\$ 8,5 bilhões (est. 2001)</b>
<b>PIB Per Capita (US\$ - Paridade de Poder de Compra)</b>	<b>US\$870 (est. 2001)</b>
<b>Moeda</b>	<b>Kwacha</b>

**Política Interna**

– Entre 1964, data de sua independência, e 1991, a principal figura política na Zâmbia foi Kenneth Kaunda, líder da luta anticolonial e principal elo entre as diversas regiões e grupos étnicos do país. O partido político de Kaunda, a União pela Independência Nacional (UNIP, na sigla inglesa), foi fundado em 1959 e, entre 1964 e 1991, esteve no poder na Zâmbia.

– A partir 1973, após a promulgação de uma nova Constituição e a realização de eleições, em que foi eleito Kenneth Kaunda, o país passou por um processo de endurecimento político que culminou com a denominada “democracia participativa unipartidária”, com os poderes concentrados nas mãos do presidente. Este, bem como os candidatos à Assembléia Nacional, eram indicados pelo Comitê Central do único partido legal do país, a UNIP. O Presidente Kaunda teve seu mandato renovado em 1978 e 1983, em eleições plebiscitárias, sendo aprovado em ambas por uma grande maioria de votos.

– A oposição crescente ao monopólio de poder pela UNIP levou ao surgimento, em 1990, do Movimento pela Democracia Multipartidária (MMD), que conseguiu aglutinar um importante grupo de zambianos, incluindo ex-membros proeminentes da UNIP e líderes trabalhistas. Em resposta à pressão popular

por uma democracia multipartidária, e depois de longas e difíceis negociações entre o governo de Kaunda e grupos de oposição, pôs-se fim ao unipartidarismo na Zâmbia e entrou em vigor, em agosto de 1991, uma nova Constituição. Esta nova Constituição, emendada em 1996, impõe o limite de dois mandatos ao Presidente.

**Relações Bilaterais**

– As relações bilaterais são pouco expressivas. Reflexo dessa situação foi a desativação temporária da Embaixada brasileira em Lusaca, em 1996, quando a cumulatividade da representação brasileira junto ao Governo da Zâmbia passou a ser exercida pela Embaixada em Harare. Antes de 1996, apenas o Embaixador Bernardo Britto, que abriu a Embaixada na Zâmbia, havia apresentado credenciais ao Governo daquele país. Após sua partida do posto, só Encarregados de Negócios ocuparam a chefia daquela missão diplomática. A Embaixada em Lusaca fora mantida durante anos principalmente porque ali estavam a sede do Partido Nacional Africano (ANC) e algumas das principais lideranças sul-africanas do movimento anti-apartheid.

– Em outubro de 2000, o Governo da Zâmbia, por intermédio da Embaixada em Washington, solici-



tou “agrément” do Governo brasileiro à indicação do Sr. Atan Shansonga como Embaixador no Brasil, com residência em Washington.

– Em agosto de 2002, foi passada nota à Embaixada da Zâmbia em Washington com solicitação de “agrément” à designação do Ministro de Segunda Classe George Ney de Souza Fernandes como Embaixador junto ao Governo daquele país, com residência em Harare.

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)*

#### **MENSAGEM Nº 72, DE 2003**

(Nº 105/2003, na origem)

De 28 de março último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2002, que altera as Leis nºs 10.464, de 24 de maio de 2002; 10.177, de 12 de janeiro de 2001; e 10.437, de 25 de abril de 2002; autoriza, para as operações adquiridas pela União sob a égide da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, que se enquadram na Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, a substituição dos encargos financeiros pactuados; e dispõe sobre reconversão de atividades de mutuários com dívidas junto a bancos oficiais federais; e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.646, de 28 de março de 2003.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União, o Aviso nº 294/2003, encaminhando cópia do Acórdão nº 245/2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos relatório e Proposta de Decisão que o fundamentam, referente à auditoria nas obras do Projeto de aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba/PI. (TC nº 926.911/1998-8).

O expediente lido, juntado ao processado do Aviso do Congresso Nacional nº 82, de 2002, vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência recebeu do Tribunal de Contas da União o **Aviso nº 294, de 2003**, na origem, de 19 de março último, encaminhando cópia do Acórdão nº 245, de 2003-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre levantamento de auditoria realizado nas obras do Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola dos Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba/PI, objetivando obter informações para atendimento do disposto no inciso I do art. 79 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1999.

O expediente, anexado ao processado do Aviso nº 3, de 2002, vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Presidência recebeu, do Tribunal de Contas da União, o **Aviso nº 5, de 2003** (nº 237/2003, na origem), de 12 de março último, encaminhando cópia do Acórdão nº 196/2003 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre representação formulada por equipe de analistas daquela Corte acerca de efeitos financeiros provocados pela aplicação gradativa de percentuais redutores nos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (TC – 003.037/2001-2);

O expediente vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

OF. Nº 93/03-GLPFL

Brasília, 31 de março de 2003.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico, para comporem a Comissão Mista incumbida do estudo e parecer da Medida Provisória nº 113, de 26 de março de 2003, em substituição aos anteriormente indicados, os seguintes Senhores Senadores:

#### **Titulares**

Jonas Pinheiro  
César Borges  
Heráclito Fortes

#### **Suplentes**

Marco Maciel  
Paulo Octávio  
Roseana Sarney

Atenciosamente. – **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Será feita a substituição solicitada.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim, pela ordem.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> a minha inscrição para uma comunicação inadiável, nos termos do Regimento.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem, e a Mesa faculta a V. Ex<sup>a</sup> que o faça sentado, da forma que melhor convier ao nobre Senador.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pela ordem.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, conforme possibilita o Regimento, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa esclarece a V. Ex<sup>a</sup> que, de acordo com o Regimento, são permitidas apenas três inscrições.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sei que são três, Sr. Presidente. Mas também sei que quando se chega ao plenário e se levanta o microfone já fica sinalizado para quem está à Mesa que o Senador pede sua inscrição. Quero deixar registrado que fui a primeira pessoa a chegar ao plenário e levantar o microfone. Assim, quero saber como vamos proceder.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A nobre Senadora tem razão. Embora não conste no Regimento, isso já faz parte do nosso direito consuetudinário.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Do habitual, digamos assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – E a Mesa atesta que V. Ex<sup>a</sup> efetivamente foi a primeira Senadora a adentrar este recinto e levantar o seu microfone.

Como V. Ex<sup>a</sup> não pediu a palavra pela ordem, a Mesa tampouco prestou atenção, mas tem razão V. Ex<sup>a</sup>. Apenas consultaria os outros Senadores que assim procederam se concordam que, tendo sido a Senadora Ideli Salvatti a primeira Senadora a levantar o microfone, ela seja a primeira inscrita.

Pergunto ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – De acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senador Leonel Pavan?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – De acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Heloísa Helena?

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo à Senadora Ideli Salvatti no sentido de que ela consulte o Senador Tião Viana, que não se encontra presente por estar em uma viagem fora do Brasil por obrigações deste Parlamento, verifique se pode falar em nome da Liderança do Bloco, já que se trata de um procedimento que sempre adotamos na Casa.

Eu não gostaria de falar pela Liderança do Bloco, mas, com certeza, se a Senadora Ideli Salvatti solicitar ao Senador Tião Viana ou a qualquer um dos vice-líderes, com certeza lhe será delegada a possibilidade de o fazer. Eu gostaria, portanto, que S. Ex<sup>a</sup> fizesse essa consulta para que eu possa preservar a minha comunicação inadiável.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem.) – Concordo plenamente com a Senadora Ideli Salvatti, visto que S. Ex<sup>a</sup> foi a primeira a chegar a este plenário. E como as Senadoras Ideli Salvatti, Heloísa Helena e o Senador Paulo Paim são do Partido dos Trabalhadores, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que seguisse a ordem de inscrição, que seria: Senadora Ideli Salvatti, Senador Paulo Paim e, por último, este Senador Leonel Pavan.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa irá ouvir a nobre Senadora Ideli Salvatti para, posteriormente, decidir.

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, acatando a sugestão da Senadora Heloísa Helena e, havendo a possibilidade de utilizar a palavra, como Vice-Líder, no horário da Liderança, penso que a Senadora Heloísa Helena poderá falar com tranqüilidade.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – V. Ex<sup>a</sup> é Vice-Líder?

**A SR<sup>a</sup> IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Sim, sou Vice-Líder.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Então está resolvido. Como V. Ex<sup>a</sup> é Vice-Líder do nosso Bloco, não precisaria nem consultar o Senador Tião Viana, pois já lhe está delegada a possibilidade regimental de falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Atendendo a solicitações, a Mesa, na prorrogação da Hora do Expediente, assegurará o uso da palavra, por cinco minutos, pela ordem, aos Senadores

Paulo Paim, Leonel Pavan e Senadora Heloísa Helena, ficando inscrita a nobre Senadora Ideli Salvatti, como Líder, pelo Bloco de apoio ao Governo, logo após uso da palavra pelo Senador Jefferson Peres, que também solicitou sua inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Passamos à lista de oradores.

Com a palavra o nobre Senador Paulo Octávio, do Partido da Frente Liberal do Distrito Federal.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje pela manhã, ao lado do Presidente da Assembléia Legislativa de Brasília, tive o privilégio de inauguramos juntos um elevador para deficientes físicos e para pessoas da melhor idade no Memorial JK.

Foi uma solenidade bonita e que contou com a participação de alguns Parlamentares de Brasília. E esse tipo de solenidade sempre emociona, pois pessoas portadoras de deficiência física e pessoas da melhor idade poderão, a partir de agora, conhecer o segundo pavimento do Memorial, onde estão os restos mortais do ex-Presidente. O Memorial JK é uma homenagem ao Presidente Juscelino de Oliveira Kubitschek e guarda muito da história do Brasil e da história de Brasília. Portanto, para nós, brasilienses, é sempre emocionante correr aquela museu, que tem funcionado muito bem e tem atraído muitos brasileiros.

Hoje, em meu pronunciamento, falaria de reforma política, assunto por que tenho muito interesse, mas resolvi falar sobre um projeto que reputo de muita importância e que foi encaminhado a esta Casa no dia 27 último.

Sr. Presidente, esse projeto de lei complementar determina que as cédulas de papel-moeda serão emitidas em tamanhos diferenciados e conterão marcas ou signos distintivos. O objetivo da nossa proposta é facilitar a identificação das cédulas de Real pelos deficientes visuais.

Este projeto, que tramita como o PLS Complementar nº 90, de 2003, comporta apenas dois artigos, sendo um deles a cláusula de vigência. À primeira vista, parece ser uma proposição muito simples. Ressalto, todavia, que sua simplicidade é apenas aparente, pois o projeto encerra um poderoso instrumento de inclusão social.

Antes de explicitar os benefícios e o alcance da proposta, é nosso dever ressaltar que ela foi inspirada no Projeto de Lei do Senado nº 104, de 1996, subscrito pelo ilustre Senador Lúcio Alcântara, que, a despei-

to de ter sido aprovado no Senado, não logrou êxito na Câmara dos Deputados.

Devo destacar, porém, que o PLS nº 90, de 2003, difere do projeto apresentado pelo Senador Lúcio Alcântara na medida que, além de prever a inclusão de marcas e signos nas notas, determina que elas deverão apresentar dimensões diferenciadas.

Sr. Presidente, no último censo demográfico, realizado em 2000, 24,6 milhões de brasileiros declararam ser portadores de algum tipo de deficiência física ou mental. Em termos percentuais, esse número representa 14,5% do universo populacional do País.

Entre os que atestaram ser portadores de deficiência, 16,6 milhões se disseram incapazes ou possuidores de alguma dificuldade permanente para enxergar. Isso significa que, caso seja aprovada, esta iniciativa legislativa atenderá, aproximadamente, a 9,8% da população brasileira.

No cotidiano, incontáveis são os negócios em que as cédulas são utilizadas como meio de pagamento. Por isso, a promulgação de uma lei que vise a facilitar a identificação das notas de dinheiro por considerável parcela da população é medida de inegável alcance social e de cidadania.

Ao lançar o padrão real, o Banco Central reafirmou o compromisso de realizar sistemática pesquisa com o objetivo de aperfeiçoar os recursos disponíveis para a leitura de cédulas pelos deficientes visuais. Para atingir esse objetivo, o Banco Central declara que:

1 – foram aumentados os algarismos na parte da frente das notas;

2 – foram aplicadas cores nítidas e diferenciadas por valor;

3 – foram impressos textos e valores em caligrafia de expressivo relevo; e

4 – cuidou-se para que as bordas inferior e posterior das cédulas de real fossem dotadas de boa tateabilidade.

Sr. Presidente, essas providências representam meras liberalidades da diretoria do Banco. Por isso, gostaria de chamar a atenção para o fato de que, no Brasil, não há lei que obrigue o Banco Central a inserir nas cédulas qualquer notação ou elemento de identificação para os deficientes visuais.

Todas as notas representativas do real possuem idênticas dimensões (140 x 65mm). Tomando-se por base o tamanho, não é possível diferir uma nota de R\$1,00 (um real) de outra de R\$100,00 (cem reais). Isso dificulta sobremaneira sua identificação por aqueles que não enxergam e pelos que possuem certa dificuldade para enxergar. Caso aprovado seja, o

PLS nº 90, de 2003, no mínimo, amenizará tal dificuldade, porque as cédulas passarão a ter medidas diferentes.

É importante ressaltar que a impressão de notas de dinheiro em tamanhos diferenciados não é fato novo. Experiência nesse sentido vem sendo utilizada, com sucesso, na Europa, desde a entrada em circulação do padrão euro.

Assim, por sugestão da União Européia de Cegos, a União Européia decidiu confeccionar as cédulas da nova moeda em tamanhos diferenciados, medida que tem se demonstrado bastante eficaz para os fins sociais a que se destina.

Antes de finalizar este pronunciamento, não poderia deixar de agradecer a prestigiosa Fundação Dorina Nowill para Cegos pelos dados fornecidos, que serviram para sedimentar minha convicção sobre o inestimável valor do projeto de lei apresentado. Nesta oportunidade, gostaria de registrar meu profundo respeito e admiração pelo trabalho empreendido pela fundação, na pessoa de sua Presidente Emérita, a Professora Dorina Nowill, que dedicou a vida à valorização e à inserção social dos deficientes visuais.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Constituição Federal tem por princípio fundamental a cidadania. No caso das pessoas portadoras de necessidades especiais, além dos direitos fundamentais, o exercício da cidadania plena está relacionado à independência para agir.

Julgo ser dever do Estado oferecer a esses brasileiros os meios necessários para que ajam por si sós, independente do auxílio das outras pessoas. E o PLS nº 90, de 2003, tem exatamente esta finalidade: possibilitar que os deficientes visuais reconheçam, sem ajuda de ninguém, as notas de real, realizando seus negócios cotidianos com o máximo de liberdade.

Estou convicto de que o projeto apresentado se constitui em instrumento de inclusão social e, por isso, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, peço seu apoio para que seja transformado em norma jurídica.

Sr. Presidente, entendo que, no Brasil, nos últimos dez anos, temos avançado muito. Hoje, temos vários equipamentos, em prédios públicos, em hospitais, em bibliotecas, em **shoppings**, que atendem os deficientes visuais.

Há dez anos, o deficiente visual – assim como o deficiente físico – só tinha uma opção: ficar em casa. O Brasil está evoluindo, dando cidadania a milhões de brasileiros portadores de deficiência.

Por isso, tenho certeza e convicção de que este projeto terá tramitação muito rápida nesta Casa e na

Câmara dos Deputados para, no mais curto espaço de tempo, podermos oferecer ao deficiente visual brasileiro maior dignidade, melhor tratamento na coisa financeira, melhor relacionamento na sociedade.

É esse o propósito do projeto que ora apresentamos, para o qual agradeço a colaboração dos ilustres Pares de nossa Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, do Partido da Frente Liberal do Estado da Bahia.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos, Senador.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aproximemo-nos, mais uma vez, do momento em que a sociedade e a classe política envidarão seus melhores esforços para ver aprovada no Brasil, finalmente, uma **reforma tributária** que se quer consistente e ampla.

Nos últimos doze anos, a história da reforma tributária – como um modelo abrangente em relação a todo o sistema tributário – tem sido um enredo de muitas idas e vindas. Faço a ressalva sobre a abrangência da reforma, porque, naturalmente, não podemos ignorar que, nesse período, foram realizadas algumas modificações significativas na legislação tributária infraconstitucional, a exemplo do Simples, da Lei Kandir, do modelo simplificado do Imposto de Renda da Pessoa Física, do regime de tributação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica pelo lucro presumido e, mais recentemente, das modificações feitas no PIS. Isso sem contar a criação das contribuições sociais cumulativas, o que talvez não seja muito edificante lembrar. Contudo, a reforma tributária que não mais proponha remendos, mas traga completa reformulação do atual sistema, essa ainda devemos à sociedade.

Tomando como horizonte os últimos doze anos no debate e nas propostas sobre reforma tributária, houve um primeiro momento em que se buscou privilegiar a simplificação do sistema tributário brasileiro, pois não resta dúvida de que a excessiva complexidade desse sistema é um dos seus pontos mais fracos. Nesse primeiro momento, enquadram-se a proposta de emenda à Constituição do Deputado Flávio Rocha, de 1991, que ficou conhecida como a Proposta do Imposto Único; a proposta não formalizada da comissão criada pelo Poder Executivo em 1992, coordenada pelo tributarista Ary Oswaldo Mattos Filho; e a PEC apresentada pelo Deputado Luís Roberto Pontes em 1995.

A par da simplificação da estrutura dos impostos, tais propostas primavam por estabelecer tributos com baixo custo de arrecadação e de difícil sonegação, evidenciando mais dois pontos fracos do atual sistema, quais sejam, o alto custo administrativo na arrecadação de impostos e o altíssimo grau de sonegação existente. Todavia, como na ciência tributária freqüentemente se atingem determinados objetivos à custa de outros, a grande deficiência das propostas mencionadas era criar um sistema tributário baseado em impostos cumulativos e regressivos, o que as afastava de dois princípios muito importantes nessa matéria, que são: evitar distorção na cadeia produtiva e garantir justiça tributária que leve a uma melhor distribuição de renda no Brasil.

Foi talvez por influência desses dois aspectos, entre outros estruturais, que as propostas anteriores não logravam assegurar, que surgiu a leva mais recente de propostas, a partir de 1995, as quais tinham como eixo fundamental o Imposto de Valor Agregado, que é um imposto não-cumulativo. Além do mais, nessas propostas, mantinha-se o Imposto de Renda, que é um imposto passível de ser progressivo, a depender de sua estrutura de alíquotas.

Dentro dessa leva mais recente de propostas, estão a que foi enviada pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em 1995; o substitutivo do Deputado Mussa Demes, aprovado pela Comissão Especial da Câmara, em 1999; a formulação do ex-Ministro Pedro Parente, na qual tive ativa participação; e, finalmente, a proposta a que chegou a Comissão Tríplice, em 2000, que apresentou uma emenda aglutinativa, à guisa de sugestão para o debate, na qual o substitutivo aprovado pela Comissão Especial incorporava demandas dos Estados, vocalizadas por seus Secretários de Fazenda e aceitas, em tese, pelos empresários.

É dessa emenda aglutinativa, dessa última proposta surgida no seio do Congresso Nacional, que o Governo do Presidente Lula deve partir para formular sua proposta de reforma tributária. É ganhar tempo. E não menos importante, incorpora a visão dos Estados brasileiros, a desconsideração da qual tem sido entrave intransponível para a conclusão de muitas reformas. É bom que o faça, pois a emenda aglutinativa resulta de longo processo de debate público e caracteriza-se pelo encontro de interesses de diversos segmentos sociais, encontro de interesses este marcado pelo consenso, inclusive do Estado de São Paulo, àquela época, sobre a cobrança no destino e a unificação da legislação do ICMS. Esse encontro de interesses – repito – é marcado ainda pela decisão da maioria dos Estados, obtida, agora, mediante votação

e não por consenso, de que os incentivos passados teriam de ser honrados pelos Estados concedentes, estipulando-se o prazo de 15 anos desde sua concessão, ficando em aberta tão-somente a questão de fundos que bancariam essa transição. Esse encontro de interesses é também caracterizado pela aceitação implícita dos Estados da perenização da CPMF, pelo que ela representa para o Executivo Federal.

Na verdade, o grande ponto de divergência entre Estados, Legislativo e empresários, de um lado, e o Governo Federal, de outro lado, foi a questão da cumulatividade das contribuições, que todos queriam ver terminadas. Os primeiros, ou seja, os Estados, os empresários e o Legislativo, exigiam o fim da cumulatividade por emenda constitucional, e a Receita Federal aceitava exclusivamente que esse fim da cumulatividade fosse feito mediante lei complementar. E esse impasse sepultou a reforma tributária de então.

Na última quinta-feira, aqui, neste plenário, tive a oportunidade de relembrar esses fatos ao Ministro Palocci, que, à época, representava o Poder Legislativo na Comissão Tríplice. Além de concordar, S. Ex<sup>a</sup> ainda me lembrou das mais de 50 horas de reuniões que tivemos naquela época acerca desse tema, em que o discutimos exaustivamente, imaginando que se poderia chegar a uma conclusão final.

Em razão desses fatos, do tempo despendido nas discussões, dos avanços que inegavelmente foram obtidos e, sobretudo, das posições convergentes dos Estados, propus ao Ministro Palocci, na quinta-feira passada, aqui, neste plenário, retomar o projeto de reforma a partir da emenda aglutinativa que está no Congresso.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria ainda de tecer mais algumas considerações sobre pontos que considero importantes para o bom êxito da reforma tributária. Tais pontos estão relacionados às preocupações dos Estados brasileiros, a seus interesses e, em especial, aos dos Estados menos desenvolvidos da Federação. Imagino estar em boa condição para fazê-lo, em função da experiência que tive na qualidade de Secretário de Fazenda do Estado da Bahia e de Coordenador do Confaz, órgão que congrega todos os Secretários de Fazenda do País, por vários anos.

De antemão, quero dizer que muitas propostas de reforma tributária fracassaram em razão de que pressupunham excessiva centralização tributária nas mãos da União. O Estados não aceitam restar a reboque da União, perdendo completamente sua autonomia tributária e dependendo de repasses daquele ente federado em relação a todos os seus tributos. Da mesma forma, não aceitam compartilhar a mesma

base de cálculo do seu Imposto sobre Valor Agregado, o seu ICMS, com um novo IVA federal. Creio que essa é uma lição que já foi absorvida por todos os agentes relevantes do debate.

Nesse aspecto, a emenda aglutinativa traz boa proposta, que é fruto de consenso em muitos aspectos, como disse, com os Estados. Transformam-se o ICMS, o IPI, o ISS, o PIS/Pasep, o Salário-Educação, a Confins. Em troca da extinção desses impostos que mencionei, aprimora-se um IVA estadual, que é o ICMS, e cria-se um IVA federal, evitando-se a cumulatividade dos atuais impostos. Teríamos, assim, diminuído sobremaneira o grave problema da cumulatividade de certos impostos, por estabelecer, como base do sistema tributário brasileiro, no que se refere a impostos indiretos, um imposto sobre valor adicionado – imposto que teria alíquotas uniformes por produto em todo o território nacional. Haveria uma legislação uniforme, portanto.

Deveria ser criado um mecanismo de salvaguarda de arrecadação para os Estados, prevendo a possibilidade de que cada Estado, em razão de problemas de arrecadação, pudesse majorar alíquota estipulada em legislação federal em até, digamos, 20%. Isso dá maior flexibilidade, na administração tributária, para lidar com situações temporárias e excepcionais.

Um outro ponto que vou apenas mencionar, para não me estender muito, é o reforço da substituição tributária. Esse mecanismo é importante, porque facilita e simplifica bastante a fiscalização tributária. Deve, todavia, ser mais minuciosamente regulado, para não dar margem, como ocorre hoje, a contestações judiciais.

Defendo, como já deixei implícito, que o Imposto sobre Valor Agregado ou o novo ICMS passe a incidir sobre o destino e não mais sobre a origem, havendo, naturalmente, um período de transição entre as duas formas de cobrança, com um sistema de compensação de débitos e créditos entre Estados, nesse período de transição, referente às operações interestaduais.

Defendo o princípio do destino por entender ser mais justo do ponto de vista de mercado dos Estados. Ao longo de muitos anos, os Estados mais desenvolvidos, os chamados exportadores líquidos, têm usufruído enormes vantagens com o atual critério de cobrança do ICMS na origem – o que é comprovado pela resistência que fazem, hoje, à mudança proposta.

Defendo o princípio do destino desde que se resolvam as causas da guerra fiscal, que são principalmente: as desigualdades econômicas e sociais entre os Estados; a concentração da produção nas regiões

mais desenvolvidas; e a ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional.

Não podemos falar em guerra fiscal sem analisarmos os motivos que a criaram. Defendo o princípio do destino, desde que se ataquem as verdadeiras causas da guerra fiscal e não somente esta.

É consenso que a guerra fiscal é uma prática que deveria ser eliminada, pois cria uma situação de competição predatória entre os Estados, prática que, em maior ou menor medida, tem prejudicado sua capacidade futura de arrecadação. Os grandes beneficiários dela têm sido as empresas, que jogam os Estados uns contra os outros, com o objetivo de receberem sempre maiores vantagens em termos do não-pagamento de tributos de competência estadual, principalmente o ICMS.

Contudo, na absoluta falta de uma política de desenvolvimento regional que seja instrumento efetivo para superar o fosso econômico e social existente entre os Estados brasileiros, não resta aos Estados mais pobres outro mecanismo para atrair investimentos do que o recurso à renúncia de tributos, fomentando, assim, a guerra fiscal. Está provado que os Estados mais ativos na atração de investimentos por esse meio estão consolidando boas posições na corrida pelo desenvolvimento e pela competitividade. De outra forma, estaríamos assistindo a uma concentração de atividades nos Estados mais desenvolvidos muito maior que a atual. O que só teria propiciado maiores desigualdades regionais.

Tenho certeza de que a questão da guerra fiscal – na visão dos Estados mais desenvolvidos – ou de política de incentivos fiscais – na visão dos menos desenvolvidos – deve ser discutida, debatida e decidida à luz dos interesses do País e não de determinada região. O que os Estados menos desenvolvidos necessitam, sobretudo os do Nordeste, que eu represento, é de uma política indutora do desenvolvimento, que combata a fome, mas que traga a esperança do crescimento da renda e sua melhor distribuição.

Temos ouvido aqui, neste plenário, nos últimos dias, posições muito firmes de ex-Governadores, como Tasso Jereissati, Mão Santa, César Borges e outros do Nordeste, que falam claramente da necessidade dessa política de desenvolvimento regional, para que venhamos, efetivamente, nesse processo de reforma tributária, a poder aceitar a questão do princípio do destino no ICMS.

Os Estados do Nordeste – imagino e espero representar todos eles neste momento – não podem absolutamente conviver com uma política que venha a tirar sua capacidade de atrair investimentos e gerar

emprego. E creio que o assunto deve ser tratado de um forma muito aberta e muito clara, como aliás tem sido tratado ultimamente aqui, no plenário do Senado.

Defendo, ainda, que haja um período de transição também no que diz respeito às renúncias fiscais já concedidas pelos Estados brasileiros. Não se pode desmontar, de uma hora para outra, toda uma estratégia posta em prática de atração de investimentos. Então, é necessário assegurar os contratos firmados e manter os incentivos fiscais concedidos no passado pelos Estados.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não é necessário insistir na tese da urgência da reforma tributária para a sociedade brasileira. Essa reforma está, há tantos anos, cercada das mais altas expectativas, as quais têm sido sistematicamente frustradas. Precisamos de uma reforma que resolva, de forma inteligente e equilibrada, diversas deficiências do nosso atual sistema tributário, tais quais a complexidade e cumulatividade dos impostos; a evasão fiscal; a inadequação setorial da tributação – onde setores mais rentáveis, como o dos bancos, pagam menos impostos do que setores de menor rentabilidade do patrimônio líquido, como o da alimentação, e que influenciam diretamente a vida da população –; o excessivo peso dos impostos sobre bens e serviços e a sua regressividade; a demasiada tributação da folha de salários; o mecanismo complexo e custoso da tributação do ICMS; e, não menos relevante, a política a que aqui nos referimos de incentivos fiscais dos Estados. Isso, para mencionar alguns pontos.

Por fim, tenho certeza de que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dará grande contribuição ao País se conseguir – como espero que aconteça – coordenar os diversos grupos da sociedade, os diversos Partidos representados no Congresso, as três esferas político-administrativas da Federação, no sentido da aprovação da reforma tributária ampla e coerente. Mais uma vez chegou o momento da reforma, que, desta vez, não pode ser desperdiçado.

Tomar a emenda aglutinativa como ponto inicial pelo qual iniciar as gestões para a aprovação da reforma, além de ter as virtudes que já mencionei, inscreve-se dentro do ideário do partido que hoje se encontra no Poder. Pois a segunda leva de propostas de reforma tributária surgida nos últimos doze anos, tal qual descrevi no começo deste discurso, e na qual a emenda aglutinativa se enquadra, tem como característica fundamental a preocupação com o estabelecimento de impostos não-regressivos, de maior justiça fiscal e social, mesmo que à custa de alguma perda no item simplificação do sistema.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Ribeiro, do Partido da Frente Liberal, do Estado do Tocantins.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**O SR. JOÃO RIBEIRO** (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não sei se é regimental, mas gostaria de, antes de iniciar o meu discurso, registrar a presença do Deputado Estadual do Tocantins, Fabion Gomes, do PFL, que está em visita a Brasília e encontra-se na tribuna do Senado Federal. É, para nós, uma alegria recebê-lo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cumprindo o compromisso assumido desta tribuna, volto a abordar o assunto **geração de emprego e renda**, trazendo ao conhecimento dos meus pares o grande exemplo que o Estado do Tocantins dá à Nação brasileira de como se faz política competente, que gera resultado de grande efetividade e de manifesto impacto social.

O Estado do Tocantins tem se antecipado aos ditos Estados mais desenvolvidos da Federação em relação a muitas iniciativas governamentais, principalmente no que toca à questão da geração de emprego e renda, fazendo de seus programas efetivas oportunidades para o desenvolvimento socioeconômico, de que reclama a sua população.

Nos dias atuais é a Unidade Federativa que, proporcionalmente, mais investe na proteção e promoção dos seus jovens cidadãos. Isso fica comprovado quando se soma o número de beneficiários diretos dos programas Bolsa-Cidadã e Pioneiros Mirins, que, juntos, alcançam a marca dos sessenta mil beneficiados, o que corresponde a nada mais, nada menos do que 5% da nossa população.

Quando somamos os beneficiários indiretos, esse número mais do que se multiplica por três, saltando para a casa dos 200 mil cidadãos, o que equivale a 20% da população tocaninense.

Mas não quero tratar de forma tão genérica essas iniciativas do Governo do meu Estado, porque é preciso apresentá-las com um pouco mais de profundidade. Portanto, vou abordar mais detalhadamente aquele que é o mais importante programa tocaninense voltado para a juventude. Refiro-me ao programa Bolsa Cidadã, instituído pelo Governo Estadual, no ano passado, e que agora se revitaliza na ação determinada da competente força jovem que comanda o Estado do Tocantins, o nosso querido Governador Marcelo Miranda, apoiado

pelo seu dinâmico Secretário Estadual da Juventude, Rogério Ramos, que tem a responsabilidade de coordenar a execução do programa nos 139 Municípios do Estado do Tocantins.

Essa efetiva parceria entre o Estado e os Municípios está estruturada de maneira que a tarefa seja executada sem sobreposições de funções, o que lhe confere maior capacidade de acerto e alcance dos seus objetivos. De um lado, está o Estado, que financia integralmente cada bolsa concedida, e, do outro, o Município, que oferta, como contrapartida, as condições ideais para a execução do programa no seu território.

Enquanto ao Estado estão reservadas as tarefas de elaborar instrumentos metodológicos nas diversas áreas de atuação – com vistas a subsidiar a implementação do programa e capacitar os chamados *orientadores sociais*, por meio de uma equipe multidisciplinar, que utiliza metodologia específica para tal – às prefeituras municipais conveniadas cabem as responsabilidades relativas à parte operacional do programa, como a promoção do cadastramento dos participantes, o acompanhamento integral das atividades e a concessão de instalações físicas para a sua realização.

Hoje mesmo, nesta terça-feira, Sr. Presidente, no Município de Araguatins – que V. Ex<sup>a</sup> conhece tão bem –, estão sendo assinados termos de adesão ao programa com as prefeituras de 28 Municípios que compõem o extremo norte do Estado – o nosso querido Bico do Papagaio –, para dar início à nova fase da iniciativa governamental, a qual tem como objetivo geral proporcionar aos cidadãos tocaninenses capacitação profissional em áreas específicas, como nas de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Cidadania, Esporte e Cultura, possibilitando-lhes experiências e práticas, por intermédio da atuação direta na comunidade.

Entre jovens e adultos beneficiados, nada menos que 3,5 mil cidadãos serão inseridos ou reinseridos no mercado de trabalho, de acordo com a ação à qual estejam ligados.

Mas os benefícios da Bolsa Cidadã não param por aí, pois, além de despertar o sentimento de solidariedade, de preservação do bem público entre seus beneficiários, promove efetivamente a geração de renda a partir das duas Linhas de Ação que instituiu.

Uma, a Força Jovem da Cidade; e a outra, o Agente de Apoio à Força Jovem da Cidade, que, juntas, beneficiando mais de 18 mil jovens tocaninenses, não são meras ações assistencialistas.

A ação **FORÇA JOVEM DA CIDADE**, organiza da somente para jovens com idades entre 15 e 18

anos incompletos, está focada no incentivo ao acesso e à permanência dos beneficiários no sistema educacional local. À concessão da bolsa, no valor de sessenta e seis reais (R\$66,00), é exigido do participante que distribua semanalmente as 20 horas/aula que deve cumprir em atividades de capacitação e atuação nas áreas prioritárias do Programa.

O jovem deve atuar nas escolas públicas e bibliotecas; nas campanhas e postos de saúde; na reciclagem e destinação correta e adequada do lixo, na conservação do patrimônio público; junto aos programas de benefício para a terceira idade e para a comunidade como um todo e nas atividades de esporte e cultura em geral, como a música e tradições regionais. Poderão ainda auxiliar no desenvolvimento de programas e projetos sociais implementados pela prefeitura do Município.

Na ação Agente de Apoio à Força Jovem da Cidade, que se destina a pessoas desempregadas com idades acima de 30 anos, também é concedida uma bolsa, apenas num patamar mais elevado: são setenta e dois reais (R\$72,00). Sua principal finalidade é proporcionar àqueles que a integram uma capacitação e oportunidade de participação ativa na comunidade onde vive.

Semana a semana, os *Agentes de Apoio*, como são conhecidos seus integrantes, dedicam 20 horas de atuação junto aos beneficiários da ação do Força Jovem da Cidade ou no apoio a outros programas e projetos sociais, como o projeto **Pioneiro Mirim**; o **Programa da Erradicação do Trabalho Infantil – Peti**, que é desenvolvido em parceria com o Governo Federal; os programas **Viveiro de Mudas** e de **Hortas Comunitárias**, dentre muitos outros, sobre os quais pretendo, oportunamente, trazer seus resultados ao conhecimento do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apresentando aqui o Programa Bolsa Cidadã como modelo e tendo frisado, ao início deste meu pronunciamento, que o mesmo se iniciou ainda na gestão passada, cabe ressaltar, por final, alguns aspectos que considero relevantes quanto aos resultados que foram até então obtidos.

Em doze meses da implementação do Programa, há de se constatar uma realidade no Tocantins. Realidade esta que deve ser a desejada por todos nós aqui presentes neste plenário para os demais Estados da Federação brasileira.

Os nossos jovens tocaninenses que aderiram ao Programa estão sendo absorvidos pelo mercado de trabalho em suas cidades. E isso vem ocorrendo



porque as organizações locais, além de passarem a contar com um trabalhador mais bem-preparado para as tarefas do dia-a-dia, encontram nesses jovens indivíduos, repletos de consciência cidadã, uma das modernas exigências do mundo do trabalho da atualidade, que quer um profissional mais humano e responsável e, por isso, mais produtivo.

Avaliações realizadas dão conta de que, em todo o Estado, o Bolsa Cidadã, no ano de 2002, promoveu grandes transformações para as comunidades locais:

- reduzindo o índice de violência;
- fazendo crescer o índice de matrícula na rede oficial;
- ocupando positivamente o tempo dos jovens, até então ociosos;
- possibilitando a atuação de jovens protagonistas para junto às comunidades em que vivem;
- exercitando a necessária aprendizagem para ingresso no primeiro emprego; e
- gerando aquele que é o objetivo de nossa batalha neste Congresso Nacional: **o fortalecimento da renda familiar** fortalecimento da renda familiar no primeiro momento e, logo a seguir, a tão desejada geração de emprego e renda.

Sr. Presidente, esse programa, por si só, faz-me acreditar que o Estado do Tocantins está no caminho certo, pois, dando valor e promovendo socialmente os nossos jovens e adultos, estaremos promovendo a verdadeira transformação social que querem e desejam todos os brasileiros.

Para encerrar, não poderia deixar de lembrar o desejo expresso pelo então Governador Siqueira Campos, pai do Senador Eduardo e nosso querido amigo, em seu discurso de lançamento do Programa Bolsa Cidadã, de que esse seria o “portal para o primeiro emprego”.

O desejo do nosso mais ilustre cidadão está sendo realizado com muito mais sucesso do que se poderia esperar naquele momento. É por isso que considero o Bolsa Cidadã uma política de impacto social positivo, porque transforma e muda a prática do relacionamento entre o Estado e o cidadão, que não mais recebe benesses ou favores, mas, sim, o digno apoio do Poder Público a que tem direito constitucional, para o seu próprio resgate social e de seus conterrâneos, fazendo do povo tocantinense um exemplo de cidadãos plenos de seus direitos e alvo da política pública livre do pensamento benemerente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

S Ex<sup>a</sup> dispõe de até 20 minutos.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é com o desejo de servir bem a meu País que ocupo a tribuna do plenário desta Casa Legislativa, nesta tarde.

No curso da minha vida, convivi com homens que sempre cultivaram a mais alta e nobre tradição da política de Minas e do Brasil. Tive a honra e o privilégio de acompanhar, desde cedo, mas de perto, a atuação dos saudosos Presidentes Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves, e do meu pai, Renato Azeredo, que foi dirigente dos antigos PSD e MDB mineiros, e, por seis mandatos, Deputado Federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os problemas que afligem a população brasileira e os desafios que lhe cumpre transpor são variados não somente em número, mas também em natureza. Se me fosse solicitado individualizar um desses problemas, elegendo-o como principal obstáculo ao desenvolvimento econômico e social brasileiro, eu diria que é o enorme desequilíbrio regional existente em nosso País. Notem que quem o diz é um ex-Governador de um dos três Estados mais ricos da Federação, mas que entende com clareza as necessidades das regiões mais carentes do País!

A assimetria acentuada entre os níveis de desenvolvimento econômico e social, considerada a sua distribuição no território brasileiro, é fator que resulta em subutilização dos recursos de que o Brasil dispõe para melhorar a vida da população – do ponto de vista do interior do País – e em superutilização de recursos com a mesma finalidade, implicando em seu desgaste prematuro e em mau funcionamento – do ponto de vista das metrópoles mais populosas e mais ricas.

Urge, portanto, induzir e valorizar a redistribuição da população brasileira em relação ao vasto território que é nosso, usando, para isso, o incentivo da renda e das oportunidades, que é o mesmo atrativo que motivou a concentração das pessoas em poucas cidades gigantescas e inchadas, num dos processos de migração populacional do meio rural para o meio urbano mais rápidos e mais intensos de que o mundo teve notícia no decorrer do Século XX.

Todos os estudos que foram feitos, tentando mapear os níveis de renda e de qualidade de vida, ou

seja, de classificar o território nacional de acordo com tais níveis, demonstram o grande abismo que existe entre as regiões mais pobres e as mais ricas.

Foi num desses estudos, realizado pelo IBGE e pelo UNICEF, que me inspirei quando Governador de Minas – e aqui está o livro *Municípios Brasileiros – Crianças e suas Condições de Sobrevivência* –, para propor e realizar significativa redistribuição de ICMS entre os Municípios mineiros. A legislação que deu base a essa redistribuição foi a Lei Estadual nº 12.040, de 1995, chamada *Lei Robin Hood*, da qual falarei um pouco, mais adiante.

O mapa do território brasileiro é matizado por três cores diferentes, cada uma delas representando uma faixa de Condição de Sobrevivência de Crianças de 0 a 6 anos de Idade, de acordo com o índice calculado em relação a cada Município. O resultado é o que estamos fartos de conhecer.

A faixa verde, representativa do patamar superior de condições de sobrevivência, espalha-se pelas Capitais do País e, de maneira geral, pelas cidades das Regiões Sudeste e Sul, pelo Distrito Federal e por enclaves isolados em todas as outras Regiões.

A faixa amarela, representativa do patamar de condições de sobrevivência imediatamente inferior à verde, ou seja, indicativa de um nível ainda razoável, intermediário, colore enclaves interioranos mais extensos do Sudeste, do Sul e também do Centro-Oeste, e outros da Região Norte.

Finalmente, a faixa vermelha, representativa de uma situação de sobrevivência precária e carente de crianças, espalha-se por quase todo o Norte e Nordeste, e por enclaves isolados nas demais Regiões, com destaque para o meu Estado, onde cobre mais de um terço – a região norte e Jequitinhonha.

O que nos leva, Sr. Presidente, a ser um País tão desigual no que se refere à distribuição espacial do desenvolvimento e da população?

Se fôssemos fazer uma investigação rigorosa das causas desse fenômeno, teríamos que retroceder até o tempo do Brasil Colônia, desde quando a população já se concentrava em poucas cidades, próximas ao litoral, por conta da economia exportadora de bens primários para a Metrópole, mas não é necessário recuar tanto na História.

Na verdade, pode-se dizer que a situação de desigualdade regional, que herdamos e que nos aflige sobremaneira, na configuração em que hoje se nos apresenta, foi provocada principalmente pela natureza da industrialização brasileira no século XX, em especial em sua segunda metade, a qual se localizou

em torno de alguns centros urbanos. Essa industrialização, somada à depressão econômica no campo e ao latifúndio de baixo índice de produtividade, atraiu gente do interior, migrantes que partiram em busca de renda e oportunidades, no fenômeno reconhecido por êxodo rural.

Agravando o rápido processo de urbanização que o País sofreu, com todos os problemas que lhes são inerentes, está a omissão do Poder Público, que quase sempre concentrou seus investimentos e suas políticas nos centros urbanos de maior expressão, deixando o vasto interior brasileiro e regiões periféricas relegadas à própria sorte.

Registre-se aqui que Juscelino Kubitschek enxergou, com clareza, a necessidade de que o Brasil caminhasse para o interior. A sua meta de construção de Brasília teve como principal objetivo não apenas mudar a Capital de local, mas desenvolver este vasto território brasileiro, resultando na pujança da região do entorno de Brasília, de Goiás, do Mato Grosso e de Tocantins, os novos Estados brasileiros.

Por isso – e é esse o ponto fundamental –, urge que o Poder Público redirecione investimentos e recursos públicos para o interior e para as regiões brasileiras mais pobres! Isso é do interesse não somente dessas regiões, mas também das regiões e cidades mais ricas. Junto com a migração descontrolada, temos um ciclo de miséria, de exclusão e de violência a que as metrópoles – e, cada vez mais, as cidades médias – parecem estar se conformando, como se fosse algo inevitável, quase uma imposição do destino.

**Mas quero dizer que não é!** É conjuntura que pode ser revertida por meio de organização e de escolha das políticas públicas adequadas. É papel do Estado realizar esse objetivo. Está lá, na Constituição Federal, no art. 3º, inciso III, como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: “eradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.”

Nesse particular, uma contribuição que posso dar à busca de solução para esse problema é a experiência que tive no Governo de Minas, no que diz respeito à implementação da lei que criamos, à qual fiz referência pouco antes, a chamada *Lei Minas por Minas*, carinhosamente conhecida por *Lei Robin Hood*.

Essa lei teve amplo êxito na consecução do seu objetivo principal, que foi o de redistribuir recursos públicos estaduais em favor dos Municípios mais pobres.

Pergunto-me se algo análogo a isso não poderia ser realizado para o Brasil inteiro.

A *Lei Robin Hood* – Lei Estadual nº 12.040, de 1995, vigente desde 1996, em Minas Gerais – hoje consolidada na Lei nº 13.803, de 2000 – surgiu para cumprir quatro objetivos básicos: primeiro, descentralizar a distribuição do ICMS; segundo, incentivar a aplicação de recursos em áreas de prioridade social; terceiro, incentivar a elevação das receitas próprias dos Municípios; e quarto – o objetivo principal –, reduzir as diferenças econômicas e sociais entre os Municípios de Minas.

Concedo o aparte ao nobre Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC)** – Senador Eduardo Azeredo, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> principalmente por nos trazer um assunto relevante, o qual, hoje, certamente é preocupação do Congresso Nacional, dos Prefeitos, dos Governadores e, claro, do Presidente da República, tendo em vista a existência de projetos sociais. Nobre Senador Eduardo Azeredo, quando Ex<sup>a</sup> governou Minas Gerais, o Brasil inteiro conheceu os projetos desenvolvidos naquele Estado, o qual atendia a todas as áreas, principalmente aos habitantes de regiões agrícolas no interior do Estado. Aproveito a oportunidade, nobre Senador, para citar o Estado de Santa Catarina que, mesmo contando com alto índice na qualidade de vida, sofre bastante em função da falta de uma política pública voltada para a criança, para o adolescente e para os agricultores. A falta desses investimentos concorre para o êxodo do homem do campo para os centros urbanos, criando cinturões de pobreza, compostos por pessoas que só têm conhecimento agrícola. Dessa forma, não conseguem outro tipo de emprego, e caem na marginalidade. Faltam investimentos por parte dos Estados e da União na agricultura familiar, mas é importante que haja investimento nos jovens. Hoje, os filhos dos agricultores estão deixando o interior – creio que até iludidos pela mídia, que mostra cidades com qualidade de vida, com praias e indústrias – à procura de cidades maiores. É preciso que haja investimento na cultura, no lazer, para incentivar e reconduzir esses jovens ao trabalho e à sua própria cultura. Em Santa Catarina, o Governador, Luiz Henrique da Silveira, criou um projeto de descentralização do seu Governo, criando 29 subgovernadorias regionais, sendo comandadas por gerentes titulares e adjuntos, fazendo com que o Governo esteja mais perto dos moradores do interior do Estado. Essas regionais, aprovadas por unanimidade pela Assembleia Legislativa, vão fazer com que o Estado pratique uma política pública mais próxima do agricultor, impedindo, assim, o êxodo rural. Quero apenas cumprimentá-lo pelo pronunciamento que faz. Fiz questão desse aparte para deixar registrado que, em Santa Ca-

tarina, existe um projeto inovador que certamente poderá servir de exemplo para todo o Brasil.

**O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG)** – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan. O exemplo de Santa Catarina é importante no que diz respeito à descentralização.

Continuo insistindo que a origem dos problemas brasileiros está na má distribuição populacional. Se tivéssemos, neste País tão forte, tão pujante, uma população distribuída de maneira mais adequada, seguramente os problemas seriam menores. E, para isso, precisamos incentivar os Municípios pobres e os pequenos.

Sr. Presidente, neste projeto de redistribuição, além de uma quota mínima para os Municípios, de modo que nenhum deles ficasse sem recursos, definimos 10 critérios para a distribuição da quota-parte do ICMS, critérios concretizados por fórmulas de cálculo, algumas vezes um pouco complexas. Por isso, não as descreverei aqui. Apenas as citarei: área geográfica; população dos Municípios; população dos 50 Municípios mais populosos; critérios de relevância social, como investimento em educação; área cultivada; preservação do patrimônio cultural; preservação do meio ambiente, incluída áreas verdes e destinação final do lixo e esgoto; gastos com saúde e Programa Saúde da Família e receita própria, que também é uma maneira de incentivar os Municípios a alcançarem maior autonomia fiscal.

Dou apenas o exemplo de um desses critérios para ilustrar o funcionamento da Lei: o item educação. Nesse quesito de alta relevância social, o Município receberá tanto mais recursos quanto maior for o número de alunos matriculados em sua rede de ensino em relação à capacidade mínima de atendimento que tem o Município.

Cumpra dizer, também, que a implantação dos novos critérios para a redistribuição do ICMS foi gradual. Assim, os Municípios vão-se adaptando, também gradualmente, à nova configuração de receitas disponíveis.

Para não me estender mais na descrição da Lei, direi, Sr. Presidente, apenas, que seus resultados têm sido amplamente satisfatórios. A *Lei Robin Hood*, ou *Minas por Minas* – que é o seu outro nome –: a Minas mais forte, ajudando a Minas mais carente, teve o efeito de aumentar substancialmente os recursos disponíveis de muitos Municípios mais pobres, principalmente os localizados nas regiões mais carentes do Estado, como o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri, como é o caso de Itinga, por exemplo, cidade recentemente visitada pelo ex-Presidente Fernando

Henrique. Itinga recebia R\$400 por mês, de ICMS; hoje, recebe R\$40 mil. Pode não ser nenhuma maravilha, mas é um valor substancial. Isso aconteceu com todos os Municípios. É permanente. Não é convênio que depende de assinatura de Governador. É distribuição de receita do ICMS feita a favor dos Municípios menores e mais pobres.

**O Sr. Aelton Freitas** (Bloco/PL – MG) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Concedo o aparte ao nobre Senador Aelton Freitas.

**O Sr. Aelton Freitas** (Bloco/PL – MG) – Desculpe-me interrompê-lo, mas aqui estou ouvindo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e lembrando, inclusive por haver tido a oportunidade de ser Prefeito quando V. Ex<sup>a</sup> era Governador do Estado de Minas Gerais. Minas. Àquela época, nosso Estado tinha mais de 700 Municípios. E, com o trabalho desenvolvido por V. Ex<sup>a</sup>, que, aparentemente, sacrificou 100 Municípios, beneficiou mais de 650. Hoje, o nosso Estado tem 853 Municípios e praticamente 700 ainda sobrevivem graças a esses critérios e à essa Lei Robin Hood. Parabeno-o pelo seu discurso e lhe aconselho a divulgar esse exemplo para o Brasil. E, vamos juntos, como Senadores por Minas Gerais, fazer com que muitos outros Municípios que não tiveram ainda a oportunidade de continuarem sobrevivendo graças à iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, possam também vir a usufruir desses benefícios. Foi muito bom lembrar isso. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Muito obrigado Senador Aelton Freitas. V. Ex<sup>a</sup> como Prefeito da cidade Iturama, em Minas, sabe muito bem da importância que esse projeto teve e que tem para os Municípios até hoje.

Vale ressaltar também que a perda que os Municípios mais ricos tiveram com a redistribuição foi mínima, inclusive porque a geração de receita própria – um dos 10 critérios mencionados – possibilita-lhes repor e até superar eventuais perdas. E, em algum critérios, como o da destinação do lixo, grandes cidades tiveram os seus investimentos ressarcidos pelos recursos compartilhados. Os que mais perderam não tiveram diminuição superior a 10%, o que justifica o lema: pouquíssimo de poucos representa muitíssimo para muitos.

Em consequência dos resultados redistributivos em favor da população das regiões mais carentes de Minas, eu tive a satisfação de ver os esforços do Governo reconhecidos internacionalmente, mediante a concessão do prêmio Criança e Paz, da Unicef, em 1996, talvez um dos momentos mais gratificantes que tive em toda a minha vida pública.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Concedo o aparte ao nobre Senador César Borges.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Senador Eduardo Azeredo, quero parabenizá-lo pela oportunidade do discurso e pelo belo trabalho que fez em Minas Gerais, à época em que eu era vice-Governador. Depois, por um período, fui Governador do Estado da Bahia. Senti-me honrado em tê-lo como Colega naquela ocasião, inclusive o recebemos na Bahia. Mas quero dizer que a Lei Robin Hood frutificou e deu exemplos. A Bahia, inclusive, se calçou nela para uma modificação que fez justiça aos Municípios menores e mais pobres do nosso Estado. No entanto, Senador Eduardo Azeredo, temos que fazer um pouco mais ainda. A distribuição hoje existente e fixada pela Constituição: apenas 25% – destinado para o ICMS – é o percentual que poderemos mudar por intermédio de uma legislação, como aquela criada por V. Ex<sup>a</sup>, ainda não satisfaz as necessidades de redistribuição de renda, criando distorções incríveis – alguns Municípios com renda per capita tributária de R\$2 mil; outros, de R\$200,00, com uma população muito maior. Então, acredito que seja necessária – inclusive já me debrucei sobre esse assunto – uma PEC com que possamos modificar a Constituição, para que não 25%, mas, pelo menos, 50% do ICMS seja distribuído fora do valor agregado e por critérios populacionais e inversamente proporcionais à riqueza ou à pobreza do Município. Acredito que, a partir daí, poderemos fazer um pouco mais do que V. Ex<sup>a</sup> deseja, que é incentivar o desenvolvimento dos menores Municípios, não digo nem para reverter o fluxo migratório, mas para, pelo menos, manter a população do interior lá fixada, vivendo de forma digna, e para que não haja fluxo migratório das pequenas para as grandes e médias cidades, causando todos os problemas que conhecemos de violência, desordenamento urbano, etc. Portanto, parabeno V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do pronunciamento. Espero que possamos nos incorporar numa luta para modificar a própria Constituição brasileira, dando mais oportunidades aos Municípios mais carentes e mais pobres de nosso País. Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Senador César Borges, eu é que agradeço a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>, que pode, desde já, contar com a minha solidariedade. Não tenho dúvida de que esse é o caminho para se atacar a origem dos problemas brasileiros. Discutimos muito a desigualdade, mas temos de dar condições às pequenas cidades para que melhorem a qualidade de vida de sua população. Naturalmente, isso acontecendo, haverá diminuição da mi-

gração, da pressão sobre as grandes cidades, do atendimento à saúde. É sempre criticada a presença das ambulâncias nas estradas. Mas as ambulâncias têm que estar nas estradas, pois o atendimento à saúde está somente na grande cidade. Tem, então, que haver atendimento à saúde nas pequenas e nas médias cidades; o mesmo deve ocorrer com a educação, até mesmo com o ensino superior, que tem avançado hoje nas cidades médias do Brasil.

Essa proposta de redistribuição mais intensiva do ICMS parece-me muito adequada. Da mesma maneira, a questão que pretendo abordar num projeto que vou apresentar ao Senado, e que já está em elaboração, sobre o Fundo de Participação dos Municípios, a fim de que nele incluamos também outros critérios que não apenas o atual, critérios pelos quais quem investir mais em educação receberá uma premiação por isso; quem cuidar do meio ambiente, quem o preservar, receberá uma premiação; e da mesma maneira nas áreas da saúde, da agricultura e da cultura em si.

Sr. Presidente, vou encerrar o meu discurso dizendo que há muitas frentes a atacar ainda, frentes simultâneas, para reduzir as profundas desigualdades regionais brasileiras. Todas essas frentes, em suas diversas modalidades, áreas de atuação, tipos de políticas públicas, redundam em aumentar o fluxo dos recursos públicos para as regiões mais carentes, criando incentivos econômicos – principalmente econômicos – para que seus habitantes lá permaneçam, que é o que desejam, em sua maioria. É por falta de condições adequadas de sobrevivência e por falta de serviços públicos que proporcionem bem-estar e perspectivas de crescimento pessoal que os migrantes saem de seu torrão natal.

Alguns até me perguntavam, na época da campanha: mas o senhor não foi Prefeito da Capital do Estado, Belo Horizonte? Eu dizia: exatamente por isso, por ter sido Prefeito da Capital, por ter nascido em Belo Horizonte, pude sentir com clareza que muitas das soluções dos problemas das grandes cidades estão nas pequenas cidades, no interior do Estado ou nas cidades médias.

No Brasil dos últimos anos, já está havendo reversão, ainda que tímida, do fluxo de investimentos públicos em favor das regiões mais atrasadas. Por vezes, o desenvolvimento em direção ao interior se dá em razão da iniciativa algo espontânea dos capitais privados. É o caso do rico interior de São Paulo, cada vez mais pujante em seu desenvolvimento. Todavia, é papel do Estado apressar esse processo onde ele já existe, e dar condições para seu surgimento onde ainda não existe.

É necessário, por exemplo, direcionar investimentos públicos em infra-estrutura econômica e urbana para as regiões mais carentes, investimentos sob responsabilidade dos Governos estaduais e do Governo Federal. Em particular, preocupa-me o péssimo estado de conservação de grande parte da malha rodoviária brasileira, que é por onde escoam a produção, que é por onde chegam as comodidades da vida contemporânea. Nosso maior banco de fomento, o BNDES, por sua vez, ainda que timidamente, tem procurado destinar maior parte de seus empréstimos para as regiões mais pobres, mas, ainda aqui, as boas intenções esbarram no fato concreto de que a maior parte das empresas, principalmente as exportadoras, com capacidade de crescer e gerar mais empregos, concentram-se nas regiões mais desenvolvidas. Daí a importância de se trabalhar, por exemplo, com o microcrédito, isto é, empréstimos a pequenas unidades de produção individuais ou familiares, prática que tantos bons frutos tem dado em tantas regiões carentes mundo afora. Não sei se o BNDES seria a agência adequada para isso, ou se precisaríamos de outra, específica, mas vejo com a maior simpatia o microcrédito.

Penso, contudo, que aumentar os recursos das regiões mais pobres por meio da mudança de critério na distribuição das receitas com impostos é mais simples, mais imediato, talvez mais eficaz, sem prejuízo das demais ações de Estado que acabei de comentar. Tem a vantagem de permitir que o próprio Município administre os recursos que impulsionarão seu desenvolvimento. E ainda a de permitir que ele racionalize e torne mais eficaz o gasto público.

Sr. Presidente, abraço a idéia, que quero desenvolver e esmiuçar em minha atuação como Senador, de propor em projeto apropriado a redistribuição do Fundo de Participação dos Municípios, mediante critérios inspirados na Lei Robin Hood de Minas Gerais. Certamente teríamos de ver as especificidades dos Municípios brasileiros, o que exige estudo e, no final do processo, bom senso. Mas a idéia é essa.

Se em Minas Gerais – e nos demais Estados brasileiros, salvo naqueles que têm adotado mecanismos semelhantes aos da Robin Hood – o critério que preside a distribuição da cota-parte do ICMS é o VAF, Valor Adicionado Fiscal, no Brasil, em relação ao Fundo de Participação dos Municípios, o critério é o da população residente. Isso pode ser melhorado, pode ser aperfeiçoado, pode ser mudado em favor de outros critérios que resultem em mais recursos para os Municípios mais pobres e que estimulem o desenvolvimento e a autonomia municipal. Tudo feito com a

preocupação, que tivemos em Minas, de garantir a todos uma cota mínima.

Essa, então, como anunciei no começo deste discurso, é a primeira contribuição, no Senado Federal, que quero dar ao País, na qualidade de homem público que, até o momento, só havia ocupado cargos e funções executivas. É contribuição nascida da experiência que acumulei quando me vi na contingência de ter de fazer funcionar a administração pública do Estado de Minas Gerais.

No mais, quero dizer às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que nutro a mais alta expectativa em relação à convivência cordial, civilizada e produtiva com V. Ex<sup>as</sup>, no âmbito deste relevante foro de discussão dos problemas nacionais e baluarte da defesa intransigente dos interesses da Nação, que é o Senado Federal.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Apenas para balizar o tempo do orador, comunico a S. Ex<sup>a</sup> que já se passaram 8 minutos de seu prazo e peço a colaboração do aparteante.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Senador Eduardo Azeredo, diante da advertência do Presidente, quero apenas dizer da minha satisfação por vê-lo na tribuna do Senado defendendo uma tese das mais respeitáveis, que é a da redistribuição, com mais justiça, do Fundo de Participação dos Municípios. Para isso, V. Ex<sup>a</sup> traz à consideração desta Casa o que aconteceu no seu Estado, Minas Gerais, e que terminou acontecendo na Bahia, conforme depoimento do Senador César Borges, e no Rio Grande do Norte também: essa plethora de leis que tomaram o nome de “leis Robin Hood”. Mas a de V. Ex<sup>a</sup> foi daquelas que mereceram uma maior divulgação, pela abrangência, pelos critérios, daí por que me congratulo com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Senador Garibaldi Alves Filho, muito obrigado pela participação e pelas palavras de V. Ex<sup>a</sup> neste aparte.

Ainda ontem, fui a uma cidade média de Minas Gerais, Patrocínio, na região noroeste, que o Senador Aelton Freitas conhece bem. E com que prazer vi lá instalado um novo frigorífico de suínos, com 550 empregados, o maior pagador de impostos da cidade. Projetos como esse podiam ser instalados normalmente em grandes cidades, mas foram para o interior e ali estão fixando uma nova região, uma nova quali-

dade de vida, sem a necessidade da superlotação que tanto prejudica o País.

Vamos juntos, Senador Garibaldi. Esse é um caminho de soluções definitivas para o Brasil, é um caminho objetivo para darmos mais recursos para que os Municípios menores possam oferecer melhor qualidade de vida à sua população.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Jefferson Péres, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

Antes, porém, permita-me, nobre Líder, prorrogar a Hora do Expediente para ouvir V. Ex<sup>a</sup> e demais Líderes inscritos, além dos Senadores que se inscreveram para comunicação inadiável.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em nome do PDT, quero congratular-me com o Senhor Presidente da República pela decisão de fixar o valor do salário mínimo em R\$240,00 e de antecipar a data de sua vigência em 30 dias.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não acautou a excessiva prudência da equipe econômica, que defendia o valor de R\$234,00, mas também não cometeu a imprudência de dar um valor acima do suportável, uma vez que o aumento do salário mínimo hoje, além da inflação, agrava o déficit da Previdência e pode quebrar inúmeras pequenas Prefeituras pelo Brasil afora.

É verdade que não deixa de ser irônico, Sr. Presidente, que a data tenha passado de 1º de maio para 1º de abril, do Dia do Trabalhador para o dia da mentira, pois todos sabemos que é uma mentira que o salário mínimo atenda as necessidades básicas do trabalhador. Mas só poderemos acabar com essa patranha oficial, Sr. Presidente, quando desfizemos a armadilha a que ficou preso o salário mínimo, com sua vinculação aos benefícios da Previdência. Creio que, se essa desvinculação não for feita, não haverá possibilidade de o Presidente da República, ao final de seu mandato, decretar um salário mínimo de valor em torno de US\$100, porque isso é financeiramente insustentável pela Previdência geral.

É verdade também, Sr. Presidente, que uma desvinculação sem regras deixaria os segurados da Previdência expostos a uma constante erosão dos seus benefícios. Seria preciso estabelecer um me-

canismo de indexação que garantisse a esses segurados o seu poder de compra, ao longo do tempo, mas que permitisse ao Poder Público conceder aumentos reais de salário mínimo, ou seja, aumentos além da inflação, para que, daqui a quatro anos, fosse possível chegar ao dobro do salário atual ou até um pouco mais. Assim, estaríamos chegando perto de um salário minimamente justo para os trabalhadores brasileiros.

Duvido que alguém me demonstre ser possível, sem essa desvinculação, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, um trabalhador, com toda a sua trajetória de vida e com toda a sua boa vontade, alcançar esse valor para o salário mínimo. Imagino como é difícil para um Presidente com essa origem, com essa trajetória, a angústia de não poder dar, realmente, um salário condigno aos nossos trabalhadores. Mas, se não for desfeita essa armadilha da vinculação, sem dúvida, o Senhor Presidente da República, ao final de seu mandato, sofrerá a frustração de manter o salário mínimo em valor próximo ao do atual, ou seja, absolutamente incapaz de satisfazer as necessidades mínimas do nosso trabalhador.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRª IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, a **Veja** publicou, na coluna Radar, duas notas que envolviam meu nome. Diziam que, numa carta furiosa, eu protestara contra a Receita Federal, devido a uma investigação em curso sobre um fiscal acusado de cobrar propina de R\$300 mil de uma empresa.

Com essa notícia veiculada naquela revista, procurei, ainda mais furiosa, o Ministro da Fazenda e o Secretário da Receita Federal. O texto da carta era o motivo da minha indignação, porque um procedimento que considero absolutamente inconstitucional, ilegal e inadmissível nos dias de hoje estava ocorrendo, ou seja, uma denúncia anônima, sem qualquer prova, foi acolhida, dando ensejo a uma investigação oficiosa, não estabelecida – como deve ser feito em qualquer repartição pública – por meio de uma comissão de sindicância, tornada pública, com acusação

clara, definição do investigador, ciência do acusado e direito de defesa.

Na última sexta-feira, recebi a resposta do Secretário da Receita Federal, que me encaminhou um ofício assinado pelo Sr. José Moacir Ferreira Leão, Corregedor-Geral da Receita Federal. Trata-se de uma carta bastante extensa, com a seguinte informação final:

Cumpra ainda informar a V. Exª que não houve nenhuma penalidade administrativa, na Receita Federal, infligida ao servidor Edson Araújo, e tampouco consta nos registros da Corregedoria-Geral a abertura de procedimento disciplinar contra este servidor.

Portanto, a Corregedoria dá o atestado de idoneidade ao servidor. Entretanto, nos parágrafos anteriores da mesma carta, o Sr. José Moacir Ferreira Leão confessa tudo que eu, indignada com o procedimento, relatei ao Ministro.

No segundo parágrafo, S. Sª diz: “Foi enviada à Corregedoria-Geral pelo Secretário da Receita Federal, em 21/01/2003, *denúncia anônima...*”. Confessa, portanto, que a recebeu. Mais à frente, afirma que a investigou oficiosamente e a arquivou, porque o contribuinte, ou seja, a empresa sobre a qual havia a denúncia de propina, “tendo sido cientificado pela Corregedoria do teor da denúncia e do nome do servidor denunciado, disse não serem verdadeiros os termos nela contidos, negando, pois, o fato”. Dessa forma, S. Sª admite que efetuou a investigação oficiosa, porque procurou a empresa e questionou-a sobre se a denúncia era verdadeira ou não.

O Corregedor-Geral foi nomeado pelo Governo anterior para um mandato de três anos e deve cuidar dos procedimentos dos funcionários da Receita. Mas quem vai cuidar dos atos ilegais do Corregedor-Geral, que acolhe denúncia anônima e faz investigação oficiosa? Dou apoio e sustentação ao Governo e faço todo o esforço para que dê certo, mas não serei conivente com esse tipo de procedimento, comum na época da ditadura, que esperávamos já tivesse sido eliminado do País.

Por isso, vamos exigir que, sobre o Corregedor, que teria que cuidar, não possam também pairar dúvidas de procedimentos ilegais. Desde o dia 21 de janeiro até o arquivamento – no ofício, ele diz: “*Diante da negativa do fato pelo contribuinte, determinei na data de hoje o arquivamento*” –, ou seja, durante mais de 40 dias isso ficou circulando, vazando para a imprensa e linchando moralmente o servidor, sobre o qual não pairava nada. Não houve nada, nunca houve. São 20 anos de serviços idôneos.

Quero registrar o fato por considerá-lo absolutamente relevante. O Ministro Antônio Palocci também o entende como relevante, e tenho certeza de que o Secretário da Receita Federal também terá esse mesmo posicionamento. Queremos que sejam tomadas providências para que o oficioso, o ditatorial, aquilo que não é conforme o que está registrado na Constituição deste País – que dá garantia de inviolabilidade da honra a cada uma das pessoas que nascem, moram e vivem neste País, e não dá guarida ao anonimato – não seja considerado, principalmente por alguém que está no cargo de Corregedor, que é a pessoa que tem que cuidar para que tudo seja feito corretamente, legalmente, dentro da Constituição.

Quero que o Plenário fique ciente dos procedimentos. Não me pronunciei na semana passada, mas tenho a convicção de que o motivo por que isso saiu em uma revista de circulação nacional se deve a alguns procedimentos que estamos tomando para buscar levantar questões que interessam ao Brasil, interessam à legalidade e às questões de soberania do nosso País, inclusive no combate ao crime organizado. Por isso, tenho convicção de que vazou para a revista **Veja** para me atingir. Pena que tenha sido feito na ilegalidade e atingindo a moral e a idoneidade de um servidor dos mais respeitados dentro da Receita Federal em Santa Catarina e no Brasil.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador João Capiberibe.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a sociedade brasileira reclama, pesadamente, da carga tributária, hoje uma das maiores entre todos os países.

A carga tributária em nosso País, além de ser pesada, é mal-arrecadada e mal-aplicada. Uma parcela gigantesca dos recursos arrecadados da contribuição do cidadão é destinada a pagar a dívida pública, e praticamente a outra metade é para custear as despesas de governo. A dívida pública existe e foi contraída pelo Brasil e deve ser paga – devemos discutir a forma de pagar. A outra parcela destinada aos gastos públicos me preocupa, pois nos últimos anos tivemos avanços significativos nos mecanismos de controle e uso do dinheiro público. No entanto, temos que aprimorar a gestão do orçamento público para ter efetivo controle social na aplicação desses recursos.

Ora, uma parte dessa arrecadação deixa de ser recolhida, transforma-se em renúncia fiscal e é desti-

nada aos fundos, como a Sudam – agora ADA, que amanhã deve voltar a ser Sudam, de acordo com conversas que tivemos com o Ministro Ciro Gomes e que me deixaram bastante animado. O Ministro Ciro Gomes está com uma proposta para a Sudam de financiar os arranjos produtivos locais, a biodiversidade da Amazônia, o que é fundamental, uma experiência que construímos ao longo desses anos. Os recursos da Sudam são oriundos de renúncia fiscal. Sugerir ao Ministro que fosse feito o estudo de alguns projetos bem-sucedidos na Amazônia.

Tenho dados que mostram que o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais – PPG-7, financiado pelos sete países mais ricos do planeta, colocou, a fundo perdido, nesses últimos oito anos, US\$180 milhões num grande programa com vários projetos, várias linhas de ação. Entre esses projetos está o de fortalecimento das instituições ambientais da Amazônia e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente, as polícias ambientais da Amazônia, os mecanismos todos de fiscalização e controle da biodiversidade. E também financiou projetos econômicos, pequenos projetos demonstrativos de uso correto da biodiversidade.

Ainda na semana passada, vimos pela **Rede Globo**, no Estado de Rondônia, uma demonstração clara do uso correto da biodiversidade e do desenvolvimento da economia local, onde o Sebrae, numa parceria com a comunidade local, no Município de Machadinho, mostrou a comercialização de confecções feitas a partir do látex, transformado em couro vegetal. Uma experiência muito bem-sucedida que emprega, se não me engano, 70 famílias.

Há possibilidade de uma reversão nesse modelo perverso de desenvolvimento pensado para a Amazônia, destruidor do patrimônio ambiental e, sobretudo, concentrador de riqueza, que amplia o fosso das desigualdades sociais.

O que sugeri ao Ministro é que se faça um levantamento dos resultados do impacto provocado pelos US\$180 milhões aplicados pelo PPG-7 e pelo Governo Federal, numa parceria – o Ministério do Meio Ambiente foi o coordenador do programa, e o executor financeiro foi o Banco Mundial –, e, de outro lado, fazer um paralelo com o R\$1,4 bilhão, aplicado pela Sudam, no mesmo período, para que possamos analisar os dois resultados. O que gostaria de saber concretamente é em que foi aplicado esse R\$1,4 bilhão da Sudam, porque, no meu Estado, não conheço nenhum projeto – aqui está o Senador Papaléo Paes, que é do meu Estado, e o nosso Presidente José Sarney – financiado com o resultado de renúncia fiscal,



ou seja, com a contribuição do cidadão, que tenha gerado um único emprego no Amapá. Mas posso citar, pelo menos, três ou quatro projetos que geraram emprego, contribuíram positivamente para a economia do Estado e, sobretudo, aprofundaram a consciência ambiental do povo do Amapá, financiados pelo Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais, que gastou, em sete anos, US\$180 milhões. Do outro lado, existe a Sudam, com US\$1,4 bilhão.

O Governo Lula é um governo que veio para fazer mudanças. Há o entusiasmo do Ministro na direção das mudanças, mas temos que colocar o dedo nessa ferida brava que se chama corrupção no nosso País. Isso é uma tragédia nacional e estamos sendo chamados a tomar medidas. Algumas delas não precisam de lei. Algumas medidas são de modernização gerencial, e isso não é difícil, porque temos instrumentos eficientes...

*(O Sr. Presidente José Sarney faz soar a campainha.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Temos instrumentos eficientes, com tecnologia, e podemos colocar isso a serviço do cidadão. Fizemos essa experiência no Amapá. Quem quiser testar pode abrir, na Internet a página [www.amapa.gov.br](http://www.amapa.gov.br), onde encontrará desde as receitas diárias do governo nas contas bancárias até os empenhos praticados até 31 de dezembro de 2002.

É essa preocupação com o controle da contribuição do cidadão que temos de trazer, discutir, debater e transformar, aprimorando as leis já existentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (PMDB – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Senador João Alberto Souza, V. Exª tem a palavra como Líder do PMDB.

**O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA** (PMDB – MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Casa hoje tem outro João Alberto; no passado, só tinha um João Alberto, Senador. Agora, tenho a satisfação de ter um colega João Alberto, do Amapá, terra que o Presidente muito venera, às vezes até colocando à frente do Maranhão.

Sr. Presidente, faço uso da palavra em função da solenidade realizada no dia 21 de março, na Associação Comercial do Maranhão, quando se entregou o título de Empresário do Ano a Edilson Baldez, conceituado engenheiro da minha terra, do ramo hoteleiro

ro e da construção civil. Compareceram à solenidade o Governador do Estado, Deputados Federais e Estaduais, prefeitos, desembargadores e o empresariado da minha terra.

Naquela oportunidade, ouvimos a palavra do Presidente da Associação Comercial do Maranhão, Dr. Luiz Carlos Cantanhede, de Júlio Noronha, empresário local, e do homenageado, Dr. Edilson Baldez.

Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, registro esse acontecimento, sobretudo em função do Programa Fome Zero. Recentemente, falei neste plenário sobre a conscientização do combate à fome. E, naquele evento, vi o empresariado unir-se por essa causa. O que preside a idéia maior do Programa, no meu entender, é a conscientização do brasileiro. Fiquei feliz ao ver que os empresários da minha terra estão se conscientizando de que também têm de se engajar no combate à fome.

O Programa Fome Zero dará certo, assim como já ocorreu com outros programas. Hoje, preservamos a natureza, e há dentro de nós o sentido de desenvolvimento sustentável. Espero que o mesmo aconteça com a fome. Essa doença endêmica no Brasil será combatida com a nossa vontade e com a nossa conscientização.

Era a comunicação que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Passamos agora à comunicações inadiáveis. Nossa Ordem do Dia está um pouco atrasada, mas a Mesa vai conceder a palavra aos três Srs. Senadores que se inscreveram para comunicações inadiáveis.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. V. Exª dispõe de cinco minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, fiz uma série de considerações sobre a importância da elevação do salário mínimo. Defendia eu, como o faço há muito tempo, que o salário mínimo voltasse a ter como data-base o dia 1º de maio, e não o dia 1º de abril. Disse da tribuna que o Congresso Nacional, no debate sobre a peça orçamentária, no ano passado, acabou sinalizando para um salário mínimo em torno de R\$ 240,00.

Numa audiência que tive com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva há dois meses, Sua Excelência me disse que, se dependesse dele, o salário mínimo seria, pelo menos, R\$ 240,00, como sinalizado pelo Congresso. Mas Sua Excelência gostaria que fosse ainda maior. Criamos, então, a expectativa que comentei desta tribuna do Senado da República.

Uso, neste momento, a comunicação inadiável, Sr. Presidente, para dizer que, hoje, às 10h30min, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva me ligou e fez uma série de considerações sobre a questão do mínimo. Em primeiro lugar, disse que os R\$240,00 foram, na verdade, selados pelo próprio Congresso no momento em que votou a peça orçamentária; que a sua vontade é de que, efetivamente, o valor do salário mínimo seja dobrado durante o seu mandato; que vai contribuir com a sua base de apoio no momento do debate do Orçamento, sinalizando um salário mínimo maior já a partir do ano que vem. Mencionei ao Senhor Presidente da República sobre a importância de não cometer o erro do passado, reajustando-se o salário mínimo em 1º de abril e ficando a revisão dos proventos dos aposentados para 1º de junho.

O Presidente pediu que eu fizesse contato com os Ministros da Fazenda e da Previdência Social visando assegurar que o reajuste dos aposentados e pensionistas, ainda hoje totalmente desvinculado do salário mínimo, voltasse a ser no dia 1º de maio, a depender de Sua Excelência, com o mesmo percentual de reajuste assegurado ao mínimo.

Sr. Presidente, ontem, no debate que tivemos na Casa, com a participação de Líderes de vários partidos, como os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Arthur Virgílio, percebemos a vontade de elaborar, no debate da medida provisória que virá a esta Casa, alternativas que contemplem, dentro do possível, a elevação do salário mínimo para um patamar melhor. Pretendemos principalmente que a data-base volte ao dia 1º de maio, não permitindo que o aposentado tenha um reajuste menor do que o dado ao salário mínimo.

Historicamente, sempre trabalhei com o GPDI, não porque o INPC neste ano ficou em torno de 20%, enquanto GDPI está em torno de 30%, mais precisamente 30,71%.

Por isso, Sr. Presidente, com as considerações que fiz também ao Senhor Presidente, percebemos a boa vontade do Executivo de caminhar para que a data-base volte a ser 1º de maio, garantindo-se aos 22 milhões de aposentados e pensionistas o mesmo percentual assegurado ao salário mínimo; que eles não percebam mais o reajuste em junho, podendo desfrutá-lo a partir de 1º de maio.

Faço essa comunicação no sentido de apontar para a sociedade brasileira a intenção desta Casa, do Congresso Nacional e do próprio Executivo de que o reajuste dos proventos dos aposentados volte a ocorrer no mês de maio, na mesma proporção do reajuste do salário mínimo.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan. V. Exª dispõe de cinco minutos.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, volto à tribuna para novamente me referir à BR-101. Antes, porém, gostaria de aqui manifestar a minha solidariedade à nobre Senadora de Santa Catarina, Ideli Salvatti. S. Exª foi alvo de acusações e injúrias, mas nós, que a conhecemos, sabemos de sua conduta e o quanto ela preza o seu trabalho público e o seu compromisso público. Solidarizo-me, portanto, com a nobre Senadora Ideli Salvatti.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje se completam 60 dias da visita do Ministro dos Transportes Anderson Adauto a Santa Catarina. S. Exª esteve em nosso Estado e teve oportunidade de verificar as condições do trecho sul da BR-101 ao percorrer grande parte de sua extensão entre Florianópolis e Criciúma. Invocando a população dos municípios compreendidos no trecho sul, fizemos uma grande festa na ocasião. Preparamos uma recepção digna para o ministro porque depositamos total confiança na garantia que nos deu de que até o dia 1º de abril iria, definitivamente, anunciar as obras de duplicação do trecho em questão. Percorremos de ônibus o trecho entre Florianópolis e Criciúma, e várias manifestações ocorreram naquele trajeto, todas pacíficas. Manifestantes lembraram, infelizmente, a perda de inúmeros parentes e amigos e pediram ao Ministro total atenção e urgência na duplicação do trecho sul da BR-101, já que já havia tido início a licitação, faltava apenas abrir as cartas.

Hoje é dia 1º de abril, e não queremos, de forma alguma, vincular esta data ao não-cumprimento da promessa do Ministro. S. Exª fez promessas aos políticos, empresários e lideranças dos três Estados da Região Sul do País – lideranças que hoje estão reunidas em Santa Catarina e prometem radicalizar em caso de protelação, por parte do Ministério dos Transportes, do anúncio da duplicação do trecho da BR-101.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as lideranças de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná vão elaborar um cronograma para esse movimento de radicalização. Há a previsão de bloqueio da BR-101 no trecho entre os municípios de Palhoça, na grande Florianópolis, e Osório, no Rio Grande do Sul. A meta é fechar a BR-101 na próxima semana se não for obtida uma resposta positiva do Ministro Anderson Adauto.

Vamos conversar com o governador de Santa Catarina. Aliás, é importante que seja colocado que o governador de Santa Catarina também está preocupado com essa situação, porque já houve inúmeras paralisações no governo passado, inclusive com a ameaça de destruição de uma ponte da BR-101 em função dos inúmeros acidentes que ocorrem diariamente.

Nós pretendemos, juntamente com o Governador Luiz Henrique da Silveira, formar uma caravana de políticos, empresários e líderes regionais para vir a Brasília para uma audiência com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É preciso que seja resolvido com urgência o impasse criado pelo fato de o Ministro Adauto não ter formalizado ontem a abertura das cartas e o início da obra. O pior é que, ironicamente, isso ocorreu às vésperas de um 1º de abril – a promessa do Ministro de que até 1º de abril essa formalização ocorreria chamou a atenção de todos, foi motivo de gargalhadas, mas S. Exª disse que nada devíamos temer, porque o início da obra seria anunciado antes do dia 1º. Infelizmente não vimos, em nenhum órgão de imprensa, em nenhuma comunicação do ministério, alguma declaração que viesse ao encontro dos desejos do povo do sul de nosso querido País.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que os editais foram lançados em junho do ano passado. Em setembro, o Tribunal de Contas da União paralisou a concorrência, apontando supostas irregularidades no edital. Em dezembro, porém, o TCU, por seis votos a dois, autorizou a abertura das cartas, praticamente avalizando todo o processo licitatório. As acusações de superfaturamento e outras irregularidades caíram por terra em função de o próprio Tribunal estar avaliando essa obra.

É bom colocar que as cartas poderiam ter sido abertas em dezembro, mas, pelo que sabemos, a equipe de transição pediu ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso que fosse prorrogada a abertura das cartas para este ano, para janeiro. Infelizmente fomos golpeados e até agora nada aconteceu.

Quero deixar registrado nesta Casa que, se porventura ocorrer alguma paralisação, o Brasil terá um prejuízo enorme, principalmente as regiões do sul do País. E essa paralisação, pelo que tenho conhecimento, está para ocorrer: a população, os pescadores, os agricultores, as empresas de turismo, as transportadoras e as comunidades em geral estão comunicando hoje que deverão iniciar uma paralisação da BR-101. É inegável que isso ocasionaria um prejuízo enorme para o nosso País.

Esperamos que, para acabar definitivamente com essa novela, o Presidente se sensibilize e cumpra o que prometeu em campanha, ou seja, iniciar essa obra no início deste ano, o que até agora não ocorreu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra à última oradora inscrita nesta parte da sessão, a Senadora Heloísa Helena.

**A SRª HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, algumas declarações hoje publicadas nos jornais chamaram a nossa atenção. Essas declarações, atribuídas a membros de nosso governo ou de nosso partido, teriam sido feitas em função da votação, amanhã, de uma proposta de emenda constitucional na Câmara dos Deputados, proposta que já passou por esta Casa.

As declarações dizem o seguinte: “Fecha-se o cerco sobre rebeldes”; “Abrem a porta do partido para quem votar contra”; “Endurecem o jogo com os radicais”. Sr. Presidente, tenho certeza de que isso deve ser alguma interpretação jornalística, até porque não estamos na época da Inquisição, na época do Tribunal do Santo Ofício – tribunal que, de santo, nada tinha.

O Senador Geraldo Mesquita sabe que o Santo Ofício exilou até um sino – mandaram para o exílio um sino! Em 1530, Mestre Rodrigo fez um sino muito interessante, um sino que encantava a cidade, porque tocava trezentas vozes diferentes. Um dia, durante a madrugada, o sino tocou supostamente só. Pronto! Foi o suficiente para exilarem o sino! É verdade, um sino!

Felizmente não estamos na época da Inquisição, porque nessa época, de fato, os confessores, os chamados advogados da dor, diziam: queime o que escreve, ignore o que sabe, não veja o que olhe e depois peça a Deus que te dê, como presente, o esquecimento; escolha o silêncio.

Sr. Presidente, sei que alguns fizeram dessa PEC que será votada amanhã algo extremamente relevante, quando, de fato, nem o era, basta atentarmos para as declarações de vários Ministros do Supremo Tribunal Federal em relação ao tema.

Também é importante lembrarmos como se deu a votação dessa PEC. Não houve fechamento de questão com relação à matéria. O Diário do Senado Federal, do dia 10 de junho, registra que o nosso querido Senador José Eduardo Dutra, na condição de Líder, diz: “O Bloco vota ‘sim’, liberando aqueles que são contrários”. Não é à-toa que, dos sete Senadores do PT, quatro não votaram. Eu e o Senador Lauro

Campos votamos “não”. O Senador Tião Viana e o Senador Geraldo Campos se abstiveram da votação. Isso demonstra que essa PEC não tinha nada de tão relevante.

Se, infelizmente, ela passou a ser relevante, por atribuírem a sua aprovação ou não à vitória ou derrota do Governo, ou em função de termos assinado a Carta de Intenções do Fundo Monetário Internacional, apresentando a PEC como instrumento fundamental facilitador da regulação do setor financeiro, um passo necessário para a passagem da desejada lei que formalizará a autonomia operacional do Banco Central, espero que não seja esse o motivo, Sr. Presidente. Espero que tudo isso seja apenas interpretação da imprensa.

Não haverá nenhum problema em relação a essa PEC, no Senado. Vamos votá-la; a Bancada votará por unanimidade, até porque, com cabeças a prêmio, escolhemos lutar por causas mais nobres.

Esta Casa sabe – e eu já disse aqui várias vezes – que as decisões de Bancada são fundamentais, o debate da fidelidade é fundamental, mas eu digo, Senador Gilberto Mestrinho, que, em relação à autonomia do Banco Central, só existe uma possibilidade de, na Ata do Senado Federal, não constar o meu voto contrário: se o Governo não encaminhar o projeto, porque, se o Governo encaminhar o projeto, o meu voto será contrário, por uma questão de convicção ideológica e concepção programática.

Então, espero que essas discussões aqui levantadas sejam simplesmente interpretações jornalísticas de um debate que está sendo feito por algumas Lideranças do Governo ou do PT.

Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 185, DE 2003**

**Conclama aos governos dos países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas que convoquem reunião de emergência daquele organismo para debater estratégias que visem fazer cumprir a Resolução nº 1.441 de forma pacífica e cessar de imediato a intervenção militar no Iraque.**

Nós, Senadores da República Federativa do Brasil,

Imbuídos do desejo de contribuir para um mundo mais justo e menos conflituoso;

Conscientes da necessidade de proteger e aperfeiçoar o sistema de segurança coletiva instituído pela Carta das Nações Unidas, de fundamental importância para assegurar o equilíbrio entre as nações e a paz no mundo;

Certos da eficiência do multilateralismo e da negociação diplomática para dirimir conflitos;

Preocupados com a sorte da população civil iraquiana, já muito castigada por 12 anos de embargo comercial;

Enfatizando a necessidade de que as partes beligerantes respeitem integralmente as Convenções de Genebra relativas ao tratamento digno dos prisioneiros de guerra e à proteção de civis em conflitos armados;

Considerando que a intervenção militar no Iraque, feita ao arrepio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, poderá impedir a criação das condições necessárias para assegurar uma paz duradoura naquele país e o equilíbrio geopolítico no Oriente Médio;

Constatando que a maior parte da população do planeta vem condenando, com veemência, a intervenção militar no Iraque;

Recordando que a Resolução nº 1.441 não autoriza o uso da força no Iraque;

Ressaltando, por outro lado, que o governo do Iraque deve cumprir fiel e prontamente os termos da Resolução nº 1.441;

Reivindicando o pronto restabelecimento do programa “Petróleo por Comida” das Nações Unidas, dada à rápida deterioração das condições de vida da população iraquiana devido ao conflito armado e à suspensão das remessas de alimentos; e

Considerando, finalmente, os princípios da solução pacífica dos contenciosos internacionais e da não-intervenção, inscritos em nossa Constituição e caros à tradição diplomática brasileira;

Conclamamos aos governos dos países membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas que convoquem reunião de emergência daquele organismo para debater estratégias que visem fazer cumprir a Resolução nº 1.441 de forma pacífica e cessar de imediato a intervenção militar no Iraque.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2003. – Senador **Aloizio Mercadante**, Líder do Governo. – Senador **Tião Vianna**, Líder do PT. – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente da CRE.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O requerimento lido será encaminhado à Comissão de Relações Exteriores.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 186, DE 2003**

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma do disposto no art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento de Informações nº 146, de 2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, 1º de Abril de 2003. – **Ante-ro Paes de Barros**, Senador PSDB/MT.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Defiro a retirada do Requerimento, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno.

O Requerimento nº 146, de 2003, vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 187, DE 2003**

**Requerimento de voto de aplauso ao militar sergipano aprovado em processo de seleção para integrar missão da ONU.**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações a Polícia Militar de Sergipe, por meio de seu Comandante-Geral, e ao Tenente da Polícia Militar de Sergipe, Sr. Álvaro Jorge, pelo êxito de sua aprovação em processo de seleção para compor a Força de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), junto à missão no Timor Leste.

#### **Justificação**

O tenente da Polícia Militar de Sergipe, Sr. Álvaro Jorge, é o único oficial de todo o Nordeste escolhido para compor a Força de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU). À missão acontece no Timor Leste, que se tornou independente da Indonésia em 1999.

É bom lembrar que o Timor Leste foi colônia de Portugal, daí que integra os poucos países de língua portuguesa. Ademais, o Brasil está auxiliando na força tarefa da ONU de consolidação desse recente Estado,

bem como apoiando a formação de legislações e constituição de suas instituições democráticas.

A seleção para compor a Força constituiu-se de testes de inglês avançado, tiro e direção de veículos do Exército e foram realizadas nos dias 12, 13 e 14 do mês de março de 2003, aqui em Brasília, no Comando de Operações Terrestres do Exército (COTER). Ao todo se inscreveram 45 militares para participar do programa e apenas 14 foram selecionados, dentre eles o tenente sergipano.

A Polícia Militar de Sergipe já possui tradição histórica em participações de Forças Especiais dentro e fora do País, em destaque a campanha de combate ao Cangaço, no início do século passado; auxílio às Forças Armadas no controle do movimento tenenista; e mais recentemente na Missão de Paz da ONU em Moçambique e Angola, em 1993, quando enviou 3 oficiais.

Sem sombra de dúvidas, a participação de um policial sergipano nesta missão é muito importante, pois bem demonstra o alto grau de capacitação dos integrantes da Polícia Militar, além da qualificação profissional e, sobretudo, o preparo intelectual do tenente Álvaro Jorge.

Acrescente-se que a participação de um integrante da PM Sergipana em Missão Internacional da ONU, por um lado, além de enobrecer o corpo militar do Brasil, por outro, possibilita a troca de experiências internacionais, pois mesmo estando a serviço da ONU, o oficial irá conviver com questões diretamente relacionadas a segurança pública e ao projeto de organização do Timor Leste.

Assim, tal fato é motivo de bastante orgulho para a própria Corporação Militar do Estado de Sergipe e desse jovem oficial, razão pela qual apresentamos o presente requerimento, para que a Instituição da Polícia Militar de Sergipe e o Tenente Álvaro Jorge, recebam as devidas homenagens.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2003. – **Antônio Carlos Valadares**, PSB – SE.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O requerimento lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 188, DE 2003**

Requeiro, com amparo no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 216, I, e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitado ao Ministro de Estado da Fazenda, a

remessa do Relatório Final do Banco Central do Brasil, sobre as causas que levaram ao saneamento financeiro, intervenção e conseqüente privatização do Banco do Estado do Paraná.

Sala das sessões, 26 de março de 2003. – Senadores **Ney Suassuna**, Presidente – **Osmar Dias** – **Alvaro Dias** – **João Batista Motta** – **Luiz Otávio** – **João Ribeiro** – **Aelton Freitas** – **Efraim Moraes** – **Antonio Carlos Valadares** – **Eurípedes Camargo**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O requerimento lido será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apresentar o seu parecer quanto à Constitucionalidade, Juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação, no prazo máximo de duas reuniões ordinária da Comissão, nos termos do art. 9º do Ato da Mesa nº 1, de 2001.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 95, DE 2003**

##### **Dispõe sobre a privacidade na Internet.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É assegurada a privacidade das informações pessoais na Internet.

§ 1º O dever de manter a privacidade cabe indistintamente a provedores de acesso, órgãos públicos, comerciantes, prestadores de serviços, e a outros que, em virtude de suas atividades, venham a receber as informações de terceiros, a título oneroso ou não.

§ 2º Entende-se por informação pessoal aquela, de qualquer natureza, pertinente à pessoa, tais como seus hábitos, seus interesses, sua identificação, seus endereços físicos e virtuais e seus meios financeiros.

Art. 2º Toda pessoa tem direito a receber esclarecimentos detalhados sobre as suas informações pessoais detidas por qualquer das pessoas mencionadas no § 1º do art. 1º, podendo a qualquer tempo exigir que sejam canceladas. Nesse caso, as informações serão mantidas somente por força de lei ou quando imprescindíveis a registros contábeis e fiscais.

Art. 3º Nenhuma informação pessoal poderá ser transmitida a terceiros, salvo autorização expressa circunstanciada, vedado o uso de autorização genérica, indeterminada ou implícita.

Art. 4º O Ministério Público poderá requerer à justiça que determine a cessação da privacidade das informações pessoais, quando necessário para suas investigações.

Art. 5º Divulgar indevidamente informações protegidas por esta lei.

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa.

Art. 6º Recolher informações pessoais de forma oculta ou disfarçada.

Pena – detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

O advento da Internet como um grande meio de comunicação colocou-a como um dos principais meios modernos de trocas de informações. De fato, o livre trânsito de informações é da própria natureza da Internet e uma de suas grandes forças.

Contudo, há que se estabelecerem limites. Os mesmos meios que permitem elogiáveis trocas de informações permitem insuportáveis violações da privacidade individual. Assim, por exemplo, recentemente um sítio de ofertas de empregos (Monster.com) anunciou que diversos estelionatários estavam-se fazendo passar por empregadores em potencial com o intuito de conseguir informações sobre as pessoas lá cadastradas.

Também recentemente, a livraria virtual Amazon esteve no centro de uma polêmica, quando vários de seus consumidores exigiram que seus dados pessoais fossem apagados de seus registros, para depois descobrirem que isso não fora feito.

É imprescindível que o Poder Legislativo atue rapidamente, exercendo seu papel essencial de atualizar o Direito positivo e adaptá-lo aos novos tempos, estendendo o manto protetor da lei sobre as pessoas e suas informações. Para tanto, conto com a aprovação de meus pares para este singelo projeto.

Sala das Sessões, 1º de abril de 2003. – Senador **Valmir Amaral**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa).

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 96, DE 2003**

**Acrescenta § 50 ao artigo 20 da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com vistas a permitir aos estados ou municípios a restituição de parte da compensação financeira pela exploração de recursos minerais a que fazem jus, em razão do § 20 do mesmo artigo, para empresas mineradoras que implantarem a verticali-**

zação da indústria mineral no estado ou município onde se situar a lavra.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 2º .....

.....  
§ 5º A empresa de mineração que implementar, no estado ou município onde se situa a lavra, a industrialização de minério extraído, fará jus a restituição parcial dos valores definidos no § 2º deste artigo, na forma e condições regulamentadas por lei estadual ou municipal.(NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A exploração de recursos minerais é uma das atividades que mais impacta o meio ambiente. Os municípios e os estados onde se situam as lavras herdadas, ao final da exploração desses recursos não renováveis, problemas ambientais de toda ordem, sem contrapartida das empresas mineradoras. Problemas sociais também decorrem dessa atividade, pelo fluxo migratório para o estado detentor da lavra.

É fundamental que haja uma contrapartida da empresa mineradora para os inevitáveis problemas que surgem durante a lavra da jazida de minérios. A industrialização do minério no próprio município, ou em outro município do mesmo estado seria uma compensação justa que a empresa mineradora poderia oferecer à sociedade local, que arca com os ônus sócio-ambientais dessa exploração inerentemente predatória.

Não obstante a justiça dessa contrapartida, o princípio constitucional da livre-iniciativa dá às empresas a liberdade de ação na seara econômica, de modo que não há como obrigá-las a processar o minério no município ou estado de origem. Incentivos são a alternativa mais razoável para estabelecer esse compromisso sócio-ambiental.

É nesse sentido que proponho alteração na legislação sobre compensação financeira pela exploração de recursos minerais, posto que essa é uma receita exclusiva do município ou do estado detentor da lavra, o que lhes dá condições únicas para a proposição de incentivos às empresas mineradoras. Entretanto, para que a renúncia de uma receita certa em troca de benefícios sócio-ambientais se faça com segurança jurídica, é imprescindível o respaldo da casa legislativa estadual ou municipal.

Sala das Sessões, em 1º de abril de 2003. –  
Senador **Duciomar Costa**.

### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990

**Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....  
Art. 2º Para efeito do cálculo de compensação financeira de que trata o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, entende-se por faturamento líquido o total das receitas de vendas, excluídos os tributos incidentes sobre a comercialização do produto mineral, as despesas de transporte e as de seguros.

.....  
§ 1º O percentual da compensação, de acordo com as classes de substâncias minerais, será de:

– minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio: 3% (três por cento);

II – ferro, fertilizante, carvão e demais substâncias minerais: 2% (dois por cento), ressalvado o disposto no inciso IV deste artigo;

III – pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres: 0,2% (dois décimos por cento);

IV – ouro: 1% (um por cento), quando extraído por empresas mineradoras, isentos os garimpeiros.

§ 2º A distribuição da compensação financeira referida no **caput** deste artigo será feita da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 24-7-2000)

I – 23% (vinte e três por cento) para os Estados e o Distrito Federal;

II – 65% (sessenta e cinco por cento) para os Municípios;

II-A.2% (dois por cento) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, instituído pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991, destinado ao desenvolvimento científico e tecnológico do setor mineral; (Inciso incluído pela Lei nº 9.993, de 24-7-2000) (Regulamenta)

III – 10% (dez por cento) para o Ministério de Minas e Energia, a serem integralmente repassados ao

Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, que destinará 2% (dois por cento) desta cota-parte à proteção mineral em regiões mineradoras, por intermédio do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. (Redação dada pela Lei nº 9.993, de 24.7.2000)

§ 3º O valor resultante da aplicação do percentual, a título de compensação financeira, em função da classe e substância mineral, será considerado na estrutura de custos, sempre que os preços forem administrados pelo Governo.

§ 4º No caso das substâncias minerais extraídas sob o regime de permissão da lavra garimpeira o valor da compensação será pago pelo primeiro adquirente, conforme dispuser o regulamento.

#### DECRETO Nº 3.866, DE 16 DE JULHO DE 2001

Regulamenta o inciso II-A do § 2º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e a Lei nº 9.993, de 24 de julho 2000, no que destina recursos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no inciso II-A do § 2º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, e na Lei nº 9.993, de 24 de julho de 2000,

Decreta:

Art. 1º Os recursos de que trata o inciso II-A do § 2º do art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, serão depositados no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, em categoria de programação específica denominada CT-MINERAL, e utilizados no financiamento de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico no setor mineral.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste decreto, entende-se como atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico:

- I – os projetos de pesquisa científica e tecnológica;
- II – o desenvolvimento tecnológico experimental;
- III – o desenvolvimento de tecnologia industrial básica;
- IV – a implantação de infra-estrutura para atividades de pesquisa;
- V – a formação e a capacitação de recursos humanos; e
- VI – a difusão do conhecimento científico e tecnológico.

Art. 2º Cabe ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, após receber as indicações pertinentes, designar os membros do Comitê Gestor de que trata o art. 80 da Lei nº 9.993, de 2000.

Art. 3º O Comitê Gestor terá as seguintes atribuições:

- I – elaborar e aprovar o seu regimento;
- II – identificar e selecionar as áreas prioritárias para a aplicação dos recursos nas atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor mineral;
- III – elaborar plano anual de investimentos;
- IV – estabelecer as atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico a serem apoiados com recursos da CT-MINERAL;
- V – estabelecer os critérios para a apresentação das propostas de projetos, os parâmetros de julgamento e os limites de valor do apoio financeiro aplicável a cada caso;
- VI – acompanhar a implementação das atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e avaliar anualmente os seus resultados.

Parágrafo único. O Comitê Gestor encaminhará aos Ministros de Estado da Ciência e Tecnologia e Minas e Energia os resultados do desempenho das atribuições previstas nos incisos II, III e IV deste artigo.

Art. 4º No desempenho de suas atribuições, o Comitê Gestor poderá convidar especialistas e representantes de outros Ministérios para participar de suas reuniões, sem direito a voto ou remuneração, bem como utilizar subsídios técnicos apresentados por grupos consultivos, especialistas do setor produtivo, integrantes da comunidade acadêmica e de áreas técnicas ligadas direta ou indiretamente às atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico.

Art. 5º O Comitê Gestor dará ampla divulgação de seus atos e da avaliação de resultados das atividades financiadas com recursos da CT-MINERAL.

Art. 6º As ações visando ao atendimento de demandas que envolvam bolsas de formação e capacitação de recursos humanos e o financiamento de projetos individuais de pesquisa serão executadas, preferencialmente, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, mediante repasse de recursos do FNDCT.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 16 de julho de 2001; 180º da Independência e 113º da República. – **Fernando Henrique Cardoso, José Jorge, Ronaldo Mota Sardenberg.**



*(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo a decisão terminativa.)*

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 2003**

### **Altera o § 1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 193. (...)

§ 1º O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.” (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

A nova Constituição dispõe sobre os adicionais de insalubridade, periculosidade e para trabalho penoso. Dessa forma, diz a Lei Maior que os adicionais são de remuneração. Assim sendo, a insalubridade em grau máximo passaria a ser, por exemplo, de 40% sobre o salário normal, o que acaba ultrapassando em valor o atual adicional de periculosidade.

Este projeto é parte de outros dois que fixam percentuais sobre a remuneração de 10, 20 e 40% em caso de insalubridade, 50% em caso de periculosidade, como este que estamos apresentando, e outro que fixa em 30% o adicional para trabalho penoso.

Dessa forma é que esperamos que o projeto seja aprovado.

Sala das Sessões, 1º de maio de 2003. – **Paulo Paim.**

### **LEGISLAÇÃO CITADA**

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

### **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

## **TÍTULO II**

### **Das Normas Gerais de Tutela do Trabalho**

#### **CAPÍTULO V**

### **Da Segurança e da Medicina do Trabalho**

#### **SEÇÃO XIII**

### **Das Atividades Insalubres ou Perigosas**

Art. 193.

§ 1º O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

*( À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Ofício nº 61/03-GLPSDB

Brasília, 26 de março de 2003

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Ex<sup>a</sup>, tenho a satisfação de indicar o Senador Antero Paes de Barros como titular para compor a Comissão de Educação.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senado **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Presidência designa o Sr. Senador Antero Paes de Barros para compor, como titular, a Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Passa-se à

## **ORDEM DO DIA**

### **Item 1:**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2003**  
(Proveniente da Medida Provisória nº 79, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 79, de 2002, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências, tendo

Parecer proferido no plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Re-

lador: Deputado Gervásio Silva (PFL-SC), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2003.

Relator Revisor: Senador José Jorge

A medida foi recebida formalmente no Senado Federal no dia 27, passando a sobrestar todas as deliberações legislativas desta Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, Relator-Revisor da matéria. (Pausa.)

Senador José Jorge, como não há acordo das Lideranças, a medida provisória, sobrestando a pauta, não será votada hoje. Assim, pergunto se V. Exª deseja instruir a matéria com o seu parecer no dia da votação ou hoje.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, eu gostaria de ler meu parecer amanhã, quando da votação. Será mais interessante para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Mesa atenderá à solicitação de V. Exª.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Não havendo acordo, a matéria fica com sua apreciação sobrestada em virtude da falta de acordo das Lideranças, assim como as demais matérias constantes da Ordem do Dia de hoje.

São as seguintes as matérias sobrestadas:

## 2

### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 80, DE 2002

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 80, de 2002, que altera o art. 5º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável.

Relator Revisor:

## 3

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2003 (Proveniente da Medida Provisória nº 83, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 83, de 2002, que dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e quanto ao mérito, favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2003.

Relator Revisor:

## 4

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2001

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 166, de 2003 – art. 336, II)  
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2001 (nº 1.277/2001, na Casa de origem), que estabelece, nos crimes de homicídio e lesão corporal, causas de aumento de pena, tendo

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Amir Lando, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

## 5

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 166, de 2003 – art. 336, II)  
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2001)

Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

## 6

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 21, DE 2001

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 21, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal (acrescenta aos direitos sociais, a alimentação), tendo

Parecer favorável, sob nº 783, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sebastião Rocha.

## 7

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2001

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Saturnino, que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais, tendo

Parecer sob nº 609, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, oferecendo a redação para o segundo turno.

## 8

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 1999

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito), tendo

Parecer favorável, sob nº 161, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende.

## 9

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 1999

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 26, de 2001)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados, tendo

Parecer contrário, sob nº 1.367, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator do vencido ad hoc: Senador Luiz Pontes; com voto,

em separado, do Senador José Fogaça, que se absteve em relação ao relatório vencedor.

## 10

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 1999

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, tendo

Pareceres sob nºs 732, de 2001, e 414, de 2002, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, oferecendo a redação do vencido; e

– de Assuntos Sociais (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário), Relator: Senador Geraldo Althoff, favorável à Emenda nº 1-Plen, nos termos de Subemenda que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 2 a 4-Plen.

## 11

### REQUERIMENTO Nº 87, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 87, de 2003, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

## 12

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2001 (nº 1.676/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 11, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Amir Lando, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

## 13

### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem), que dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS, tendo

Parecer favorável, sob nº 12, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Tião Viana.

**14****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2001 (nº 3.704/97, na Casa de origem), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Sociólogos e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 13, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Geraldo Althoff.

**15****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2001 (nº 2.233/99, na Casa de origem), que obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca, tendo

Parecer favorável, sob nº 14, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sebastião Rocha.

**16****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2002 (nº 1.210/99, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, tendo

Parecer favorável, sob nº 18, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Benício Sampaio.

**17****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, que dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Volta-se à lista de oradores.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra, como Líder, que pediu em primeiro lugar, o Senador José Agripino. Em seguida, V. Exª terá a palavra.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ontem, 31 de março, foi o último dia do prazo para renegociação dos débitos do crédito rural.

Esta Casa presenciou, há 15 dias, uma discussão sadia em torno de critérios de renegociação dos débitos do crédito rural. Chegamos, nós do PFL, somados aos Colegas do PSDB e do PMDB, a obstruir a pauta por 24 horas. Tudo no sentido de encontrar caminhos para melhorar a negociação em torno da Medida Provisória nº 77, que trata da renegociação dos débitos do crédito rural, que julgávamos, nós todos, como ainda incompleta em sua eficácia.

Viajei para meu Estado na sexta-feira, e lá permaneci sexta, sábado, domingo e segunda. Nesses quatro dias, recebi inúmeras cobranças de agricultores, de cooperativas e de pequenos produtores, a quem eu havia ousado anunciar que melhorias viriam, porque uma comissão de Deputados e Senadores havia se reunido com representantes do Governo e avanços haviam sido obtidos para a MP antes discutida.

Mas ontem, 31 de março, foi o último dia, e a MP nova ainda não havia sido emitida, nem eu tinha nenhuma informação sobre os dados concretos do que seria possível fazer. Dados eu tinha; certeza, não. E eu assegurava àqueles a quem eu havia anunciado que, pela ação do PFL, do PSDB, do PMDB, pela compreensão do Líder do Governo, avanços iriam ser incorporados à medida provisória.

Confesso a V. Exª que ontem vivi um dia de aflição, porque não tinha certeza do que iria acontecer. E, quando desembarquei em Brasília, às 17 horas, recebi um telefonema informando que estaria sendo anunciada a nova MP, em cujo corpo, em seu texto, havia os benefícios que esperávamos e havíamos anunciado.

Nela estariam contemplados os agricultores que haviam tomado recursos, empréstimos obtidos com recursos dos Fundos Constitucionais. Estendia-se o benefício, que antes era concedido somente à região do semi-árido, aos devedores, aqueles que tinham tomado emprestado dinheiro com recursos do FNE, do FCO e do Fundo da Amazônia, nas mesmas condições anteriormente praticadas.

Chegou-me a informação de que constava da nova MP, a de nº 114, a transposição dos benefícios

assegurados pela MP anterior para os empréstimos no montante de até R\$35.000,00, tomados com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Mais do que isso: o Procerá concedeu empréstimos a grupos de cooperativados, ou de assentados, grupos que poderiam ter ou não saldado o compromisso globalmente, e que, se o estivessem feito, estariam liberados. Se, num grupo de dez, um não tivesse saldado os compromissos, estariam os dez comprometidos. A nova MP repactuava os débitos para que os grupos fossem considerados individualmente. A nova MP trazia o benefício da prorrogação por 60 dias do prazo para a rediscussão da questão do Pesa, e abria um prazo de 90 dias após a regulamentação da MP para que os pequenos produtores rurais, que sempre foram objeto de nossa ação, pudessem renegociar os seus débitos.

Nem tudo o que queríamos foi atendido, mas houve um bom avanço. E a adrenalina que me afligiu no fim de semana e no dia 31 cedeu espaço a contentamento interior.

Quero felicitar o Líder Mercadante pela palavra honrada e cumprida e dizer que tivemos um bom começo, porque o que foi pactuado foi cumprido.

O PFL vai – e quero que isso fique sempre muito claro – cobrar coerência, compromissos, e trabalhar no sentido de que situações que interessam à coletividade sejam atingidas pela ação, pelo entendimento ou pelo diálogo parlamentar. E nesta linha de raciocínio é que nós, do PFL, já nos reunimos com o PSDB e com o PMDB a fim de tratarmos da reabertura do Refis, assunto já tratado com o Ministro-Chefe da Casa Civil e com Líderes de Partidos da base do Governo, já que é uma questão fundamental para a sobrevivência e garantia de empregos de milhares de empresas. Não apenas grandes empresas, mas pequenas e médias empresas. Participamos de uma boa discussão com o Líder do Governo e com o Ministro José Dirceu a respeito de uma proposta que, no entendimento do PFL, ainda não é satisfatória e já foi apresentada como base de negociação. É verdade que o prazo de 150 meses ainda não é suficiente, mas já houve um avanço.

O clima de diálogo, portanto, está estabelecido, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. E é sobre esse clima de diálogo e de entendimento em torno do interesse nacional que desejo dar uma palavra rápida, até de reflexão. Estive no Senado Federal, debatendo a reforma tributária, na quinta-feira passada, S. Ex<sup>a</sup> o Ministro Antonio Palocci Filho. Foi um debate lúcido, competente, em que falou com muita clareza da proposta que pretende trazer a esta Casa para discus-

são. Uma reforma que não é fácil de ser operada, mas que pretende que seja neutra. Não se pretende acrescentar a Receita da União, o que se pretende é descomplicar o processo de arrecadação de impostos; pretende-se eliminar cumulatividades, facilitar o processo produtivo, desonerar a produção; pretende-se substituir o ICMS pelo IVA.

O Governo tem uma dúvida: onde se cobra o IVA, na origem ou no destino? Essa é a discussão que se vai fazer no âmbito do Congresso Nacional; vão-se estabelecer cinco alíquotas. Quando se falou em cinco alíquotas, suscitou-se a discussão do que se chama de guerra fiscal, e aí vai a minha preocupação e a minha observação: Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, penso que, por ocasião da discussão da reforma tributária, quando a questão da guerra fiscal se estabelecer, vai-se impor a discussão de um fato sobre o qual falo com certo conhecimento de causa, porque fui por duas vezes governador. Criei no meu Estado um instrumento de atração de investimentos pela concessão de incentivos fiscais sem pretender fazer guerra fiscal, porque nenhum governador, nenhuma autoridade do Poder Executivo abre mão de imposto se não for para obter algo tão importante ou mais do que o imposto, que é o emprego. Nenhum governante abre mão de imposto se não for por vantagem maior para o seu Estado. A guerra fiscal não é inconseqüente, irresponsável; é a disputa dos Estados menos privilegiados pela geração de emprego e renda.

Na oportunidade em que vier a se instalar a discussão da reforma tributária, penso que esta Casa tem o dever de se debruçar sobre a questão do desenvolvimento regional. Na Legislatura passada, chegamos, um grupo de nordestinos, a discutir e elaborar uma proposta para a substituição da ação da Sudene, que está desativada e que precisa voltar a cumprir sua obrigação. Esse grupo de Parlamentares esteve, quando o Senador Marco Maciel era Vice-Presidente da República, com praticamente todos os Ministros de Estado, discutindo pontualmente a ação que a região Nordeste precisaria desenvolver no campo da educação, da infra-estrutura, da saúde, do planejamento e da fazenda.

O desenvolvimento regional, Sr. Presidente, é uma questão que precisa estar presente, e esta é a Casa da Federação, no encaminhamento da reforma tributária. E da mesma forma como nós do PFL, que fazemos oposição, sentamo-nos à mesa de negociação com os Partidos da base do Governo, esperamos a compreensão deles. Mais do que isto: o compromisso deles de discutirmos *pari passu* a reforma tributá-

ria, um projeto de desenvolvimento regional. Se o Governo do PT se propõe a ser um governo social, tem que começar a resolver a mais grave crise e chaga social do País: o desemprego, fundamentalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Propostas vão surgir. Tenho certeza de que os grupos do Nordeste vão apresentar e circunstanciar. E peço a atenção da Casa, o endosso da Casa, para a tese que neste momento coloco e vou defender.

Finalmente, Sr. Presidente, ainda na linha do diálogo, do entendimento e da colaboração e na linha do interesse público: salário mínimo. Foi ontem anunciado pelo Presidente da República a um grupo de dirigentes sindicais que o novo salário mínimo, pela iniciativa do Poder Executivo, seria de R\$240,00, com reajuste de 20%.

Não vou questionar se é um bom ou mau reajuste. O que posso afirmar é não ser esse um reajuste à altura da expectativa daqueles que elegeram Luiz Inácio Lula da Silva Presidente do Brasil. Mais do que isso: desejo dizer, lembrando o passado, que o PFL, há dois ou três anos, era Partido do Governo e o PT, Partido de Oposição. Quando se discutia o salário mínimo, o PFL e o PT somavam esforços no sentido de garantir o melhor reajuste possível, retirado do Orçamento da União, aos menos favorecidos do Brasil. Pois agora, fazemos o mesmo apelo ao Presidente da República e aos Líderes dos Partidos com assento nesta Casa. O Orçamento está posto. Em 2001, juntamo-nos e conseguimos a majoração do salário mínimo equivalente a 11% acima da inflação. Houve um ganho real de 11%. O reajuste de R\$200,00 para R\$240,00 encerra um ganho real de apenas 1,8%. Pois quero fazer um apelo, agora que somos oposição, para aqueles que são Governo: que renovemos o compromisso de diálogo que tivemos no passado. Se foi possível buscar no Orçamento e oferecer ao Presidente da República alternativa de um reajuste melhor, vamos trabalhar por aqueles que ganham menos, os assalariados do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Como Líder) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de me reportar a três temas. O primeiro em relação à MP nº 114. Permita-me responder ao Senador José Agripino, que foi muito generoso com esta Liderança, diria com o próprio Governo, mostrando a disposição para o diálogo, a seriedade com que

estamos travando o debate e a construção de caminhos alternativos para o País.

Ontem, na assinatura dessa medida provisória, convidei as lideranças de todos os partidos e do nosso bloco. O Presidente Lula apresentou essa medida provisória, que beneficia 330 mil pequenos agricultores no Brasil. O saldo devedor era de R\$1,8 bilhão. O fluxo de recursos necessários, nos próximos três anos, para repactuar, para alongar a dívida é da ordem de R\$340 milhões, sendo que os cem mil assentados, em todo o Brasil, têm agora um prazo de até 18 anos para quitar suas dívidas, taxas de juros básicas e condições reais de sair da inadimplência, que os impede de ter financiamento, acesso à semente, plantio e os expulsa da terra. E 230 mil pequenos agricultores da agricultura familiar do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste, também foram contemplados pela medida provisória.

Sr. Presidente, é uma mudança de ênfase. Primeiro os pequenos, porque a agricultura familiar, a agricultura social gera ocupação, gera fixação do homem no campo, diminui a crise das grandes cidades, a violência, a pobreza, a fome, a desocupação. É muito melhor que essas famílias sejam produtoras de alimentos para o programa Fome Zero do que clientes num programa social como o Fome Zero. É uma política de inclusão social.

O Presidente Lula disse ontem – o Senador Arthur Virgílio esteve lá, assim como os Senadores Antonio Carlos Valadares, Líder do PSB, José Agripino, Renan Calheiros, Mozarildo Cavalcanti, Fernando Bezerra, Magno Malta, Tião Viana, que tem um papel fundamental como líder da bancada do PT, e todos os nossos Líderes – que essa medida provisória foi conquistada pela negociação, pela capacidade de diálogo e pelo acordo das lideranças e dos Senadores. Trata-se, portanto, de uma parceria entre o Senado e o Governo, possível por essa construção coletiva que deu exatamente o benefício e compartilhou o resultado, até mesmo com a presença de líderes da Oposição. É esse o espírito que queremos ter. É muito melhor a parceria; construir juntos as respostas, negociando, dialogando e avançando.

Nessa mesma direção, Sr. Presidente, de diálogo, de olharmos para a frente, para o futuro, eu queria fazer um registro que considero importante. Ontem foi dia 31 de março, dia da assinatura da Medida Provisória. Mas 31 de março é também uma data importante neste País. Dediquei talvez toda a minha vida, desde que me entendo por gente, desde a minha época de estudante, à luta pela democracia; tive uma militância muito ativa na luta pela democracia, pela anistia, pela liberdade de expres-

são, pelas liberdades democráticas. Acho que devemos saudar o momento da história em que há um grande encontro entre a democracia, a Nação, o povo e as Forças Armadas. Precisamos de Forças Armadas motivadas, com auto-estima; uma boa relação com o povo, e harmonia entre os Poderes, especialmente num cenário como este de incertezas, de inseguranças, de agressões, de guerra.

O Brasil é uma Nação muito grande, com um território muito rico e áreas absolutamente estratégicas que hoje serão soberanas se tivermos presença militar, presença do Estado e uma política de soberania claramente definida. Somos um País que há mais de um século não se envolve em qualquer tipo de guerra; um País que sempre busca, por meio da diplomacia e do diálogo, a solução negociada dos conflitos. No entanto, precisamos ter poder nacional para preservar a paz, a capacidade de diálogo e de construção. Quero saudar da tribuna o momento desse encontro definitivo, na minha interpretação, na minha vivência, na minha visão do futuro, entre a democracia e as instituições brasileiras. As Forças Armadas fazem parte desse conjunto; os quartéis são instituição fundamental para ajudar a resolver problemas sociais e para dar a sustentação política e militar de que o País precisa para afirmar seu poder nacional.

Sr. Presidente, para concluir, quero tratar do salário mínimo. Temos um Presidente que veio do Nordeste em uma situação extremamente difícil, e por isso é tão sensível ao tema do desenvolvimento regional. O Senador José Agripino tem toda a razão quando afirma que o projeto nacional tem que contemplar a diversidade, a desigualdade regional e incluir cada uma das regiões impulsionando sua vocação, seu potencial, suas possibilidades. Vamos tratar a questão na reforma tributária. Como dizia, o tema salário mínimo também é muito sensível, especialmente, quando temos um Presidente com a origem, com a história do Presidente Lula. Quero lembrar, Sr. Presidente, que veio do Governo anterior, na LDO, um salário mínimo de R\$211,00, que todos reconheciam que era insuficiente. Mas os recursos eram poucos no Orçamento, e esse valor foi apresentado ao Congresso Nacional. Na campanha eleitoral, o então candidato José Serra, sobretudo no último debate, no momento final da campanha, já no mês de novembro, defendeu um reajuste que elevaria o salário mínimo para R\$220,00. Essa era a proposta do candidato José Serra, que no debate, na Globo, cobrou uma posição do Presidente Lula. Entretanto, naquele momento, Lula disse que 5%, como estava na LDO era pouco, mas que não tomaria uma decisão porque iria estudar as contas pú-

blicas, observar o orçamento e fazer a melhor proposta possível para o País.

Sr. Presidente, quando discutimos a peça orçamentária na Comissão Mista de Orçamento houve um acordo entre todos os partidos, em torno do valor do salário de R\$240,00. O Governo disse: nós ainda não temos segurança da receita. A comissão trabalhou duramente para apresentar uma receita que pudesse financiar os programas sociais, mas algumas despesas estavam subestimadas. O Ministro do Planejamento, Guido Mantega, veio aqui e demonstrou que estava subestimada não só a despesa com pessoal, mas também as despesas financeiras e várias rubricas, especialmente seguridade e Previdência Social, o que dificultava e reduzia, muito, a margem de manobra. Por isso o Governo teve que fazer um contingenciamento de R\$14 bilhões. O Presidente Lula agora anuncia o salário mínimo pactuado entre todos os partidos do Congresso Nacional de R\$ 240,00.

Sr. Presidente, relativamente à Medida Provisória nº 77 construímos um acordo. Eu disse que valia mais fazer um acordo do que forçar uma votação e continuar o impasse de uma dívida tão complexa; dissemos também que estávamos abertos a negociar o resto da dívida – uma parte dos pequenos, o Projer, não foi contemplada ainda nessa medida provisória; há questões de prazo em relação ao Pronaf. Mas o fundamental foi resolvido, o dos pequenos, e vamos continuar dialogando com a Contag, com o MST, com os movimentos do campo, vamos dialogar com o Pesinha. Há grandes empresas que precisam de diálogo e não podem pagar os juros correspondentes ao Selic; há o endividamento financeiro descabido, mas também não se pode não pagar, como estava sendo proposto. Temos que continuar negociando e dialogando. Portanto, peço a mesma responsabilidade da transição – que tivemos e que temos construído nas negociações –, que atuemos com espírito público, sabendo das restrições orçamentárias e da necessidade de investimentos nas estradas, portos, infra-estrutura, saúde, educação, financiamento para o desenvolvimento, e asseguremos R\$240,00 no Orçamento, como está assegurado pelo Governo. Ainda é pouco, Sr. Presidente, mas é o que construímos coletivamente. Todos os partidos na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, pactuaram esse valor. O Governo cumpriu mais um acordo assim como cumprirá todos os acordos firmados diante desse espírito público e dessa disposição de construção e diálogo do Congresso Nacional em uma relação de harmonia com o Presidente da República. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos, primeiro orador inscrito após a Ordem do Dia, por cessão do Senador Duciomar Costa.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, na tarde de ontem, esta Casa foi brindada com um pronunciamento da maior importância do nosso colega José Jorge, experiente ex-Secretário da Educação do Estado de Pernambuco, ex-Ministro, um dos grandes valores que integram a Bancada do Partido da Frente Liberal, acerca dos programas sociais, como Fome Zero e outros que estavam em desenvolvimento no ano passado, além da continuidade deles.

O discurso do Senador José Jorge foi compreendido por esta Casa não como uma crítica ao Programa Fome Zero – muito longe disso –, mas como grande contribuição, como um depoimento de quem tem experiência na área, em favor da ação do Governo Federal no ordenamento dessa rede de proteção social desenvolvida ao longo do tempo, que não tem pai, não tem dono, mas tem como grande beneficiário o povo brasileiro.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é a preocupação com esses programas, manifestada pelos Prefeitos, particularmente os do meu Estado.

Cito, como exemplo, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Esse programa criterioso é executado em todo o território nacional e conta com a participação dos Prefeitos de todos os Municípios na seleção e na formação desse cadastro.

O povo brasileiro se recorda das imagens das crianças trabalhando nos canaviais, nos lixões e em outras tantas atividades por falta de oportunidade de estarem na escola, de receberem atenção especial do Governo Federal e dos Governos Estaduais.

Digo isso, Sr. Presidente, porque, em certa ocasião, afirmei da tribuna desta Casa que eu desafiaria a sociedade brasileira a fazer um teste, a abandonar um veículo em qualquer parte do território nacional. Dados os avanços que conseguimos no Denatran (Departamento Nacional de Trânsito), no Renavam (Registro Nacional de Veículos Automotores) e em outros cadastros, em poucos minutos, dada a informatização desses, é possível saber quem é o dono do carro, o ano de fabricação, o número do chassi. Tal veículo será recolhido a um depósito do Detran, esteja onde estiver, com todos seus donos conhecidos, com todo seu histórico revelado. Mas se deixarmos uma criança nas ruas de qualquer cidade brasileira,

de qualquer capital brasileira, ela lá permanecerá, sem que se possa dizer quem é, onde nasceu, de onde vem e para onde vai. A única certeza é a de que continuará no abandono.

Sr. Presidente, isso é trágico, causa indignação. Uma das formas de se evitar essa situação foi conseguida ao longo do tempo – não pelos integrantes do Governo passado, mas pelos Senadores, pelos representantes da população brasileira, que ainda têm capacidade de se indignar com o abandono na infância. Refiro-me à aprovação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que retirou milhares de crianças do trabalho em todas as regiões do País. O Peti não é executado apenas em algumas cidades, tendo em vista os índices do IDH; é um programa nacional, executado em todos os Municípios, com percentuais de acordo com as populações. Ora, Sr. Presidente, esse programa está sem pagamento há vários meses. Sabemos que houve uma renovação do convênio. Também está sem pagamento o Programa Sentinela, que igualmente visa retirar crianças, adolescentes e idosos abandonados das ruas e recolhê-los em albergues municipais.

Quero, Sr. Presidente, fazer um reconhecimento. Fui um daqueles que, como muitos Senadores desta Casa, ficaram indignados com as palavras do Ministro José Graziano, quando S. Ex<sup>a</sup> dividiu o Brasil entre nós e eles.

Sr. Presidente, assim como usei desta tribuna para demonstrar minha indignação naquele momento, agora eu a utilizo para reconhecer um fato: o Ministro Graziano esteve nesta Casa e pediu desculpas duas vezes ao Senado e à Nação brasileira. O perdão é bíblico. É preciso reconhecer que a atitude de um homem com o passado e a estatura do Sr. José Graziano, que teve a humildade de admitir sua infelicidade ao proferir tal frase, que não era sua intenção ofender quem quer que seja, não pode despertar em nós outro sentimento que não a certeza de que S. Ex<sup>a</sup> realmente sofreu, tal como o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso naquele momento infeliz gerado por uma frase mal interpretada.

Sr. Presidente, esse episódio, para mim, está definitivamente encerrado. Parabenizo o Ministro José Graziano pela humildade de reconhecer que aquela frase não foi feliz e dizer que identifico em S. Ex<sup>a</sup> uma vontade civil e férrea de que o Programa Fome Zero dê certo. Exatamente por isso, desta tribuna, quero dizer ao mesmo Ministro que teve a grandeza de pedir desculpas a esta Casa – e tendo pedido ao Senado, pediu à Nação brasileira – que eu, como já disse, considero aquele episódio encerrado.



Reconheço em S. Ex<sup>a</sup> a grandeza de um brasileiro que está à frente de um programa sem precedentes. Há de se reconhecer isso também, porém, somente isso não quer dizer que o programa vai dar certo, porque com boa intenção e boa vontade há muitas iniciativas neste País, mas por se tratar de um programa de Governo, temos a obrigação de contribuir.

Antes de conceder o aparte ao grande Senador Ney Suassuna, quero pedir ao Ministro José Graziano que, juntamente com a Ministra Benedita da Silva, tome conhecimento do que representa para os Municípios brasileiros o cancelamento desses restos a pagar de convênios que estavam assinados, publicados, empenhados e que foram cancelados, por exemplo, porque não haviam ainda sido realizadas as licitações.

O nobre Senador Ney Suassuna, que foi um grande Ministro e é um parlamentar experiente, sabe que o Prefeito não faz a licitação se não tiver os recursos. Ele espera a autorização da Caixa Econômica Federal. Ora, se havia o convênio, se houve o empenho, se houve a publicação, se foi inscrito como “restos a pagar”, o Prefeito tinha toda a expectativa de realizar a obra.

Somente no Município de Palmas, nossa capital, estamos perdendo dois centros da juventude, um albergue e um centro de múltiplo uso, que estavam devidamente empenhados e publicados, Sr. Presidente. Fico profundamente preocupado, porque não basta torcer para que o Fome Zero dê certo; nós temos de dar continuidade ao Peti, ao Programa Sentinela e aos programas de incentivo ao primeiro emprego.

Reconhecendo a capacidade da Ministra Benedita da Silva e o ímpeto, a vontade e o desejo do Ministro José Graziano, venho, desta tribuna, pedir a S. Ex<sup>as</sup> que adotem os demais programas e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil como se fossem deste Governo, como se fossem programas do povo brasileiro, o qual viu as crianças deixarem o trabalho nos lixões, o que causava uma indignação muito grande em todos nós.

Ouçõ V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador Eduardo Siqueira Campos, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>. Essas adversidades que está enfrentando a Administração Pública Federal devem ser entendidas como dificuldades próprias do início de uma estrutura em que ainda é preciso fazer ajustes. Em relação ao evento do Ministro José Graziano, eu tinha ido à Comissão para interpelá-lo também, mas o pedido de desculpas de S. Ex<sup>a</sup> foi suficiente para me fazer desistir. Pensei que não devia tocar no as-

sunto, embora todos saibam que seria importante para um parlamentar nordestino faturar manifestando a indignação dos cidadãos de sua região. Contudo, S. Ex<sup>a</sup> teve a grandeza de pedir desculpas, e o assunto está encerrado. Estamos ajudando o Governo na sua missão; pelo menos foi a definição do meu Partido, a qual vamos seguir cegamente. O cancelamento de inúmeros convênios em todos os Ministérios realmente deve ser repensado, pois tem criado um problema seriíssimo. Vou dar-lhe um único exemplo. Pedra de Fogo, Município paraibano, recebeu recursos para construir, na área favelada, 50 casas. A Prefeitura assumiu o compromisso e fez 60 casas. Ainda sobraram R\$30 mil, o suficiente para construir mais seis ou sete casas. Embora já estivesse em curso tal construção e o dinheiro já estivesse no caixa da Prefeitura, o convênio foi cancelado. Como exauriu o tempo, cancelaram o convênio. Os R\$30 mil foram devolvidos e é preciso que se devolva o dinheiro das casas feitas além das que haviam sido contratadas com o Ministério. Também há casos como esse na Amazônia, onde os Prefeitos, em virtude das condições climáticas, não conseguem concluir os diques no tempo determinado em Brasília. Enfim, há milhares de casos em todos os Ministérios, que estão causando uma celeuma sem tamanho. Não sei como fazer, porque há problemas até em relação ao próprio abastecimento. Há 1,8 milhão de bolsas alimentação no nordeste. Noventa Municípios da Paraíba estavam sendo contemplados. De repente, esse número foi reduzido a 15. Os que estavam recebendo a bolsa reclamaram porque continuam tendo necessidade, pois ainda existe calamidade em tais Municípios. O diferencial de apenas 0,001 do índice que está sendo considerado faz com que determinada cidade tenha a bolsa alimentação e a vizinha não, embora apresente situação tão calamitosa quanto a outra. Não é possível notar uma diferença do índice de 0,001. Solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>. Entendo que estamos no início de um novo Governo, mas esses ajustes precisam ser feitos para que injustiças como as que citamos não sejam perpetuadas. Parabéns!

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte e incorporo as suas palavras ao meu pronunciamento, eminente Senador Ney Suassuna, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle e ex-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, missão que cumpriu muito bem.

O exemplo de V. Ex<sup>a</sup> é didático. Como já foi anunciado pelo Senador João Ribeiro, que me ante-

cedeu nesta tribuna, está presente um importante Deputado Estadual, irmão do ex-Presidente da Associação Tocantinense dos Municípios, atual Prefeito de Tocantinópolis, o nosso Deputado Fabion Gomes. Os nossos prefeitos estão profundamente preocupados. Há inúmeros casos de prefeitos que contrataram obras, desapropriaram áreas, resolveram problemas urbanos, principalmente visando à construção de casas populares, fruto das emendas contingenciadas desses restos a pagar que foram cancelados, e agora não estão tendo outras alternativas.

Sr. Presidente, eu gostaria de tentar, desta tribuna, perante os meus Pares, esclarecer um episódio que envolveu minha participação na abertura do VIII Congresso Brasileiro de Municípios, a que compareci pelo impedimento do Presidente desta Casa, Senador José Sarney, e do Vice-Presidente, Senador Paulo Paim. Naquela oportunidade, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim, estava hospitalizado, causando preocupação em todos, não só aos Senadores e Deputados e eleitores do Rio Grande do Sul, mas também aos trabalhadores do Brasil, que reconhecem em V. Ex<sup>a</sup> uma vida inteira dedicada à luta pelo salário mínimo, que é, como diz tão bem, a melhor forma de se distribuir renda neste País.

Sr. Presidente, representando o Senado da República, fui à abertura do VIII Congresso Brasileiro de Municípios. Lá, de acordo com o cerimonial e não por minha vontade, falei por último, na condição de Presidente do Senado Federal. Lá estavam o Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado João Paulo Cunha. Só pude perceber que as minhas palavras haviam causado alguma insatisfação no Ministro Ciro Gomes após o término do meu discurso. Na imprensa, li que o Ministro considerou a minha participação irônica e indelicada com relação a ele. Vou repetir aqui o que eu disse na presença do Ministro Ciro Gomes. Eu disse que o Ministro Ciro Gomes tinha sido um grande Prefeito, um grande Governador e para que S. Ex<sup>a</sup> fosse também um grande Ministro – o que era a minha torcida, não irônica e não indelicada – seu Ministério não deveria ter 92% dos recursos contingenciados. Disse-lhe que, para mim, o último grande brasileiro que, reconhecendo a grandeza do território nacional, havia feito alguma coisa extraordinária para este País tinha sido Juscelino Kubitschek de Oliveira, quando trouxe a capital do Rio de Janeiro para Brasília. JK abriu a rodovia Belém-Brasília e nos ensinou conhecer o Brasil das Tordesilhas, que não ocupamos, em cujo solo estão as riquezas, a biodiversidade, os cercados, esta imensidão territorial chamada Brasil.

Entretanto, dois terços da população brasileira insistem em viver em um terço do território nacional.

Isso é uma distorção. De quem é que podemos esperar um projeto nacional que mude esta realidade? Se não do Presidente da República, do Ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, tão admirado nesta Casa, pessoa que sempre tive na mais alta conta, sobretudo por ser um democrata.

E o que disse eu naquela oportunidade, Sr. Presidente? Pedi a ele, uma vez que estávamos diante de Prefeitos do Brasil inteiro, que estudasse a possibilidade da liberação dessas emendas parlamentares, que não têm nada de paroquial. Não há nada de errado com elas, e os nossos prefeitos sabem bem disso.

Sr. Presidente, muitos Congressos, no mundo inteiro, têm como principal atividade o trabalho da peça orçamentária. Alguns deles se reúnem de forma unicameral e exclusivamente para tratar do Orçamento da União. É o trabalho mais importante em grande parte dos Congressos, em muitos países. Aqui, nós mexemos num percentual muito pequeno. A participação do Congresso brasileiro no Orçamento da República é pequena. Tudo vem executado, tudo vem em uma primeira peça formulada pelos Srs. Ministros, pelo Poder Executivo.

O que quis eu naquele momento, quando participava do VIII Congresso Brasileiro de Municípios? Pedir ao Ministro da Integração Nacional, na medida do possível, o descontingenciamento dos recursos. Não há nenhuma ironia nisso. Dizer que Ciro Gomes foi um bom prefeito e um bom governador não tem nada de irônico nem de indelicado. Agora, dizer que ele vai ser bom Ministro com 90% dos recursos bloqueados é uma constatação. Todavia, isso causou indignação no Ministro. E o Ministro disse à imprensa – o que só posso creditar aos profissionais da imprensa – que as obras, ou as emendas, a peça orçamentária do Governo anterior, em relação ao seu Ministério, não resistiriam a um exame ético acurado.

Fica o Ministro com o dever de dizer à Nação o que é que não se sustenta moralmente naquilo que encontrou no seu Ministério. Como brasileiro, S. Ex<sup>a</sup> tem a responsabilidade de dizer se está correto o que a imprensa publicou, as afirmações de que a herança do Governo Fernando Henrique Cardoso no tocante ao seu Ministério não resistiria a uma análise moral. Não ouvi o Ministro declarar, apenas li na imprensa.

Sr. Presidente, quem me conhece sabe da minha franqueza e de que nada de irônico trago nas vezes em que ocupo esta tribuna, ou mesmo participo de solenidades. Não fui irônico com o Ministro Ciro Gomes. Estou dizendo a ele, desta tribuna, que se ele

me entendeu assim, certamente não fui feliz na forma como me expressei. Mas não aceito, em hipótese alguma, que ele diga que há alguma coisa que não tenha consistência moral naquilo que encontrou, se ele não revelar à Nação o que de imoral encontrou no seu Ministério, vindo do Governo passado. Porque uma das coisas da qual me orgulho foi ter sido Vice-Líder, nesta Casa, do Senador Arthur da Távola, Vice-Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Talvez, Sr. Presidente, ainda seja muito cedo para um julgamento, mas o Presidente Fernando Henrique Cardoso escreveu seu nome na história deste País como um dos grandes democratas, um dos grandes presidentes da nossa história. Eu me orgulho de ter integrado o Governo de S. Ex<sup>a</sup>. Eu me orgulho, não de defendê-lo, porque da minha defesa ele não precisa, mas de destacar as coisas importantes deixadas neste País por Fernando Henrique Cardoso.

Se alguma coisa de errado, neste ou naquele Ministério, for encontrada pelo Governo atual, acho que nada mais justo, nada mais necessário, nada mais ético e moral do que ser trazido à opinião pública, não para responder ao pronunciamento de um Parlamentar humilde, de um Estado humilde, de alguém sincero, de alguém que acredita, de alguém que disse, naquela oportunidade, que votaria todas as reformas que fossem propostas por este Governo. Porque este Governo foi eleito da forma mais democrática, tivemos a mais democrática das transições. Trabalhei até o último minuto, no segundo turno das eleições, pelo candidato José Serra. O mesmo empenho com que trabalhei, o mesmo devotamento, a mesma empolgação natural nas coisas que faço, tenho agora, como brasileiro, de esperanças e de expectativas com relação às ações deste Governo.

Sr. Presidente, eu disse desta tribuna que não me incluiria entre aqueles que se reportariam aos discursos de campanha ou aos discursos da vida inteira de parlamentares dos Partidos dos Trabalhadores ou de qualquer outro parlamentar que pertença à base de apoio do atual Governo para dizer que estava havendo incoerência. Essa atitude não contribui em nada.

Creio que o Ministro Antônio Palocci está vivendo internamente uma grande contradição por ter uma formação econômica, política e social – reconhecida pela população brasileira em um sentido – e estar como Ministro da Economia fazendo aquilo que é possível. Eu talvez não estivesse fazendo diferente. Quero crer que esse risco não corre o Brasil nem corre eu, pois não serei Ministro da Economia neste Go-

verno ou em outro. Acredito na sinceridade, na honestidade e na competência do Ministro Antônio Palocci em relação a tudo que está sendo feito.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso deixou belos livros de Sociologia. E não foi muito o que S. Ex<sup>a</sup> pôde fazer na Presidência da República. E tenho que entender que uma coisa é o Professor Fernando Henrique Cardoso na sala de aula, transmitindo aos seus alunos aquilo de bom, de tão importante que há em sua formação; outra coisa é ser Presidente do País. Uma coisa é o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do PT, em um caminhão, em frente de uma fábrica; e outra coisa é o que pode fazer o cidadão Luiz Inácio Lula da Silva, de quem não se pode duvidar da vontade, da transparência, do desejo de mudar este País.

Quero dizer a Sua Excelência, mais uma vez, e aos Parlamentares do PT que tenham em mim um parceiro para votar as medidas necessárias a reformas justas que o Governo pretende mandar para esta Casa. Eu disse que, não querendo desagradar nenhum segmento, seja do Judiciário ou qualquer outro, com relação aos direitos adquiridos, mas existe um direito adquirido transmissível hereditariamente neste País, que é o direito à miséria, à fome, à pobreza, ao anonimato, que não tem defensores. E aqueles que falam em direitos adquiridos, na Constituição, as aposentadorias de 10, 12, 15 mil reais, esses eu sei que desagradarei, porque voto, Sr. Presidente. Se vier para esta Casa hoje um projeto que afete os direitos adquiridos, que me perdoem aqueles que se incluem nessa pequena categoria, seja quem for, mas em nome daqueles milhares de anônimos que não têm aposentadoria, que não têm emprego, que não têm oportunidade, votaremos e modificaremos.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Concederei o aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Antes, porém, finalizando essa parte do meu pronunciamento, se bem que me parece que o que fez o Ministro José Graziano naquele momento possa ter sido bem mais grave, mas, se o Ministro Ciro Gomes tenha dado uma interpretação negativa ao que eu disse, quero que tenha nas minhas palavras sinceras, renovadas aqui, a minha admiração por sua participação agora no processo eleitoral de que não fui irônico, não fui indelicado e que desejo como Senador e como brasileiro que os recursos da sua Pasta não fiquem bloqueados em 92%, porque senão, nem querendo, será o Ministro da Integração Nacional que precisamos neste País.

Senador Eduardo Suplicy, pela ordem e para não ser injusto, ainda mais em se tratando de uma dama, a nossa Colega Senadora Patrícia Saboya Gomes, conceder-lhe o aparte e, em seguida, ouvirei V. Ex<sup>a</sup>.

**A Sr<sup>a</sup> Patrícia Saboya Gomes (PPS – CE)** – Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos, enquanto ouvia o seu pronunciamento vi que V. Ex<sup>a</sup> iniciou com a mesma preocupação que venho me dedicando a vida inteira, que é a questão das nossas crianças e adolescentes, não só do meu Estado, o Ceará, mas procurando, ao longo da minha vida, dar uma contribuição por essa causa que acredito ser uma das mais nobres do nosso País, e ainda há muito o que se fazer para que possamos de uma vez por todas reparar tantas injustiças que são cometidas no dia-a-dia contra as nossas crianças, os nossos adolescentes e jovens no Brasil. Como V. Ex<sup>a</sup>, acredito também que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi certo, um Programa que ajudou milhares de crianças no nosso País e que deu oportunidade para que elas tivessem o direito a ser felizes, a uma vida melhor e pudessem estar nas escolas, aprendendo. Na verdade, eu gostaria, a princípio, de parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por trazer a esta Casa uma preocupação que é a de todos nós brasileiros. Mas me sinto também, como Vice-Líder do Governo, na obrigação de tocar num assunto relacionado ao Ministro da Integração Nacional. Conheço V. Ex<sup>a</sup>, sei do seu trabalho, da sua competência, da sua seriedade, sei do seu compromisso em defesa do seu Estado e deste País, sei da sua preocupação e, por isso, tenho certeza que V. Ex<sup>a</sup>, ao declarar o que declarou, não o fez de forma irônica, pelo contrário. Já tive varias oportunidades de conversar com V. Ex<sup>a</sup>, e V. Ex<sup>a</sup> já colocou a admiração que tem pelo Ministro Ciro Gomes e pelo trabalho que realizou como Prefeito de Fortaleza, como Governador do Ceará, inclusive reconhecido no nosso Estado como um dos Governadores mais populares, por tudo o que pôde fazer, pela competência, pela seriedade e pela forma firme como conduziu os destinos do nosso povo do Ceará. E, hoje, o Ministro Ciro Gomes tem uma grande responsabilidade, uma grande função, que, tenho certeza, irá cumprir, mesmo com a necessidade que teve o Governo dos contingenciamentos, tendo em vista a situação difícil que o País vem atravessando, e o Ministro Ciro Gomes saberá tratar dessa questão com responsabilidade, com seriedade, com compromisso, e saberá dar ao Ministério da Integração Nacional aquilo que o povo do Brasil merece, apesar das dificuldades que o Governo vem enfrentando, com os poucos recursos que tem para admi-

nistrar. O mais importante que devemos fazer, aqui nesta Casa, na verdade, é respeitar o ponto de vista de cada um. O Ministro Ciro Gomes é uma pessoa que tem uma personalidade forte e é convicto no que pensa e no que fala. O que pode ter ocorrido, talvez, foi uma má compreensão no debate que travaram; certamente, os dois com os melhores interesses, que são os de defender o País e o povo brasileiro. Portanto, desejo me congratular com V. Ex<sup>a</sup> pela sua preocupação com a causa das crianças e dos adolescentes. Desejo também assumir o compromisso de ajudar a fortalecer seu pensamento, a oportunidade que traz à Casa de uma discussão tão importante como esta. Quero crer, na certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, em nenhum momento, agiu com ironia ou com qualquer tipo de desdém em relação ao trabalho do Ministro Ciro Gomes.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)** – Agradeço, Senadora Patrícia Saboya Gomes, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>. Quero repetir aquilo que eu disse em um aparte, quando V. Ex<sup>a</sup> estreou nesta tribuna: V. Ex<sup>a</sup> é daquelas figuras que despertam simpatia na população brasileira e é, sem dúvida, uma das esperanças que a criança brasileira tem nesta Casa de ver sua situação melhor atendida.

Fiz também, no início de meu mandato, algumas reflexões nesta Casa. Disse há pouco – não sei se V. Ex<sup>a</sup> estava em plenário – que se alguém deixar um veículo em qualquer rua de qualquer cidade do País, ele é facilmente identificado, descoberto seu histórico, desde o ano de fabricação, proprietários, número de chassi etc. E esse veículo será recolhido e guardado, sob a proteção do Estado brasileiro, em favor do proprietário, se houver sido roubado ou mesmo abandonado. A mesma sorte não tem uma criança. E fui além, Senadora Patrícia. É tão triste constatar, mas a grande maioria dos municípios brasileiros têm um serviço de proteção animal que recolhe cães abandonados pelas ruas. Também têm um local onde ficam à disposição dos seus proprietários até uma certa data, com vacinação e uma série de outros serviços. A criança brasileira não teve sorte igual. Como brasileiro, tenho esperança de que a presença de V. Ex<sup>a</sup>, nesta Casa, signifique melhor sorte para os abandonados na infância, que se tornam os adolescentes irrecuperáveis. Fiquei bastante motivado em ver a criação da Subcomissão da Criança, que tem a participação de V. Ex<sup>a</sup> e da Senadora Lúcia Vânia, se não me engano.

Sinceramente, Senadora Patrícia, mesmo tendo ouvido do Ministro Ciro Gomes algumas ponderações com as quais não concordo sobre o Governo Fernando Henrique Cardoso, não tive, nem de longe, a intenção de causar qualquer mal-estar com relação a S.

Exª, que admiro tanto. Certamente, como disse bem V. Exª, o Ministro é um homem de temperamento forte, talvez um pouco explosivo. E não se pode nem dizer que o Ministro Ciro Gomes tem um pavio curto; penso que S. Exª não tem mesmo pavio. Se V. Exª diz isso, certamente, houve um equívoco de interpretação. A história nos permitirá que esse mal-entendido se desfaça. Como fez José Graziano, que, na condição de Ministro, teve grandeza para pedir desculpas à Nação pela frase infeliz que pronunciou, se fui infeliz para com o Ministro Ciro Gomes, quero crer que S. Exª possa me entender, interpretar-me de uma outra forma e, quem sabe, até me desculpar, se tiver eu incorrido em qualquer erro com relação ao Ministro, a quem tanto admiro.

Com prazer, concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador Eduardo Siqueira Campos, quero saudar, de um lado, a firmeza com que diz que está disposto a examinar cortes de tudo aquilo que possa ser considerado inadequado, exagerado, em relação aos direitos da maioria do povo brasileiro, que ainda não participa efetivamente da riqueza da Nação, e da sua disposição de examinar as proposições que o Presidente Lula irá encaminhar para esta Casa. Pedi também este aparte para informar que, neste instante, está presente na Casa o ex-presidente e ex-Governador Itamar Franco, indicado para ser Embaixador na Itália. E daqui a instantes, às 17:30 horas, iniciar-se-á a audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para ouvir o ex-presidente Itamar Franco, o ex-Deputado Tilden Santiago, indicado para ser Embaixador em Cuba, e a Embaixadora Celina Maria Assunção do Vale Pereira, para ser Embaixadora na Suíça. Convido V. Exª a, posteriormente, comparecer à audiência. Obrigado.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Antes de conceder um aparte ao Senador Magno Malta, com grande alegria, respondo ao Senador Eduardo Suplicy dizendo que sim: vamos, sem dúvida nenhuma, ter momentos de debates profundos nesta Casa acerca de direitos adquiridos. Penso que direito adquirido maior é de quem ainda nada teve. E V. Exª, sem dúvida, representa muito bem essas pessoas nesta Casa, já que a luta de V. Exª em favor da distribuição de renda, da renda mínima, é conhecida não só no Brasil, mas em toda parte.

Portanto, nessa situação, ainda que possa estar desagradando a setores do meu Partido, digo e reafirmo: vou votar tudo aquilo que entendo ser a mudança

desejada pela população com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Ministro Fernando Bezerra.

**O Sr. Fernando Bezerra** (Bloco/PTB – RN) – Meu caro Senador Eduardo Siqueira Campos, ouvi atentamente o pronunciamento de V. Exª e queria cumprimentá-lo – e sei que isso é verdadeiro – quando V. Exª se dispõe a ajudar nas propostas do Governo Lula para que o País se desenvolva. Quero dar aqui um depoimento de quanto considero competente, honrado e digno o Ministro Ciro Gomes. É compreensível o contingenciamento das dotações de seu ministério, pois S. Exª teve um gesto de grandeza e de largueza em compreender o momento difícil em que o País vive, na expectativa de que possamos, mais adiante, ter muitos recursos para ajudar o desenvolvimento das regiões mais pobres do País. Mas uma parte do pronunciamento de V. Exª me preocupa, quando afirma que ou o Ministro Ciro Gomes disse, ou foi veiculado pela imprensa, que encontrou uma situação de certa gravidade dentro do ministério. Como fui Ministro da Integração Nacional do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, queria dizer a V. Exª que gostaria muito de ver, do espaço em que fui ministro, essas coisas muito claras; elas são para mim importantes. Sou muito amigo, apoiei o Ministro Ciro para Presidente da República e o fiz com a convicção de que estava apoiando um homem que estava preparado para governar o País. Tive a enorme alegria de ver um nordestino como eu à frente de um ministério, retomando a bandeira do desenvolvimento regional, reinserindo o Nordeste, o seu Centro-Oeste e o Norte na agenda do desenvolvimento nacional. É preciso dar tempo. Há uma pressa, que acho compreensível, por parte de todos nós em relação aos graves problemas do Brasil. Mas tenho certeza, pelo comportamento que tive à frente daquele ministério, que nada tenho a temer com qualquer tipo de auditoria. E quero dizer aqui, de público, pela referência que V. Exª faz, que a ser verdade – e não quero duvidar de V. Exª – o pronunciamento do Ministro Ciro Gomes, que S. Exª inclua o período em que fui ministro. E faço isso na condição de amigo, liberando a S. Exª, ao Governo, a quem quer que seja, para que analise o meu comportamento à frente daquele ministério. Não quero me referir aos outros ministros, mas são dois colegas ex-Senadores que certamente se comportaram com honradez e dignidade à frente do ministério. É importante, a ser verdade essa declaração, que os fatos venham ser esclarecidos para a opinião pública. Muito obrigado, Sr. Senador.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Agradeço ao Senador Fernando Bezerra pelo aparte. V. Ex<sup>a</sup> não precisaria nem ter prestado a Casa esse esclarecimento. Todos nós tocantinenses, brasileiros, acompanhamos de perto a passagem de V. Ex<sup>a</sup> pelo ministério. E há uma grande discussão que aquele ministério não pode perder – e digo isso afirmando que o nosso Tocantins, o meu Tocantins, o Tocantins deste Brasil inteiro, já tem no rio Tocantins quatro grandes usinas hidrelétricas construídas: a primeira é no Estado do Senador Demóstenes Torres, em Serra da Mesa; recém-inaugurada, se não me engano, no Município de Porangatu, pegando parte de Minaçu, bem ao norte do Estado de Goiás, é a usina hidrelétrica construída pela Tractbell. Ela foi inaugurada no final do ano passado e leva o nome também no rio Tocantins – o Senador Demóstenes Torres talvez me socorra no meu esquecimento –...enfim, foi a última usina hidrelétrica inaugurada. Antes, houve a inauguração da Usina Luiz Eduardo Magalhães e da Usina de Tucuruí. No rio Tocantins já são quatro; e serão outras cinco usinas hidrelétricas construídas ainda no rio Tocantins.

Estou dizendo isso tudo, Senador Fernando Bezerra, porque V. Ex<sup>a</sup> conhece bem o desejo que tem o brasileiro chamado José Wilson Siqueira Campos de ver o Projeto Doador, que levará as águas da grande Bacia Hidrográfica do Tocantins para o Nordeste, revitalizando o rio São Francisco. Quanto a esse Projeto, na hora em que vi o Ministro Ciro Gomes ser escolhido para o Ministério da Integração Nacional, eu disse: “Pronto, estamos nas mãos de um nordestino e essa discussão será continuada”. É isso que espero. Não tenho dúvida da capacidade, da honorabilidade, da competência do Ministro Ciro Gomes.

Espero que o “dito” entrevero ocorrido na abertura do Congresso dos Municípios Brasileiros possa ser esclarecido. E quero crer também – li isso na Gazeta Mercantil, entre outros jornais – que o ministro teria afirmado que muita coisa que encontrou no ministério não sofreria uma análise ética. Espero que essa análise ética seja feita o mais rapidamente possível, em benefício não apenas de V. Ex<sup>a</sup>, de cuja honestidade, competência e transparência esta Casa não pode duvidar, mas também do próprio ministro que ocupa a área. Senão, cairemos naquela fase novamente em que se diz: “Tenho um dossiê”. Penso que quem quer que tenha um dossiê sobre quem quer que seja e o guarda na mão está prestando um desserviço, porque aí fica parecendo chantagem ou a espera de um bom acordo. A situação “guardo esse dossiê”, lembra-me bem o Sena-

dor Romeu Tuma, é crime e, para quem está na administração pública, é prevaricação.

Portanto, se a alguém é dado o conhecimento de algo ilícito, tal pessoa tem a obrigação, segundo as leis brasileiras, de tornar a questão pública. E espero que isso seja feito, se for o caso. Se a imprensa tiver publicado alguma coisa que o ministro não tenha dito que S. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, me perdoe.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Concedo um aparte ao Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador Eduardo Siqueira Campos, fiquei sensibilizado com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, principalmente quando, com tanta veemência, mencionou as crianças deste País, os pobres, os infelicitados. Sei por que V. Ex<sup>a</sup> assim agiu: conheço sua origem, a origem de sua família, suas dificuldades quando criança, no interior de São Paulo. Talvez o Brasil não conheça sua história e não a imagine ao vê-lo hoje Senador e filho de Governador. Seu pai, com os filhos, fabricava BHC no interior de São Paulo, um inseticida terrível. V. Ex<sup>a</sup>, quando pequeno, empacotava o BHC, com seus irmãos, para vender na feira. Quando V. Ex<sup>a</sup> fala dos pobres sabe do que está falando, porque é um exemplo de que se for dada às criaturas pequenas a oportunidade de inserção social, a oportunidade de sentarem-se à mesa e fazerem três refeições por dia, não tenha dúvida de que milhões de crianças no País se tornarão um Eduardo Siqueira Campos, com grandes possibilidade de assumirem posições tão significativas pela riqueza de capacidade e criatividade do nosso povo. Agora, a mim me preocupa, Senador, a legislação que temos. Vivemos num país onde quem mata um jacaré é condenado a cinco anos de prisão, comete crime inafiançável. Não está errado, não! Quem mata um tatu, é condenado a cinco anos, comete crime inafiançável. O sujeito que atira no rosto de uma criança e é réu primário vai para a rua no dia seguinte. Hoje, Senador, as pessoas chamam cachorro de meu filho, beijam sua boca, levam o cachorro ao cabeleireiro, lhe dão comida importada e ainda o levam ao médico.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Não quero dizer que ele anda de carro oficial para não parecer provocação, Senador Magno Malta.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – O animal foi feito para servir ao homem, não o contrário. Claro que precisamos cuidar bem dos animais. Sem dúvida alguma. Mas eu gostaria de ver essas pessoas que têm tanta disposição para gastar R\$500,00 no cabe-

leireiro, para colocar fita no cachorro, abraçarem uma criança na rua e lhe darem uma oportunidade de vida. E quando vejo isso, Senador, meu coração dói. Jesus disse que das crianças é o reino dos céus e quem como elas não se tornar não pode vê-lo. Fico imaginando: se as coisas continuaram dessa forma, um dia este País será um grande canil, nunca uma grande nação. Estou profundamente emocionado com seu pronunciamento.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO)** – Senador Magno Malta, agradeço a lembrança de V. Ex<sup>a</sup>. Recordo-me de que, na minha infância, eu ficava três, quatro, cinco meses sem notícias do meu pai. Ele trazia para casa o BHC, a que eu era profundamente alérgico, mas, por obrigação de filhos, todos o empacotávamos e o vendíamos, parte ia para a feira, parte para cima do caminhão dele. Víamos meu pai muito pouco. Até hoje me recordo de quando ele disse que ia nos levar a todos para o norte de Goiás. Fomos na carroceria de um caminhão, e ele disse que lá era o berço de uma nova civilização. Mesmo sem ele ter pisado em uma escola, tenho profunda admiração pelo que fez meu pai.

Não é uma história muito diferente da de V. Ex<sup>a</sup>, que, também menino pobre, saiu da Bahia para o Espírito Santo e vem mudando o País a partir da sua atuação, seja na condição de Presidente da CPI do Narcotráfico, que tanto bem fez ao seu Estado, o Espírito Santo, ao meu e a vários outros Estados da Federação, seja como evangélico, homem de Deus, que prega os costumes da formação da família, da ética, da moral.

Senador Magno Malta, fico honrado. Realmente, cheguei a me emocionar me lembrando aqui da nossa infância. Tive oportunidade de vender seguros, tive gráfica, lanchonete, fiz muitas coisas na vida. E algumas estão presentes na minha vida, como meu pequeno Guilherme, que tirei da rua, com meses de idade, e é um dos meus filhos que me dá muito honra. É um talento de criança. Nove anos de idade, fala inglês fluentemente, toca violão, é uma lição de vida, e sabe que é adotado.

Há poucos dias, Senador Magno Malta – veja como é este País –, no meu aniversário, que cai exatamente no carnaval, junto com ele fui para um hotel e pedi: “Guilherme, vai indo na frente tomar o café da manhã. O papai chega em seguida”. Fui buscar o jornal. Quando cheguei, ele estava sendo retirado do restaurante, porque sentou-se à mesa e o garçom, certamente por ver nele um tom mais moreno de pele, como tem V. Ex<sup>a</sup>, disse que ia precisar da mesa. Isso me levou a fazer uma denúncia na gerência do hotel,

com uma profunda indignação, e perguntar-lhe: “Por que o senhor escolheu aquela criança?”. E havia tantas outras crianças, loirinhas, do cabelo escorrido, tão saudáveis quanto o meu Guilherme.

Já não o encontrei na mesa quando cheguei, e ele disse que não queria mais tomar café, que havia sido retirado da mesa. Fiz a denúncia e recebi todas as providências da direção do hotel. Voltei àquele cidadão e disse: “O senhor não tem noção do mal que faz ao agir assim”.

O que fiz com o Guilherme, ao ter conhecimento da realidade dele, tirando-o da rua e criando-o como meu filho, tive a oportunidade de fazer algumas outras vezes, com o André, que vive aqui na periferia de Brasília, para quem dou estudo, para a Eciane, que tem treze anos de idade e não conheceu os pais, a quem também dou estudo. Eu os trouxe para dentro da minha casa, conviveram e moraram comigo durante determinado tempo. Sei bem o que é a discriminação.

É por isso, Senador Magno Malta, que, acima da questão partidária, procuro nortear a minha ação de Parlamentar entendendo isso como uma oportunidade extraordinária de dar voz a quem não a tem voz, não àqueles que estão sindicalizados, que têm a CUT, ou àqueles outros que têm as suas classes e as suas categorias para lutarem pelos seus direitos adquiridos, mas em nome daqueles, que são muitos, que são a maioria, milhares, milhões, que não têm rosto, que não têm nome, não têm sobrenome, não têm cheque, não têm conta corrente e não têm aposentadoria.

Assim, fica difícil preservar o direito de quem tem uma aposentadoria de R\$10 mil ou de R\$12 mil e não quer diminuir para R\$4 mil de forma alguma – e entendo as razões –, mas entendo que isso não é rasgar a Constituição, mas rediscutir um projeto de nação. Pretendo discutir isso a fundo. Não considero o momento adequado para reativar a CPI do Judiciário. O Judiciário tem tomado todas as providências para investigar seus membros quando necessário. Eu gostaria muito, Senador Magno Malta, de ver reeditada a CPI do Narcotráfico, porque esse serviço não acabou. V. Ex<sup>a</sup> prestou um grande serviço a este País, mas essa missão ainda não se encerrou. Por isso que não apóio nenhuma outra CPI, porque o País não vive momento para isso, mas espero que seja reeditada essa CPI de que V. Ex<sup>a</sup> participou, com o grande Deputado Moroni Torgan – de quem pude ser Líder na Câmara dos Deputados –, para que V. Ex<sup>a</sup> dê continuidade ao trabalho que fez na CPI do Narcotráfico.

Ouçó o Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Senador Eduardo Siqueira Campos, parabeno-o por suas palavras lúcidas, seguras e extremamente adequadas. Também tenho, como o Brasil, de uma maneira geral, o melhor julgamento do Ministro Ciro Gomes. S. Ex<sup>a</sup> é um homem público que honra o Brasil, que todos os brasileiros reconhecem qualificado para missões relevantes, entre elas a de Ministro da Integração. É bom para o Nordeste, bom para o Brasil. Quanto ao Ministério da Integração Nacional, faço apenas uma ponderação para não personalizar o processo. Efetivamente, o antigo Ministério da Integração, que antes teve outras denominações, sofreu um processo de desgaste. Mas, nos últimos anos, nada comprometeu mais esse Ministério, para muito além dos atores e dos Ministros, do que a figura do contingenciamento. De forma crescente, aquele Ministério sofreu cortes radicais nos recursos orçamentários aprovados para ele. Isso foi progressivo, até o contingenciamento atual, da ordem de 88% ou 90% – não estou certo –, o que caracteriza, primeiro, a falta de prioridade para o Nordeste e para as regiões de periferia. É um corte muito grande para um Ministério que centraliza as ações para essas regiões mais pobres. Um corte drástico e injustificável. Não tem aperto ou ajuste econômico que justifique um corte variável – não foi linear – do tamanho do que foi feito no Ministério da Integração Nacional. Há um segundo conteúdo, também negativo: no Ministério da Integração Nacional se concentra, de maneira proporcional, a maior parcela das iniciativas parlamentares, ou seja, de verbas aprovadas por iniciativa do Parlamento. Então, um corte maior no Ministério da Integração Nacional significa, também, um corte mais radical sobre a iniciativa do Congresso, sobre as propostas e emendas que têm origem nele. Portanto, são duas atitudes negativas. O contingenciamento é uma figura nefasta, um processo pelo qual algumas pessoas resolvem liberar e pagar emendas, iniciativas e projetos por arbítrio solitário e sem nenhuma participação democrática do Congresso brasileiro. Todos nós trabalhamos aqui de quatro a oito meses, aprovamos o orçamento, para que ele seja contingenciado, para que um Ministro ou funcionários dele resolvam, daquilo que foi aprovado, o que deve ou não ser pago. Quer dizer, todo o esforço parlamentar para priorizar iniciativas, efetivamente, é desautorizado pela figura do contingenciamento, que não se justifica no plural. Num país que tem inflação relativamente controlada, podemos trabalhar sob previsões de receita e de despesa possíveis para investimentos e custeio. Não caberia, portanto, cortes da ordem de 70% ou 80%. Se os contingenciamentos fos-

sem da ordem de 5%, 10% ou 15%, tudo bem, mas cortes de 80% ou 90% são uma ação antidemocrática, que quebra a transparência do processo orçamentário, que desautoriza o Congresso Nacional e que é fator, de maneira especial no Ministério da Integração, de permanente desconstrução, de tal forma que o Ministro Ciro Gomes, homem público relevante, é hoje Ministro de uma Pasta vazia, sem recurso para pagar coisa alguma.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB – TO) – Agradeço ao Senador Sérgio Guerra pelo aparte.

Peço desculpas ao Senador Romeu Tuma, o próximo orador. Anuncio que sou o terceiro inscrito para amanhã, no chamado horário nobre da quarta-feira. Solicito à Mesa que adote as providências para passar o meu horário de amanhã ao Senador Romeu Tuma, para que a Casa não perca a oportunidade de ouvir S. Ex<sup>a</sup>, que hoje estava inscrito para pronunciar-se logo após o meu discurso, que, na verdade, era para ser de cinco minutos, mas que acabou estendendo-se um pouco, fruto da emoção e dos apartes, como o do Senador Sérgio Guerra, que muito engrandece o meu pronunciamento.

Vejo as providências sendo adotadas pelo Sr. Raimundo Carreiro, e o Senador Romeu Tuma será o terceiro inscrito para pronunciar-se amanhã. Estarei presente para assistir ao discurso de S. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão e tolerância.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente e Efraim Moraes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Concedo a palavra por cinquenta minutos ao nobre Senador Romeu Tuma, por cessão do Senador Leomar Quintanilha.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não precisarei de tanto tempo, pois sei que outros Senadores também almejam assomar à tribuna, visando externar suas mensagens inadiáveis.

Senador Eduardo Siqueira Campos, acredito que V. Ex<sup>a</sup> não tem de pedir desculpas a mim; pelo contrário. Apenas constatei que vários Senadores queriam apartear-lo e não ousei sair da Mesa para fazê-lo, porque gostaria de ouvir com atenção seu discurso e aprender um pouco de tudo aquilo que, como jovem, V. Ex<sup>a</sup> traz aos mais velhos. Sua lição de



vida e sua história são as de todos os que vieram para esta Casa, provavelmente como meu pai, imigrante, na luta pela vida, sempre com a seguinte posição: “Não consegui aprender, mas meu filho será doutor, nem que eu tenha que deixar de comer”. E essa é a história de praticamente todos os que vêm a esta Casa, porque quem não tem história não senta nessas cadeiras. Só tenho a agradecer-lhe. Fiquei emocionado ao ouvir a referência que fez ao seu menino e às duas crianças cuja escola V. Ex<sup>a</sup> custeia.

A Senadora Patrícia Saboya Gomes vem, praticamente em todas as oportunidades, defendendo a luta pelas crianças. O País só poderá vingar no futuro se realmente conseguirmos investir em educação e tirar as crianças da rua. Conheço a situação porque trabalhei no combate ao crime e sei como são usadas pelos criminosos, como são tratadas muitas vezes pelo cidadão de bem, que as desconhece e que tenta sempre fechar a janela quando se aproximam de seu carro. Talvez tenha sido o caso de quem retirou seu filho da mesa. É isso que temos de mudar no País. É contra isso que temos de lutar – e vamos vencer. E acredito que se vence.

Homens como os Senadores Eduardo Siqueira Campos, Magno Malta e como tantos outros que estão nesta Casa, trabalhando, construindo, tijolo a tijolo, vencerão essa guerra contra a indiferença com as crianças que infelizmente passam pelas nossas ruas sem saber que futuro as espera, pois são hoje instrumentos da criminalidade. O Senador Magno Malta sentiu a situação de perto, assim como o Senador de Goiás, que foi Secretário de Segurança. Também o senti como policial civil em São Paulo e como membro da Polícia Federal. Sei o que isso significa e sei da amargura que se sente quando se vê uma criança de 12, 13 anos matar indiscriminadamente um cidadão sem saber por que está fazendo aquilo. Aprendeu a ser portadora de traficantes, que a utiliza como entregadora de drogas. Muitas vezes, adolescentes de 14, 15 anos formam as suas próprias quadrilhas.

Cumprimento o Senador Aloizio Mercadante pela referência que fez às nossas Forças Armadas. O Senador Aloizio Mercadante é filho do grande General Oswaldo Muniz Oliva, que teve todo o respeito da instituição a que serviu durante anos e dos cidadãos brasileiros, principalmente quando comandou a Escola Superior de Guerra, foi Oficial-Chefe do Estado-Maior da região, em São Paulo, e soube em momentos difíceis contemporizar e evitar que se agravasse a situação da época em que vivíamos. Cumprimento o Senador Aloizio Mercadante.

Este Congresso Nacional tem a obrigação de lutar realmente para dotar as Forças Armadas de meios para que possam cumprir a missão constitucional que lhes é designada.

Senador Edison Lobão, esperamos que, neste ano, não venhamos a lamentar a dispensa dos soldados do Exército Brasileiro antes do término do serviço militar, porque alguns deles poderão ser cooptados pelo crime organizado e, com sua experiência, trabalhar em desacordo com as esperanças da sociedade.

Sr. Presidente, o bom senso indica que nos devemos alegrar com as opiniões favoráveis aos nossos pensamentos. Entretanto, confesso ter-me entristecido com as palavras do ilustre Secretário Nacional de Segurança Pública, Dr. Luiz Eduardo Soares, reproduzidas na coluna “Coisas da Política”, escrita pela jornalista Dora Kramer e que o Jornal do Brasil publica diariamente. Entristeci-me porque, embora vindo ao encontro do que penso, a análise feita por ambos, um categorizado membro do Governo e uma das mais respeitadas jornalistas brasileiras, aguçou ainda mais minha indignação diante da exclusão cívica imposta à segurança pública no Brasil. Trata-se de uma exclusão contra a qual me bato há oito anos neste Senado, por ser gravíssima, determinante de trágicas conseqüências para a sociedade e de máculas para a imagem do Estado.

No dia 19 de março último, sob o título “Segurança Vive Exclusão Cívica”, li as palavras da jornalista e de seu entrevistado. O preclaro titular do Senasp atribuiu o deletério status quo da insegurança a “uma visão histórica segundo a qual a polícia é tema de segunda classe e, como tal, negligenciado”. Com precisão e coragem, afirmou: “Durante anos a Esquerda e a elite ignoraram a questão, tratada até com certa repugnância por estar associada à repressão do Estado”. Falou isso para ressaltar que “considera primordial a construção de uma cultura cívica de inclusão da segurança pública na agenda nacional, como se fez com a economia, por exemplo”.

Permitam-me, nobres Pares, que reproduza o que escreveu Dora Kramer, para que se registre nos Anais deste Senado, tamanha a importância que lhe atribuo como veterano do serviço policial:

O Brasil apostou na capacitação de suas melhores cabeças em áreas onde hoje, gostemos ou não dos resultados, o país tem material humano capaz de uma produção que não deve nada a países desenvolvidos. Na segurança, no entanto, não houve esforço institucional de progresso.

A polícia foi, na concepção do Secretário, 'esquecida' como objeto de política pública. Tornou-se obediente à lógica do atendimento a 'demandas dispersas' e sem planejamento, age reativa e voluntaristicamente.

É um fantasma que surge para nos assombrar quando acontecem situações de emergência. Nesse cenário, aponta Luiz Eduardo, por mais gente capacitada que exista nas polícias e por mais planos que os governos se disponham a executar, tudo resulta em desperdício de energia, tempo e dinheiro.

A constatação do Secretário Nacional de Segurança Pública é que hoje a Polícia – aí entendida como o setor encarregado do combate ao crime – atende a um Estado que não é mais o mesmo. O pacto da transição democrática não levou em conta a segurança pública, cujo papel não foi objeto do debate institucional estabelecido com o fim do regime militar.

Incluindo aí o conjunto de leis, onde convivem instrumentos avançados com concepções superadas.

Ou seja, um problema que aflige toda a sociedade foi deixado praticamente à sorte das circunstâncias. Antes de se discutir qual a política a ser adotada, é preciso saber de que forma se aplica qualquer política num terreno hoje ingovernável.

Antes que se conclua que Luiz Eduardo Soares faz um mero elogio do caos, ele informa que o plano de segurança do governo Luiz Inácio Lula da Silva, cujas linhas gerais começaram a ser elaboradas na gestão de José Carlos Dias, considera o pressuposto da construção da cultura cívica em torno da segurança pública e se baseia em três pontos cruciais.

O primeiro, da eficácia. É perfeitamente possível enfrentar a criminalidade sem que seja preciso esperar o fim da injustiça social, como pensávamos na época em que se atribuía a resolução dos problemas ao advento da revolução e à chegada da utopia da paz absoluta.

O caminho, na visão do secretário, é imprimir à área de segurança padrões de eficiência semelhante, por exemplo, aos adotados por uma empresa como a Petrobras.

Em segundo lugar, abandonar "a velha esquizofrenia", segundo a qual respeito aos direitos humanos se contrapõe à obtenção de resultados no enfrentamento ao crime. A experiência revela que quanto menos corrupta e infratora dos direitos humanos se mostra uma polícia, mais eficiente ela é.

A legalidade aí está no centro da discussão. Não se pode fazer a lei sem cumpri-la.

O terceiro ponto é a participação social via instrumento de controle externo – ouvidorias, colaboração do Ministério Público, exposição de dados na Internet etc. – e interno, como as corregedorias e a integração de várias instituições num mesmo plano de ação, a fim de evitar o exercício do poder corporativo.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Romeu Tuma, concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Edison Lobão.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Romeu Tuma, a palavra de V. Ex<sup>a</sup> sobre a matéria é ouvida como um diagnóstico perfeito, mas também como uma bússola. Ninguém neste País conhece mais as questões da segurança pública do que V. Ex<sup>a</sup>, que recentemente foi Relator...

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Fui Presidente da Comissão.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – V. Ex<sup>a</sup> foi Presidente de uma Comissão que cuidou especificamente deste grave problema que tanto afeta as famílias brasileiras. Como resultado daquela Comissão, da qual também fiz parte, elaborou-se um conjunto de medidas, de leis e de projetos, que estão em tramitação em regime de urgência. Senador Romeu Tuma, aquela foi uma grande colaboração de sua iniciativa, mas que precisa ser complementada agora com novas ações e sobretudo com o produto da inteligência. Não se chegará a nenhuma boa solução no Brasil se aplicarmos apenas a força na solução das questões da segurança que dizem respeito à violência. O emprego do Exército foi uma boa iniciativa, porque, assim como a Polícia Federal, tem prestígio junto à sociedade, o que já ajuda na solução dos problemas. Mas é necessário que se tenha uma solução definitiva, não com o emprego do Exército, e sim das Polícias Estaduais e da Polícia Federal. V. Ex<sup>a</sup> propõe um exame da inteligência para a solução do problema. Eu me regozijo com V. Ex<sup>a</sup> pelo importante discurso. Hoje,

nada nos preocupa mais do que a violência que assola o País. Temos que resolver o problema, e sei que não dependerá apenas da ação do Presidente da República. Sua Excelência está interessado, sim, todos nós estamos, mas é indispensável que cada um que se sinta responsável, como V. Ex<sup>a</sup>, traga sua contribuição. Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Obrigado, Senador Edison Lobão. Corrigindo, eu fui Sub-Relator da Comissão Especial de Segurança Pública. Pensei que V. Ex<sup>a</sup> se referia à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que tratava do roubo de cargas. A propósito, com grande aflição, vários empresários, várias vítimas têm nos procurado em comissão, pedindo a reabertura e a continuação da busca dos elementos que possam neutralizar o crime, como o tráfico de drogas, pois, infelizmente, não estão encontrando respaldo no sistema de segurança pública.

Pela graça de Deus, V. Ex<sup>a</sup> está hoje na Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e tem demonstrado todo o seu empenho. Apesar de não mais estar naquela Comissão para acompanhar de perto as discussões, sou testemunha do interesse e da prioridade que tem dado aos projetos relativos ao sistema de segurança pública.

Hoje, recebi o Presidente Nacional da Associação dos Delegados, que fez referência à visita que, em comissão, fez a V. Ex<sup>a</sup> em São Luís, capital do seu Estado, com o interesse de transmitir-lhe as preocupações dos delegados de Polícia quanto à segurança. S. S<sup>a</sup> trouxe a imagem maravilhosa da atenção, do respeito e das idéias de V. Ex<sup>a</sup> para transformar esta situação de angústia e sofrimento da sociedade.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> por tê-los recebido, Senador Edison Lobão.

Feito o diagnóstico, como garantir que o plano de segurança posto agora em execução seja algo mais que uma lista de boas e inexecutáveis intenções?

Basicamente, mantendo o controle nas mãos do Governo Federal, a arte é fazer isso sem cair na desconversa de sempre nem ferir a autonomia constitucional dos estados.

A primeira providência foi suspender a liberação de dinheiro do Fundo Nacional de Segurança Pública para projetos dispersos e pontuais.

Os governos dos estados serão convocados a apresentar projetos objetivos de gestão e reformulação das polícias, seguin-

do diretrizes que o Ministério da Justiça apresentará na próxima semana.

Escrevi este pronunciamento, Senador Demóstenes Torres, antes da manifestação do Ministro da Justiça sobre projeto de se reunir com os Srs. Governadores. E hoje ouvi desabafo do Chefe do Gabinete Civil José Dirceu< sobre o assunto.

Então, creio que teremos que voltar à tribuna para rediscutir alguns pontos surgidos em razão do aumento da violência.

**O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO)** – Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Com muita honra.

**O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO)** – Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem em reproduzir o artigo da jornalista Dora Kramer com as opiniões do sociólogo Luiz Eduardo Soares, hoje Secretário Nacional de Segurança Pública. Como bem frisou V. Ex<sup>a</sup> em diversos pronunciamentos, a segurança passa por uma série de modificações na legislação brasileira. Fico perplexo quando alguém diz: “Precisamos apenas fazer cumprir as leis no Brasil!” Não é só isso, nós perdemos a guerra para o crime! A realidade é essa! A continuarmos com esse modelo falido, equivocado – e me perdoe a expressão –, frouxo, que temos no Brasil, não vamos chegar a lugar nenhum. O sociólogo Luiz Eduardo Soares usa uma expressão: muita gente confunde direitos humanos com incentivo a que o policial não cumpra a lei. Ora, o policial tem que cumprir a lei! O revólver está em sua cintura não para adorná-lo, para enfeitá-lo, para torná-lo bonito, mas para ser utilizado. Por quê? Porque a sociedade prescindiu do uso da força diretamente com a criação de um Estado, cujo braço armado é a Polícia. É claro que essa ação deve ser executada dentro da lei. E a lei tem limites rigorosos. Mas nada implica que um policial, cumprindo o seu dever, não possa se utilizar da força. E essa utilização não implica a expressão violência. O Estado autoriza a utilização dessa força. Devemos adotar medidas como bem quer V. Ex<sup>a</sup>, como bem querem o Secretário Nacional de Segurança Pública e o Ministro. Medidas que previnam a criminalidade, como a adoção da escola integral, por exemplo, tema hoje abordado pelo Ministro da Educação, que aqui esteve presente e disse que até o ano de 2010 estará implantada, pois acredito ser este o principal fator de contenção da violência, passando pela estruturação policial e, principalmente, pela agilização do Poder Judiciário, que, por sua vez, passa pela reforma do Poder Judiciário; dar ao juiz de primeiro grau

mais força para julgar, colocando fim às indústrias de liminares em decorrência das sucessivas instâncias existentes no Brasil. Ou seja, tudo isso, aliado, ainda, a um sistema de punição adequado. V. Ex<sup>a</sup> mesmo possui projetos nesse sentido. Atualmente, uma pessoa condenada a 30 anos, no Brasil, sai da cadeia com três anos e meio. Então, não há punição. A recuperação do delinqüente não pode ser algo tido como poético. Há pessoas que imaginam poder recuperar o Fernandinho Beira-Mar. Não é verdade. A finalidade da pena não é a ressocialização – que é apenas uma das finalidades –, mas fazer com que a sociedade se sinta satisfeita. É uma punição dura a fim de fazer com que haja inibição do cometimento do crime pela própria pessoa e por outros. Por fim, não existe ressocialização melhor do que a obrigação de trabalhar. O preso deve ser obrigado a trabalhar. Há muitas pessoas que dizem que a obrigação de trabalhar é inconstitucional. Não tem nada a ver obrigação de trabalhar com trabalho forçado. Uma coisa é o trabalho forçado, outra coisa é obrigação de trabalhar. O cidadão que tem filho não tem obrigação de pagar pensão alimentícia a ele? Então, vamos criar uma obrigação. Hoje, não temos um prêmio? A cada três dias que a pessoa trabalha na cadeia não descontamos um? Por que a cada três dias que a pessoa não trabalha não aumentamos um? É uma obrigação que satisfaria a sociedade brasileira; trabalharíamos para a recuperação. Senador Romeu Tuma, quero ser uma pessoa que está contribuindo e que contribuirá sempre com projetos como os que V. Ex<sup>a</sup> muitas vezes apresenta e que não chegam à consecução, nos quais vejo consonância com o combate à corrupção, que defende, por exemplo, a Deputada Federal Denise Frossard como um dos métodos mais eficientes para se combater até, digamos assim, uma ineficiência da Polícia em decorrência disso, e que penso que devemos fazer. O artigo da jornalista é precioso e as informações que passa o Secretário Nacional também. V. Ex<sup>a</sup> analisa o artigo com muita propriedade, e quero parabenizá-lo de público por esse gesto e pelo discurso belíssimo que está fazendo. Muito obrigado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador Demóstenes, eu ia pedir desculpas por tê-lo chamado de Diógenes, mas vi que V. Ex<sup>a</sup> acendeu a lanterna para iluminar o meu discurso. Como eu, V. Ex<sup>a</sup> andou pelas ruas, sabe o que é o crime. Todos sabemos que é uma luta desigual, mas que só será vencida com essa força, vontade e prestígio ao policial. V. Ex<sup>a</sup>, como Secretário de Segurança, soube honrar o mandato que lhe foi delegado pelo Governador do Estado.

Uma espécie de plano de metas ao qual estará condicionada a liberação de recursos. É claro que os Governadores terão sempre a prerrogativa de não aderir. Mas, diante da demanda social por segurança, os que o fizerem terão que arcar com as consequências do inevitável desgaste público. E, no momento preciso, eleitoral.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é inegável que o Estado moderno tem entre suas funções primordiais – funções que lhe permitiram o nascimento da Revolução Francesa e continuam a garantir-lhe a existência – a de proporcionar segurança aos cidadãos e, em escala coletiva, à sociedade, para que possamos todos usufruir dos direitos assegurados na Constituição, inclusive os de ir e vir livremente e de poder trabalhar em paz.

Quem nos garante a prática desses direitos é o executor da segurança pública, o profissional de Polícia. Tratá-lo como servidor de segunda classe só contribui para deslustrar o Estado, atormentar a população e conduzi-la à desesperança, ao desespero. É agir de maneira a sabotar, desmoralizar e prejudicar a democracia. Sim, porque somente um animus nocendi antidemocrático pode estar presente nas ações e omissões que retiram do Estado Democrático de Direito os meios adequados à prestação dos serviços de segurança que lhe são privativos e obrigatórios.

As funções do servidor policial são insubstituíveis, queiram ou não os que teimam em mantê-las na exclusão cívica. Situam-se num patamar do poder público reservado a quem está disposto até a se imolar para preservar a vida, o patrimônio e os direitos de outrem.

Torna-se incompreensível e perigoso, assim, deixar de reconhecer o valor da Polícia para a garantia da paz social, daí a urgência em resgatarmos a dignidade profissional de quem exerce tão importantes funções. Importância que cresce ainda mais no momento em que a criminalidade violenta e organizada atenta até contra o Poder Judiciário, chegando a praticar o primeiro assassinio de um juiz de Direito em meu Estado, acontecido no dia 14 do mês passado, em Presidente Prudente, onde o Corregedor dos presídios da região, Dr. Antônio José Machado Dias, de 47 anos de idade, morreu a tiros na via pública, ao deixar o Fórum.

Dez dias depois, a ação terrorista repetiu-se quando o Juiz da 5ª Vara Criminal de Vitória e integrante do Grupo de Repressão ao Crime Organizado no Espírito Santo, Dr. Alexandre Martins de Castro Filho, 32 anos, foi fuzilado em plena rua. Ele declara à imprensa que a morte do colega de Presidente Pru-

dente não o amedrontava, nem ele e nem os membros do Poder Judiciário. Quero me referir aqui ao Dr. Alexandre, quando, em audiência pública da Comissão Parlamentar de Inquérito do Roubo de Cargas, com ele estive e dele recebi todo o apoio para que pudéssemos ouvir elementos envolvidos com roubo de cargas e presos que foram apresentados à Comissão para depoimento.

Pergunto agora qual a grande questão nacional, Senador Demóstenes, meu Presidente Efraim. Qual a grande questão nacional? Para onde vai o Fernandinho Beira-Mar? Essa pergunta ocupa hoje praticamente todas as autoridades. Eu diria, em expressão bem popular, chula, de rua, é o fim da picada. Por quê? Porque não se concebe que ninguém tem coragem de manter preso um criminoso, assassino, ladrão, traficante ligado a grupos internacionais. Fica a dúvida se o sistema penitenciário está falido e corrompido. Não que os governadores não tenham confiança de que não vão guardá-lo. É que, provavelmente, lá dentro, alguém se venda, facilite sua fuga ou monte um escritório para continuar comandando o crime aqui fora. Temos que vencer essa etapa. Bandido tem que ficar preso, conservado e receber todas as restrições que lhe impõe o sistema penitenciário nacional. Temos que mudar o regime? Sim. Mas não dá mais para ter como um problema nacional o lugar para onde irá Fernandinho Beira-mar.

Pois não, Senador.

**O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO)** – Quero concordar com V. Ex<sup>a</sup>. Na realidade, o Brasil não pode ficar parado por causa de um traficante. Se o sistema carcerário do Rio de Janeiro não consegue tomar conta de um traficante, no Brasil, o que faremos? A população vai crer em quem? Ela vai prestigiar as autoridades policiais, como? As autoridades do Ministério Público ou do Poder Judiciário, como? Não dão conta de tomar conta de um traficante, e são vários. Quero deixar aqui os meus encômios às palavras de V. Ex<sup>a</sup>, profundamente sábias. Se o Brasil não dá conta de tomar conta de um traficante, se não damos conta, se o Rio de Janeiro não dá conta de tomar conta – permita-me repetir a palavra “conta” quantas vezes forem necessárias –, é porque, realmente, há algo profundamente errado na segurança pública. Temos que mudar o nosso sistema de segurança pública. Aliás, temos que criar um sistema de segurança pública no Brasil, porque não o temos. Cada Estado faz o que bem entende, e a União atua de outra forma. Temos de criar esse sistema, um sistema nacional de segurança pública, um sistema penitenciário eficiente até para que nós mesmos acreditemos que, no futuro,

poderemos dar tranquilidade ao cidadão. Trata-se hoje de um serviço de primeiríssima necessidade porque, sem tranquilidade, não vamos conseguir viver em paz e, muito provavelmente, nem sequer viver. Parabéns, Senador, a constatação de V. Ex<sup>a</sup> é brilhantíssima.

**O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP)** – Senador Demóstenes Torres, verifique V. Ex<sup>a</sup> que ele está preso lá em Alagoas. Mas, no Rio de Janeiro, surpreendentemente – não sei se é surpresa –, os bandidos fizeram um ato de terror como se estivessem no Iraque, provavelmente, querendo imitar os bombardeios que lá existem com uma desfaçatez enorme. Passaram pelas ruas jogando bombas Molotov e atiraram em prédios públicos e hotéis como se não existisse absolutamente ninguém para impedir que isso ocorresse. Tenho certeza de que não é covardia da polícia. Deve existir alguma coisa, mas não estamos sabendo apontar onde está o câncer que permite que essa marginalidade cresça, violenta a própria dignidade da função pública e concorra com o Estado de direito, tentando desmoralizá-lo hora a hora, dia a dia.

Esta Casa realmente terá de discutir isso. Sei que V. Ex<sup>a</sup> e mais alguns Senadores hoje estão compondo a Subcomissão de Segurança Pública neste Senado. Espero que a velocidade necessária seja dada a essa Subcomissão para que possamos encontrar o caminho e dar à população a certeza de que a marginalidade não vencerá essa guerra.

**O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais)** – Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloízio Mercadante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 50 minutos.

A Presidência comunica que prorrogará a sessão pelo tempo necessário para que V. Ex<sup>a</sup> conclua o seu pronunciamento.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a gentileza do Presidente e tranquilizar os Senadores presentes no sentido de que não vou falar por 50 minutos. O que me traz a esta tribuna hoje dá para falar em apenas 5 a 10

minutos, no máximo. Tenho o dever de mencionar esse assunto diante do que está ocorrendo no País com relação ao trabalho.

Tivemos ontem a fixação do salário mínimo em um patamar de R\$240,00, que, todos sabemos – e já foi dito até mesmo na sessão de hoje por vários oradores –, não atende às necessidades básicas do trabalhador. Ontem, neste Senado, foi travado um debate muito lúcido por alguns Senadores, entre eles o próprio Líder do PSDB, que, com a cautela necessária, disse muito bem que não poderia, de maneira nenhuma, radicalizar com relação à questão do salário mínimo. Do outro lado, o próprio Senador Paulo Paim – que hoje faz parte da Mesa desta Casa, é seu 1º Vice-Presidente, e que dedicou, como foi dito há pouco, toda a sua vida parlamentar, a sua história de homem público à defesa do salário mínimo –, mostrou-se cauteloso. S. Ex<sup>a</sup> agora está no Governo, que diz não poder fixar um salário maior do que R\$240,00.

Assim, Sr. Presidente, tivemos o Líder da Oposição sem poder fazer oposição ao atual salário mínimo, porque lhe falta autoridade, uma vez que o Governo que antecedeu o atual também não teve condições de dar ao salário mínimo a expressividade necessária, e tivemos uma Liderança Governista, como a do Senador Paulo Paim, reconhecendo que o salário mínimo poderia ser muito melhor, não é o ideal, mas é o que o Governo pode fixar hoje.

Sr. Presidente, estou fazendo essas considerações porque não é apenas o salário mínimo que está preocupando o trabalhador, mas também o que foi noticiado hoje pela Folha de S. Paulo: um corte considerável, mas considerável mesmo, nos recursos do FAT para a profissionalização e formação do trabalhador. Peço um pouco de tolerância à Mesa para localizar exatamente a nota do jornal e fazer referência aos dados, que são eloquentes, de como não podemos aceitar passivamente o corte desses gastos. São cortes da ordem de 50% do que foi destinado no ano anterior pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para aqueles cursos de formação do trabalhador. Esse corte se deveu ao decreto que impôs aquele contingenciamento sobre o qual tanto se falou hoje nesta Casa.

Sras e Srs. Senadores – não tomarei muito tempo, já estamos no final da sessão, e nosso Presidente, Magno Malta, já dá sinais de cansaço –, passo a ler a reportagem:

O Governo cortou em média 50% dos recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) que seriam aplicados em programas de qualificação profissional e de recolocação dos desempregados no merca-

do de trabalho neste ano. De R\$428 milhões que foram investidos no ano passado, os recursos caíram para R\$270 milhões para este ano.

Conforme a Folha antecipou no início de março, os cortes feitos no Planfor (Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador) reduzirão a R\$60 milhões os recursos para treinamento neste ano. No ano passado, o Governo investiu R\$132 milhões no Planfor. Isso representa um corte de 55%.

No caso do Plansine (Plano Nacional do Sistema Nacional de Emprego), a verba minguou de R\$116 milhões no ano passado para R\$90 milhões em 2003 – redução de 22,5%. Também foram cortados os recursos com gastos no pagamento de benefício aos trabalhadores, como o seguro-desemprego.

Diante disso, V. Exas deverão perguntar: o que diz o Governo? Claro, o decreto de contingenciamento de recursos tornou-se prioritário. Os recursos foram cortados de forma indiscriminada até chegar a R\$14 bilhões para proporcionar o superávit de R\$2 bilhões.

Sras e Srs. Senadores, o que diz o Governo, por meio de seu representante mais autorizado, no caso, o Ministro do Trabalho? “Enquanto eu puder, brigarei por mais recursos, o que não quer dizer que estou contestando os cortes”, declarou o Ministro Jaques Wagner. Os cortes financeiros para os programas foram definidos, o que não é surpresa para ninguém, pela equipe econômica do Governo. Segundo o Ministério do Trabalho, ainda não está decidida a parcela de recursos que ficará nas mãos das centrais sindicais ou das secretarias estaduais de trabalho. A previsão, no entanto, é a de que a maior parte desses recursos fique com os Estados. Estranho que as centrais sindicais não tenham dito nada sobre isso. O que é certo...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Garibaldi Alves Filho, V. Ex<sup>a</sup> permite-me um aparte?

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Pois não, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Nós estamos aqui, ansiosamente, aguardando todo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Aprendemos muito com a sua companhia. Deus foi muito bom para mim, ao colocar V. Ex<sup>a</sup> no Governado do Estado do Rio Grande do Norte quando eu governava o Estado do Piauí. Quero declarar aqui que V. Ex<sup>a</sup> era o ícone, o exemplo. O Estado de V. Ex<sup>a</sup> é o mais arrumado do nordeste. Eu mesmo levei minha equipe para aprender. E quero expor a minha preocupação com o salário mínimo. Esta Casa precisa deter-se nessa questão, que é muito importante. Os altos salári-

os envergonham este País. Nas sociedades organizadas, a diferença entre o maior e o menor salário é de dez, doze vezes. No Brasil é de cem vezes ou mais. O Senador Paulo Paim, que estuda o assunto e de quem somos seguidores, defende o salário mínimo de cem dólares. S. Ex<sup>a</sup> se tornou o melhor e o mais forte líder do PT por ter coragem de levantar essa bandeira. Cem dólares, hoje, corresponde a R\$335,00. O PT apresenta uma proposta de R\$240,00. Então, eu sugiro que não fiquemos nem com o Senador Paulo Paim nem com o PT, mas com Deus, que deu sabedoria ao rei Salomão, o qual disse “A verdade está no meio; a virtude está no meio; a luz está no meio”. Então, o salário mínimo deve ser R\$277,50. É o meio-termo entre essas duas propostas. E é muito pouco. Isso já foi conseguido. Eu vejo muita perda de tempo no Conselho de Ética, onde se procura acusar o Senador Antonio Carlos Magalhães. É preciso dizer a este País que S. Ex<sup>a</sup> teve a coragem, em 1980, de lutar por um salário mínimo de cem dólares, quando o Presidente da República era seu aliado. S. Ex<sup>a</sup> não conseguiu, mas o valor estabelecido para o salário mínimo equivalia a US\$ 85. Esta é a minha proposta agora: US\$85. Não podemos ter um salário mínimo inferior. É injusto o trabalhador americano ganhar US\$10 por hora e, em um dia, US\$80, ou seja, mais que um trabalhador brasileiro em um mês. A nossa preocupação soma-se à do Senador Garibaldi Alves, porque, no nosso Governo, o maior instrumento de desenvolvimento e de segurança era o recurso do FAT, que ia para a Secretaria do Trabalho. Oferecemos mais de 150 mil cursos profissionalizantes aos piauienses, o que levou à criação de mais de 14 mil microempresas, gerando renda, trabalho e ocupação. A falta de trabalho causa violência. O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> deve ser ouvido pelo Presidente da República e por seus Ministros.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)** – Senador Mão Santa, agradeço-lhe o depoimento. V. Ex<sup>a</sup>, que foi Governador do Estado do Piauí, como fui Governador do Rio Grande do Norte, sabe o que representam programas como esse, custeados pelos recursos do FAT.

Confesso a V. Ex<sup>a</sup> que venho a esta tribuna para reconhecer a necessidade que, muitas vezes, o Governo tem de contingenciar o orçamento. Mas há necessidade de rever determinados cortes. Certas prioridades precisam ser exercitadas. Um governo que tem compromisso com a criação de empregos e com a geração de renda não pode, de maneira nenhuma, fazer com que esses recursos sejam retirados do FAT. Como é – pergunto eu a este Plenário e a este Presidente – que se vai gerar tantos empregos e tantos postos de trabalho se os trabalhadores não estiverem

devidamente qualificados para exercer aquelas funções? Há pouco tempo, o Senador Romeu Tuma falava aqui da violência que invade nossos lares, que não poupa ninguém. Sabemos muito bem que a violência decorre sobretudo dessa crise social que tomou conta do nosso País.

Espero que a minha palavra sensibilize as centrais sindicais, os governadores, os secretários de trabalho e todos aqueles que estão, na verdade, utilizando ano a ano esses recursos e que, agora, vêm-se no constrangimento de fazer uma verdadeira escolha de Sofia. Eu não gostaria de estar no lugar de nenhum deles, já que vão ter de eliminar alguns cursos e liberar outros, diante de um corte que não foi nem de 10%, nem de 20%, nem de 30%, nem de 40%, mas de 50%. Todos sabemos do dilema daquela mãe, da Escolha de Sofia. Pois agora esse é o dilema das centrais sindicais, dos Governos estaduais, de todos aqueles que vão aplicar esses recursos.

Como o Senador Mão Santa sabe muito bem, há uma expectativa muito grande pela realização desses cursos para a qualificação dos trabalhadores. Os pedidos se acumulam nas Secretarias de Trabalho, nos Sines. Como se vai administrar isso?

Sr. Presidente, eu queria mencionar a minha estranheza. Posso ter sido o último a saber, mas não serei o último a calar. Serei um dos primeiros a falar, a gritar, a dizer que o Governo não pode cortar recursos de um programa tão ligado à formação do trabalhador e ao trabalho no nosso País.

Fica aqui esse registro e essa advertência. E só agora, lendo a Folha de S. Paulo, deparei-me com essa notícia, senão teria falado antes. Espero que o Governo tenha sensibilidade. Não estou pedindo, ninguém está solicitando aqui que se deixe de cortar bilhões de reais; o que estamos pedindo aqui são milhões de reais para formar o trabalhador, para dar a ele uma especialização, para que ele não se veja diante do drama do desemprego, que conhecemos muito bem.

Quando as pessoas vinham a nós pedindo emprego, perguntávamos o que sabiam fazer e, invariavelmente – pelo menos antes desses cursos – a resposta era “sei fazer tudo”. Na verdade, a pessoa não sabia fazer nada, porque não tinha a oportunidade de se qualificar, como disse o Senador Mão Santa, por meio desses milhares de cursos. Se há desvio nos cursos ou problemas na realização dos mesmos, ou se não estão atendendo a determinadas expectativas, que sejam revistas a sua metodologia e a sua sistematização.

Não podemos, Sr. Presidente – depois de conceder um salário mínimo de R\$240,00, que aceitamos como realista, mesmo com a promessa de que

possamos, conforme apelo dos Líderes, modificar a medida provisória -, nos ver diante de um corte de 50% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para serem aplicados na qualificação e na recolocação no mercado de trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Efraim Moraes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.*

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta) – Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 27 de março de 2003.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exa. que deixei de registrar o meu comparecimento no painel eletrônico de votação da sessão deliberativa ordinária de 27 de março último. Entretanto, participei da Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar realizada às 10 horas da mesma data, inclusive votando as matérias ali debatidas, conforme documento em anexo, razão por que solicito a V. Exa. seja computado o meu comparecimento à sessão daquela data.

Cordialmente, – Senador, **Ramez Tebet**.

**SENADO FEDERAL  
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**4ª REUNIÃO DE 2003**

Em 27 de março de 2003, quinta-feira, às 10h, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Costa.

**LISTA DE PRESENÇA**  
Presidente: Juvêncio da Fonseca  
Vice-Presidente: Demóstenes Torres

TITULARES	SUPLENTES
<b>PMDB</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Ney Suassuna
João Alberto Souza	2. Pedro Simon
Ramez Tebet	3. Gerson Camata
Luiz Otávio	4. Alberto Silva
<b>PFL</b>	
Paulo Octávio	1. Jonas Pinheiro
Demóstenes Torres	2. César Borges
Rodolpho Tourinho	3. Renildo Santana
<b>PT</b>	
Heloísa Helena	1. Ana Julia Carepa
Sibá Machado	2. Fátima Cleide
Flávio Arns	3. Eduardo Suplicy
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Reginaldo Duarte
Antero Paes de Barros	2. Arthur Virgílio
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	4. Augusto Botelho
<b>PTB</b>	
Geraldo Mesquita Júnior (PSB)	1. Fernando Bezerra (PTB)
<b>PSB, PL e PPS</b>	
Magno Malta (PL)	1. Marcelo Crivellá (PL)
<b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)</b>	
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	

Visto: \_\_\_\_\_

Brasília, 27 de março de 2003



**SENADO FEDERAL  
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

**4ª REUNIÃO DE 2003**

Em 27 de março de 2003, quinta-feira, às 10h, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Costa.

**LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL**

**VOTAÇÃO DA PROPOSTA DO RELATOR DE LUVIR OS JORNALISTAS DA REVISTA "ISIDE"**

Presidente: Juvêncio da Fonseca  
Vice-Presidente: Demóstenes Torres

Titulares	Sim	Não	Abstenção	Suplentes	Sim	Não	Abstenção
<b>PMDB</b>				<b>PMDB</b>			
Juvêncio da Fonseca				Ney Suassuna			
João Alberto Souza		X		Pedro Simon			
Ramez Tebet	X			Gerson Camata			
Luiz Otávio		X		Alberto Silva			
<b>PFL</b>				<b>PFL</b>			
Paulo Octávio				Jonas Pinheiro			
Demóstenes Torres		X		César Borges		X	
Rodolpho Tourinho		X		Renildo Santana			
<b>PT</b>				<b>PT</b>			
Heloísa Helena	X			Ana Julia Carepa			
Sibá Machado	X			Fátima Cleide			
Flávio Ams	X			Eduardo Suplicy			
<b>PSDB</b>				<b>PSDB</b>			
Sérgio Guerra	X			Reginaldo Duarte			
Antero Paes de Barros	X			Arthur Virgílio			
<b>PDT</b>				<b>PDT</b>			
Jefferson Peres	X			Augusto Botelho			
<b>PTB</b>				<b>PTB</b>			
Geraldo Mesquita Júnior (PSB)	X			Fernando Bezerra			
<b>PSB, PL e PPS</b>				<b>PSB, PL e PPS</b>			
Magno Malta (PL)				Marcelo Crivella (PL)	X		
<b>Corregedor (Membro nato)</b>							
Romeu Tuma (PFL)		X					

TOTAL

15

SIM

09

NÃO

06

ABSTENÇÃO

VISTO:

SALA DE REUNIÕES, EM 27 DE MARÇO DE 2003

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta) – A Mesa defere a solicitação de S. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio, Romero Jucá, Renan Calheiros enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na reunião que manteve, nesse final de semana, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente do Banco Mundial (BIRD), James Wolfensohn, afirmou que o empréstimo de US\$505 milhões, cujo contrato foi o objeto do encontro, representava um prêmio ao Brasil pelos avanços sociais durante o Governo Fernando Henrique.

O reconhecimento, segundo publica o jornal O Estado de S. Paulo, edição de 30 de março último, decorre “das melhorias sociais alcançadas na gestão do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, como a redução da mortalidade infantil e o aumento da taxa de matrículas no ensino fundamental.”

Ao fazer esse registro, solicito que a matéria mencionada, inclusa, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

Domingo, 30 de março de 2003

**O Estado de S. Paulo Nacional Fome**

Bird premia Brasil por avanços sociais

Banco Mundial libera empréstimo de R\$ 505 milhões para reforçar reservas

Brasília – O presidente do Banco Mundial (Bird), James Wolfensohn, reuniu-se ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros da área econômica e social para discutir projetos e assinar um empréstimo de US\$ 505 milhões para o Brasil. Os recursos são um prêmio pelos avanços na área de desenvolvimento humano registrados pelo País nos últimos anos e serão liberados na segunda-feira, indo direto para as reservas cambiais do Banco Central.

“Procuramos trazer para este debate as experiências de outros países que, como o Brasil, tiveram de implementar importantes e urgentes reformas eco-

nômicas e sociais”, disse Wolfensohn, durante o encontro na Granja do Torto, do qual também participou o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias. “Esperamos que os debates ajudem a cristalizar ações econômicas e sociais prioritárias em benefícios do País, especialmente no conturbado ambiente internacional.”

Os US\$ 1 bilhão por ano que o Bird põe à disposição do País como ajuda pelas reformas promovidas em vários setores, como o fiscal, o previdenciário, o energético e o social. Diferentemente de outros empréstimos que financiam projetos específicos e exigem uma contrapartida do governo brasileiro, esse tipo de recurso fica livre nas reservas cambiais para ser usado com liberdade.

De acordo com a assessoria do Bird, o objetivo é contribuir para a “blindagem econômica” necessária ao enfrentamento de variações cambiais. Com isso, o governo ganha fôlego para manter e ampliar programas nas áreas de saúde, educação e assistência social.

Mortalidade – Além de um reconhecimento das melhorias sociais alcançadas na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, com a redução da mortalidade infantil e o aumento da taxa de matrículas no ensino fundamental, o empréstimo demonstra o apoio do Banco Mundial aos programas do governo Lula, com ênfase ao Fome Zero. Em nota divulgada no mês passado, quando o financiamento foi aprovado, o Bird elogiou as políticas sociais de Fernando Henrique e “o empenho do novo governo em continuar, melhorar e ampliar essas políticas sociais eficazes a fim de obter melhores resultados setoriais”.

Contratado em condições mais vantajosas que outras fontes internacionais, os recursos do Bird devem ser devolvidos em dez anos, a partir de 2010, com taxa de juros (Libor) de cerca de 5% ao ano. No governo passado, o Brasil já recebeu US\$ 4 bilhões do Banco Mundial nessa mesma categoria, além dos financiamentos para projetos sociais, que perfazem atualmente US\$ 4,5 bilhões.

Para os quatro anos do governo Lula, o Bird está reservando mais US\$ 6 bilhões para financiar projetos sociais, tanto federais, quanto estaduais e municipais, e R\$ 4 bilhões a título de ajuda fiscal e cambial. (Sérgio Gobetti, Demétrio Weber e Leonêncio Nossa)

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aqueles que não acompanham a continuidade da luta das mulheres, no Brasil e no mundo, e que só têm na memória as imagens dos tempos heróicos, em que as feministas faziam barulho em praça pública e ateavam fogo em

alguns símbolos da sua submissão, não sabem da importância dos movimentos de mulheres para todas as questões sociais do nosso tempo.

A história de luta das mulheres, no Brasil, por seus direitos é tão longa quanto a história deste País, embora ela não seja reconhecida, contada ou visualizada, senão pelos esforços das próprias mulheres e de alguns poucos homens. O racismo, consequência inevitável do colonialismo, promoveu o genocídio de vários povos indígenas e a exclusão dos povos de origem africana; por outro lado, o sexismo se encarregou de eliminar os registros de resistência e luta das mulheres no Brasil, fossem elas indígenas, de origem africana ou européia, imigrantes ou brasileiras.

Como exemplo, a conquista do voto pelas brasileiras resultou de um processo de luta iniciado antes mesmo da proclamação da República. Embora a Constituição de 1891 vetasse o direito de voto aos analfabetos, mendigos, soldados e religiosos, sem excluir o voto feminino, as mulheres ainda tiveram que lutar por mais de 40 anos para conquistar esse direito.

O voto feminino só foi assegurado em 24 de fevereiro de 1932, por meio do Código Eleitoral Provisório (Decreto nº 21.076). No entanto, esse decreto era bastante restritivo, prevendo o direito de voto apenas às mulheres casadas que tivessem a autorização dos maridos. Em 1934, a Assembléia Nacional Constituinte reafirmou o direito assegurado no Código Eleitoral, eliminando as restrições existentes, mas tornando o voto obrigatório apenas àquelas mulheres que exercessem funções remuneradas em cargos públicos. A obrigatoriedade plena do voto para todas as mulheres só foi instituída com a Constituição de 1946.

No Brasil, foram 108 anos de diferença entre a primeira lei eleitoral, que assegurava aos homens o direito de votar e ser votados, e a lei eleitoral que assegurava esse mesmo direito às mulheres.

Como se vê, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as conquistas femininas resultaram de longas e desgastantes lutas, que tiveram início há muito tempo. As mulheres de hoje dão continuidade a essas lutas e reconhecem o legado fundamental de todas as que as antecederam ao longo da história. É na qualidade de herdeiras desse processo que, contemporaneamente, as mulheres vêm tendo um papel relevante na construção da democracia em nosso País.

Há 16 anos, Brasília recebeu mais de 2000 lideranças de todos os Estados, que fizeram uma entrega solene da Carta das Mulheres ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte e aos representantes de diversos partidos. Essa Carta foi mensageira de reivindicações diversas, produto de uma década

histórica para os movimentos de mulheres no Brasil, em que surgiam articulações, tanto na área rural quanto urbana, cada qual reunindo segmentos diversos: trabalhadoras de diferentes setores, organizações comunitárias de base, ONGs feministas, organizações de mulheres negras, militantes de pastorais, da área da saúde pública, militantes partidárias e sindicalistas, acadêmicas, etc.

As mulheres organizadas inauguravam um período de grande influência política. Os resultados foram conquistas fundamentais, consagradas no texto da Constituição de 1988, e um reconhecimento por parte da sociedade, da legitimidade política e força social dos movimentos de mulheres.

Agora, passados 16 anos da produção da Carta das Mulheres, os movimentos feministas apresentam um novo documento à sociedade. Trata-se da “Plataforma Política Feminista”, construída sobre uma base de mobilização de 5 mil e 200 ativistas de movimentos de mulheres, mobilizadas para o debate em 26 Conferências Estaduais, realizadas entre março e maio de 2002. Sua conclusão se fez em Brasília, dias 6 e 7 de junho de 2002, na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras.

Com a “Plataforma Política Feminista”, os movimentos de mulheres reafirmam seu potencial de contestação, mobilização e elaboração política e, estrategicamente, posicionam coletivamente os conteúdos de seus discursos plurais frente ao contexto político brasileiro, reafirmando sua autonomia de pensamento, projeto e ação.

A “Plataforma Política Feminista” é um documento extenso, denso, prepositivo e de conteúdo amplo e diversificado, construído a partir de uma perspectiva feminista de questionamento da sociedade. Seu texto contém análises e desafios da sociedade, do Estado e de outros movimentos além do próprio feminismo. As ênfases da Plataforma estão traduzidas em cinco capítulos, tratando desde os temas da democracia política, da justiça social e da inserção do Brasil no contexto internacional, chegando até a democratização da vida social, e da liberdade social e reprodutiva. Nos diferentes capítulos, articulam-se as especificidades da dupla estratégia de luta do feminismo brasileiro, com vistas ao reconhecimento das diferenças e dos novos movimentos de mulheres, e à equanimidade da redistribuição de riquezas e de justiça social.

Com essa publicação, o movimento de mulheres brasileiras insere-se, decisivamente, na ação internacional dos movimentos feministas, presentes nas diferentes questões de nosso tempo, que vão

desde meio ambiente, direitos humanos e desenvolvimento, até racismo, xenofobia e formas conexas de intolerância.

Mais que uma “coisa de mulheres”, o feminismo amadurecido consolida-se, no Brasil e no mundo, como uma teoria e uma prática política que tem uma produção consistente sobre as questões sociais, econômicas e culturais do desenvolvimento, da pobreza, da exclusão e da cidadania.

A “Plataforma Política Feminista” produzida pela Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras é a confirmação dessa tendência.

Muito obrigado!

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nas últimas horas, o conflito no Iraque chegou a um nível crítico e intolerável. Refiro-me à chacina de inocentes, famílias inteiras que estão perdendo a vida pelas mãos das forças aliadas lideradas pelos Estados Unidos.

A situação é tão grave e parece tão fora de controle que crianças e mulheres estão sendo mortas dentro de suas casas, dentro de seus carros e nada se faz, em toda a comunidade internacional, para cessar este novo holocausto.

Para se ter uma idéia de que o preço pago não é somente com vidas humanas – o que já é um absurdo inaceitável –, o dinheiro gasto com a guerra do Iraque, apenas nestes primeiros dias de conflito, seria suficiente para construir 50 mil escolas ou pelos menos 5 mil hospitais modernos na América Latina.

De acordo com cálculos da própria ONU, por dia, US\$1,9 bilhão estão sendo usados para financiar o conflito no Iraque – algo como duas vezes o orçamento brasileiro anual para nosso programa de proteção a testemunhas!

Lamentavelmente, este é um momento triste e decepcionante para o mundo todo e, em especial para o Brasil. A força venceu o diálogo, a diplomacia perdeu, e a guerra está triunfando sobre o bom senso da humanidade.

Nosso País tem uma forte tradição pelo pacifismo e não pode e não deve aceitar um conflito armado que divide a comunidade internacional e não tem a legitimidade da aprovação das Nações Unidas.

Este ataque dos Estados Unidos viola as normas de convivência mundial, o que deve ser considerado um precedente gravíssimo. O Governo norte-americano está demonstrando indiferença à oposição da maior parte do Mundo e, com isso, pode ter seus atos questionados em qualquer tribunal internacional.

Temo, sinceramente, como brasileiro e como Senador, que a ação militar liderada contra o Iraque provoque uma catástrofe humanitária, já que a vida de milhões de pessoas, dentro e fora do Oriente Médio, está em jogo. Temo, ainda, que a guerra seja substituída por um conflito de civilizações e de religião.

Quem já viu crianças destroçadas pelo fogo de metralhadoras sabe que a guerra deve ser apenas um último recurso. Não se deve chegar lá sem antes esgotarem-se todos os esforços diplomáticos.

Ninguém ganha na guerra. Todos perdem porque o imposto a pagar é com vidas humanas. O conflito deflagrado pelos Estados Unidos não está fazendo somente vítimas humanas: desestabilizará a comunidade internacional e a economia mundial.

Digo, com toda a convicção, que é um absurdo colocar em tão grande risco a vida de cidadãos iraquianos inocentes, enquanto se enfraquece a habilidade de lutar contra o terrorismo internacional.

Para deflagrar seu ataque, o presidente George W. Bush dividiu a ONU, a Otan – a aliança militar ocidental –, a União Européia e a opinião pública internacional. Isto não pode continuar!

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a principal razão pela qual a equipe do Presidente George Bush está preocupada com o Iraque é porque, se Saddam Hussein obtiver armas de destruição em massa, isso poderá lhe conferir o poder que sempre quis – não para atacar os Estados Unidos, mas para estender sua influência sobre a maior fonte de petróleo mundial: o Golfo Pérsico.

No lugar de uma “guerra santa”, os Estados Unidos deveriam estar preocupados em fomentar regimes árabes mais progressistas, não apenas para abastecer os utilitários esportivos, mas para deixar claro para o mundo que o interesse é proteger o acesso de todos ao petróleo, a preços razoáveis.

Levar a guerra às ruas de Bagdá poderá submeter a população civil, mas certamente elevará o ódio aos EUA ao paroxismo, com conseqüências previsíveis sobre o conflito israelense-palestino, desencadeando novos atos de terror pelo mundo.

A guerra, aliás, tenderá a enfraquecer a cooperação internacional no combate ao terrorismo. Ela só fará aumentar o antiamericanismo no mundo árabe-muçulmano, embora raros governos da região tenham simpatia por Saddam.

O conflito também abalará as esperanças numa ordem mundial em que as leis e as instituições multilaterais prevaleçam sobre a vontade dos países mais

fortes. Consagrará a teoria de que as ações dos Estados Unidos, em seu interesse nacional, estão acima de contestação.

Além de todos esses argumentos, há a questão dos gastos com a guerra e o que vem depois. Muito mais que vidas, o conflito e a reconstrução, segundo estimativas, custarão entre 100 e 200 bilhões de dólares.

Um conflito sangrento e descontrolado, certamente, trará uma série de riscos econômicos geopolíticos e globais. Uma economia mundial instável, prejudicada pelo nervosismo com o aumento do terrorismo, preços dos petróleo mais elevados, instabilidade regional e divisão nas alianças do Ocidente representará a maior ameaça à estabilidade macroeconômica dos países ricos e aos fluxos financeiros que são fundamentais para os mercados emergentes.

Países pobres ou em desenvolvimento, como o Brasil, serão as primeiras vítimas da retração econômica decorrente do conflito. Os juros continuarão altos e a inflação, estimulada.

Por tradição, países como França ou Estados Unidos sempre encarnaram os direitos do homem. Seria justo, agora, lembrar que esses direitos valem também para o mundo árabe, inclusive para os iraquianos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2003**  
(Proveniente da Medida Provisória nº 79, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 79, de 2002, que altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Gervásio Silva (PFL-SC), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2003.

Relator Revisor: Senador **José Jorge**

### 2

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 80, DE 2002**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 80, de 2002, que altera o art. 5º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, tendo

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e, quanto ao mérito, favorável.

Relator Revisor:

### 3

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2003**  
(Proveniente da Medida Provisória nº 83, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2003, proveniente da Medida Provisória nº 83, de 2002, que dispõe sobre a concessão da aposentadoria especial ao cooperado de cooperativa de trabalho ou de produção e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela adequação financeira e orçamentária; e quanto ao mérito, favorável, nos termos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2003.

Relator Revisor:

### 4

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 92, DE 2001**  
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 166, de 2003 – art. 336, II)  
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2001 (nº 1.277/2001, na Casa de origem), que estabelece, nos crimes de homicídio e lesão corporal, causas de aumento de pena.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

**5****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 66, DE 2003**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 166, de 2003 – art. 336, II)

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 92, de 2001)

Projeto de Lei do Senado nº 66, de 2003, de autoria do Senador José Sarney, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal.

Dependendo de parecer da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

**6****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

**Nº 21, DE 2001**

(Votação nominal se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do artigo 6º da Constituição Federal (acrescenta aos direitos sociais, a alimentação), tendo

Parecer favorável, sob nº 783, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sebastião Rocha.

**7****MENSAGEM Nº 300, DE 2002**

**Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

(Votação Secreta)

Mensagem nº 300, de 2002 (nº 924/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Stelio Marcos Amarante, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Irlanda.

**8****MENSAGEM Nº 362, DE 2002**

**Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

(Votação Secreta)

Mensagem nº 362, de 2002 (nº 1.112/2002, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha da Senhora Gil-da Maria Ramos Guimarães, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Trinidad e Tobago.

**9****MENSAGEM Nº 13, DE 2003**

**Escolha de Chefe de Missão Diplomática**

(Votação Secreta)

Mensagem nº 13, de 2003 (nº 38/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antonio Augusto Dayrell de Lima, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

**10****SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO  
SENADO Nº 449, DE 1999**

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 449, de 1999, de autoria do Senador Lúcio Alcântara, que altera o art. 43 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares, tendo

Pareceres sob nºs 732, de 2001, e 414, de 2002, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, oferecendo a redação do vencido; e

– de Assuntos Sociais (sobre as Emendas nºs 1 a 4, de Plenário), Relator: Senador Geraldo Althoff, favorável à Emenda nº 1-Plen, nos termos de Subemenda que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 2 a 4-Plen.

**11****REQUERIMENTO Nº 69, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 69, de 2003, dos Senadores Roberto Saturnino e Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 263, de 2002, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação.

**12****REQUERIMENTO Nº 87, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 87, de 2003, do Senador Osmar Dias, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2003, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação.

**13****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 1, DE 2001**

Segunda sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Saturnino, que determina a fixação de limites para gastos com a publicidade de obras governamentais, tendo

Parecer sob nº 609, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Agripino, oferecendo a redação para o segundo turno.

**14****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 22, DE 1999**

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que dá nova redação ao inciso LXXVI do art. 5º da Constituição Federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito), tendo

Parecer favorável, sob nº 161, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende.

**15****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 36, DE 1999**

(Incluída em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 26, de 2001)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Maguito Vilela, que dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios aos Tribunais de Contas dos Estados, tendo

Parecer contrário, sob nº 1.367, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator do vencido ad hoc: Senador Luiz Pontes; com voto, em separado, do Senador José Fogaça, que se absteve em relação ao relatório vencedor.

**16****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 40, DE 1999**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 40, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Pau-

lo Hartung, que revoga o inciso VII do art. 20 da Constituição e o § 3º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, extinguindo os terrenos de marinha e seus acrescidos e dispõe sobre a sua destinação, tendo

Parecer sob nº 27, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com abstenção do Senador José Eduardo Dutra.

**17****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 44, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1999)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Machado, que dá nova redação ao art. 14 da Constituição Federal, instituindo o voto facultativo, tendo

Parecer sob nº 28, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, favorável à matéria, e pelo arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1999, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Pedro Simon.

**18****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 31, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1999)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Carlos Patrocínio, que altera a redação do caput e do § 1º do art. 14 da Constituição Federal, tornando facultativo o voto, tendo

Parecer sob nº 28, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, pelo arquivamento da matéria e favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 44, de 1999, que tramita em conjunto, com voto contrário do Senador Pedro Simon.

**19****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 55, DE 1999**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mo-

zarildo Cavalcanti, que modifica o “caput” do art. 37 da Constituição Federal (acrescenta, dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.246, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Péres.

**20****PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 7, DE 2002**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Álvaro Dias, que dá nova redação aos §§ 1º, 2º e 3º do art. 14 da Constituição Federal, para facultar a participação do estrangeiro domiciliado no Brasil em eleições municipais, tendo

Parecer favorável, sob nº 863, de 2002, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Junior.

**21****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 2001 (nº 1.676/99, na Casa de origem), que dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 11, de 2003, da Comissão de Educação, Relator: Senador Amir Lando, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**22****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem), que dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde - SUS, tendo

Parecer favorável, sob nº 12, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Tião Viana.

**23****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 120, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 120, de 2001 (nº 3.704/97, na Casa de origem), que cria os Conselhos Federal e Regionais de Sociólogos e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 13, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Geraldo Althoff.

**24****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 122, DE 2001**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2001 (nº 2.233/99, na Casa de origem), que obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca, tendo

Parecer favorável, sob nº 14, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Sebastião Rocha.

**25****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2002 (nº 2.252/99, na Casa de origem), que institui o dia nacional da água, tendo

Parecer favorável, sob nº 17, de 2003, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior.

**26****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 78, DE 2002**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 2002 (nº 1.210/99, na Casa de origem), que altera dispositivos da Lei nº 5.517, de 23 de outubro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Médico Veterinário e cria os Conselhos Federal e Regionais de Medicina Veterinária, tendo

Parecer favorável, sob nº 18, de 2003, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Benício Sampaio.

**27****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 10, DE 1999**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos dos Recursos nºs 24 e 25, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 10, de 1999, de autoria do Senador Luiz Estevão, que altera o disposto na Lei nº 6.811, de 8 de julho de 1980, que dispõe sobre a destinação da taxa judiciária de que trata o art. 20 do Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967, alterado pelo art. 2º do Decreto-Lei nº 246, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 943, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Iris Rezende, favorável com a Emenda nº 1-CCJ, que



apresenta, com votos contrários dos Senadores Antônio Carlos Valadares, Agnelo Alves, Roberto Freire, José Eduardo Dutra, Bello Parga e, em separado, do Senador Roberto Requião.

Parlamentar de Inquérito das ONGs, que dispõe sobre o registro, fiscalização e controle das organizações não-governamentais e dá outras providências.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta) – Está encerrada a presente sessão.

**28**

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 7, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 7, de 2003, de iniciativa da Comissão

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 46 minutos.)

#### **ATA DA 23ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE MARÇO DE 2003**

**(Publicada no Diário do Senado Federal nº 28, de 25 de março de 2003)**

#### **RETIFICAÇÕES**

1) No Sumário da Ata, na página nº 04435, 2ª coluna, no Item 1.2.6 – Leitura de requerimentos,

#### **Onde se lê:**

Nº 148, de 2003, de autoria do Senador Romero Jucá e outros Srs. Senadores, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona. À Mesa para decisão.

#### **Leia-se:**

Nº 148, de 2003, de autoria do Senador Romero Jucá e outros Srs. Senadores, solicitando a convocação do Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário para, perante o Plenário do Senado Federal, prestar informações a respeito de declarações à revista Veja sobre os recentes episódios de invasão de terras e sedes de superintendências regionais do Incra em vários pontos do país por integrantes do Movimento dos Sem Terra – MST. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

.....

2) Trecho de Ata à página nº 04573, 1ª coluna, que se republica em virtude da omissão de subscritores do Requerimento nº 148, de 2003, e incorreção na fala da Presidência referente ao despacho dado à referida matéria:

.....

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Siqueira Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti. É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 148 de 2003**

Nos termos do artigo 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o comparecimento do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Senhor MIGUEL SOLDATELLI ROSSETTO, perante ao Plenário do Senado Federal, para prestar, pessoalmente, informações sobre suas declarações à Revista Veja, Edição nº 1795, de 06 de março de 2003, sob o título “Este Sistema é Feudal”, bem como sobre os recentes episódios de invasão de terras e de sedes de Superintendências Regionais do Incra em vários pontos do país por integrantes do Movimento dos Sem Terra – MST.

Sala das Sessões, em 24 de março de 2003.

Senador ROMERO JUCÁ



**O SR. PRESIDENTE** Eduardo Siqueira Campos)

– O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos regimentais.

.....

**ATA DA 27ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE MARÇO  
DE 2003****(Publicada no Diário do Senado Federal nº 31, de 28 de março de 2003)****RETIFICAÇÃO**

À página nº 05057, 4ª coluna, no despacho ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que dispõe sobre contribuição das empresas concessionárias de radiodifusão de sons e imagens para a produção audiovisual brasileira independente,

**Onde se lê:**

*(À Comissão de Redação – decisão terminativa)*

**Leia-se:**

*(À Comissão de Educação – decisão terminativa)*

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 112**, ADOTADA EM 21 DE MARÇO DE 2003 E PUBLICADA NO DIA 24 DO MESMO MÊS E ANO QUE "CRIA CARGOS NA CARREIRA POLICIAL FEDERAL E O PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado ALBERTO FRAGA	001, 003, 005 e 013
Deputado DR. FRANCISCO GONÇALVES	012
Deputado GONZAGA PATRIOTA	014, 015 e 016
Senadora IDELI SALVATTI	002, 004 e 006
Deputado PEDRO PINHEIRO CHAVES	007, 008, 009 e 011
Deputado WASNY DE ROURE	010

**TOTAL DE EMENDAS: 016**

MPV-112

000001

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 27/03/2003	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 112, 21 de março de 2003.			
AUTOR Dep. Alberto Fraga - PMDB-RJ		Nº PRONTUÁRIO		
TIPO 1 (X) SUPRESSIVA 2 ( ) SUBSTITUTIVA 3 ( ) MODIFICATIVA 4 ( ) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO I	ALÍNEA

## EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso I do Art. 1º.

## JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que a Polícia Federal realmente necessita reforçar seus quadros para suprir suas necessidades operacionais e principalmente cumprir sua missão constitucional. Compartilhamos dos mesmos anseios do Senhor Ministro da Justiça no sentido de transformar o Departamento de Polícia Federal num FBI, para isso faz-se necessária a adequação da Carreira Policial Federal aos padrões do FBI, onde a carreira é formada por um único cargo, no caso americano o de Agente. A sociedade exige que a polícia seja mais operacional e menos burocrática, a reforma do judiciário também vem de encontro a esse anseio, sendo assim acreditamos ser de fundamental importância dotar a Polícia Federal de mais policiais eminentemente operacionais.

Importante frisar que o próprio Departamento de Polícia Federal instituiu uma Comissão Especial formada por servidores de todos os cargos da Carreira Policial Federal (Delegados, Peritos, Escrivães, Papiloscopistas e Agentes) com o objetivo de elaborar uma minuta de Lei Orgânica da Polícia Federal a ser encaminhada brevemente ao Senhor Ministro da Justiça, também foram incluídos nessa Comissão os representantes classistas dos servidores do DPF; a referida Comissão aprovou por unanimidade a transformação da Carreira Policial em CARGO ÚNICO, com acesso feito exclusivamente pela base, portanto não nos parece razoável nem oportuno nesse momento a criação de cargos no topo da carreira pois isso inviabilizaria por completo o modelo de Polícia Federal previsto na minuta de Projeto da Lei Orgânica da Polícia Federal.

ASSINATURA

MPV-112

000002

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 27/03/2003	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 112, 21 de março de 2003.			
AUTOR Senadora Ideli Salvatti PT/SC			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 (x) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 ( ) MODIFICATIVA    4 ( ) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO I	ALÍNEA

## EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso I do Art. 1º.

## JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que a Polícia Federal realmente necessita reforçar seus quadros para suprir suas necessidades operacionais e principalmente cumprir sua missão constitucional. Compartilhamos dos mesmos anseios do Senhor Ministro da Justiça no sentido de transformar o Departamento de Polícia Federal num FBI, mas para isso faz-se necessária a adequação da Carreira Policial Federal aos padrões do FBI, onde a carreira é formada por um único cargo (no caso americano o de Agente Federal).

Acreditamos que a emenda ora apresentada surge com o propósito de preparar a Polícia Federal para sua transformação em "Carreira" composta pelo "Cargo Único", qual seja o de Policial Federal.

Importante frisar que a própria Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal instituiu uma Comissão Especial formada por servidores de todos os cargos da Carreira Policial Federal com o objetivo de elaborar uma minuta de Lei Orgânica da Polícia Federal a ser encaminhada ao Senhor Ministro da Justiça. Também foram incluídos nessa Comissão os representantes classistas dos servidores do DPF.

A referida Comissão aprovou por UNANIMIDADE a transformação da Carreira Policial em CARGO ÚNICO, com acesso feito exclusivamente pela base, hoje configurada pelos cargos de Agente, Escrivão e Papiloscopista.

Portanto não nos parece razoável nem oportuno nesse momento a criação de cargos no topo da carreira, como é o caso das 500 vagas para Delegado de Polícia Federal, pois isso inviabilizaria por completo o modelo de Polícia Federal previsto na minuta de Projeto da Lei Orgânica da Polícia Federal, aprovada pelos representantes das entidades classistas do DPF e todos os cargos da carreira, ou seja, Delegados, Peritos, Escrivães, Agentes, Papiloscopistas além dos servidores administrativos.

ASSINATURA

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-112

000003

DATA 27/03/2003	PROP MEDIDA PROVISÓRIA Nº			
Dep. Alencar	AUTOR Furber	PMDB	DF	Nº PRONTUÁRIO
TIPO				
1 (x) SUPRESSIVA	2 ( ) SUBSTITUTIVA	3 ( ) MODIFICATIVA	4 ( ) ADITIVA	5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL
PAGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO II	ALÍNEA

## EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso II do Art. 1º.

## JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que a Polícia Federal realmente necessita reforçar seus quadros para suprir suas necessidades operacionais e principalmente cumprir sua missão constitucional. Compartilhamos dos mesmos anseios do Senhor Ministro da Justiça no sentido de transformar o Departamento de Polícia Federal num FBI, para isso faz-se necessária a adequação da Carreira Policial Federal aos padrões do FBI, onde a carreira é formada por um único cargo, no caso americano o de Agente. A sociedade exige que a polícia seja mais operacional e menos burocrática, a reforma do judiciário também vem de encontro a esse anseio, sendo assim acreditamos ser de fundamental importância dotar a Polícia Federal de mais policiais eminentemente operacionais.

Importante frisar que o próprio Departamento de Polícia Federal instituiu uma Comissão Especial formada por servidores de todos os cargos da Carreira Policial Federal (Delegados, Peritos, Escrivães, Papiloscopistas e Agentes) com o objetivo de elaborar uma minuta de Lei Orgânica da Polícia Federal a ser encaminhada brevemente ao Senhor Ministro da Justiça, também foram incluídos nessa Comissão os representantes classistas dos servidores do DPF; a referida Comissão aprovou por unanimidade a transformação da Carreira Policial em CARGO ÚNICO, com acesso feito exclusivamente pela base, portanto não nos parece razoável nem oportuno nesse momento a criação de cargos no topo da carreira pois isso inviabilizaria por completo o modelo de Polícia Federal previsto na minuta de Projeto da Lei Orgânica da Polícia Federal.

ASSINATURA

MPV-112

000004

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 27/03/2003	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 112, 21 de março de 2003.			
AUTOR Senadora Ideli Salvatti PT/SC	Nº PRONTUÁRIO			
TIPO 1 (x) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 ( ) MODIFICATIVA    4 ( ) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO II	ALINEA

## EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso II do Art. 1º.

## JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que a Polícia Federal realmente necessita reforçar seus quadros para suprir suas necessidades operacionais e principalmente cumprir sua missão constitucional. Compartilhamos dos mesmos anseios do Senhor Ministro da Justiça no sentido de transformar o Departamento de Polícia Federal num FBI, mas para isso faz-se necessária a adequação da Carreira Policial Federal aos padrões do FBI, onde a carreira é formada por um único cargo (no caso americano o de Agente Federal).

Acreditamos que a emenda ora apresentada surge com o propósito de preparar a Polícia Federal para sua transformação em "Carreira" composta pelo "Cargo Único", qual seja o de Policial Federal.

Importante frisar que a própria Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal instituiu uma Comissão Especial formada por servidores de todos os cargos da Carreira Policial Federal com o objetivo de elaborar uma minuta de Lei Orgânica da Polícia Federal a ser encaminhada ao Senhor Ministro da Justiça. Também foram incluídos nessa Comissão os representantes classistas dos servidores do DPF.

A referida Comissão aprovou por UNANIMIDADE a transformação da Carreira Policial em CARGO ÚNICO, com acesso feito exclusivamente pela base, hoje configurada pelos cargos de Agente, Escrivão e Papiloscopista.

Portanto não nos parece razoável nem oportuno nesse momento a criação de cargos no topo da carreira, como é o caso das 500 vagas para Perito Criminal Federal, pois isso inviabilizaria por completo o modelo de Polícia Federal previsto na minuta de Projeto da Lei Orgânica da Polícia Federal, aprovada pelos representantes das entidades classistas do DPF e todos os cargos da carreira, ou seja, Delegados, Peritos, Escrivães, Agentes, Papiloscopistas além dos servidores administrativos.

ASSINATURA

MPV-112

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000005

DATA 27/03/2003	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 112, 2			
Dep. Alberto		AUTOR FRAGA	PMDB-DF	
Nº PRONTUÁRIO				
TIPO				
1 ( ) SUPRESSIVA	2 (X) SUBSTITUTIVA	3 ( ) MODIFICATIVA	4 ( ) ADITIVA	5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO III	ALINEA

## EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se no Art. 1º em seu inciso III onde se lê "mil e cem cargos de Agente de Polícia Federal" por "três mil cargos de agente de polícia federal".

## JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que a Polícia Federal realmente necessita reforçar seus quadros para suprir suas necessidades operacionais e principalmente cumprir sua missão constitucional. Compartilhamos dos mesmos anseios do Senhor Ministro da Justiça no sentido de transformar o Departamento de Polícia Federal num FBI, para isso faz-se necessária a adequação da Carreira Policial Federal aos padrões do FBI, onde a carreira é formada por um único cargo, no caso americano o de Agente. Acreditamos que a emenda ora apresentada surge com o propósito de preparar a Polícia Federal para sua transformação em "Carreira" composta pelo "Cargo Único", qual seja Policial Federal. A sociedade exige que a polícia seja mais operacional e menos burocrática, a reforma do judiciário também vem de encontro a esse anseio, sendo assim acreditamos ser de fundamental importância dotar a Polícia Federal de mais Agentes, policiais eminentemente operacionais. Importante frisar que o próprio Departamento de Polícia Federal instituiu uma Comissão Especial formada por servidores de todos os cargos da Carreira Policial Federal com o objetivo de elaborar uma minuta de Lei Orgânica da Polícia Federal a ser encaminhada ao Senhor Ministro da Justiça, também foram incluídos nessa Comissão os representantes classistas dos servidores do DPF; a referida Comissão aprovou por unanimidade a transformação da Carreira Policial em CARGO ÚNICO, com acesso feito exclusivamente pela base, portanto não nos parece razoável nem oportuno nesse momento a criação de cargos no topo da carreira pois isso inviabilizaria por completo o modelo de Polícia Federal previsto na minuta de Projeto da Lei Orgânica da Polícia Federal aprovada pelos representantes de todos os cargos da carreira, tanto Delegados, Peritos, Escrivães, Papiloscopistas além dos servidores administrativos. Essa emenda não altera a despesa decorrente da aplicação desta Medida Provisória pois a adição de mais 1900 cargos de Agente de Polícia Federal será possível com a supressão na referida MP da criação de 500 cargos de Delegado de Polícia Federal bem como de 500 cargos de Perito Policial Federal. Ou seja, estamos adicionando 1900 cargos de Agente de Polícia Federal aos já 1100 previstos na MP, com isso chegaremos aos 3000 cargos à que se refere essa emenda substitutiva.

ASSINATURA





MPV-112

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000006

DATA 27/03/2003	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 112, 21 de março de 2003.			
AUTOR Senadora Ideli Salvatti PT/SC		Nº PRONTUÁRIO		
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA 2 (X) SUBSTITUTIVA 3 ( ) MODIFICATIVA 4 ( ) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO III	ALÍNEA

## EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se no Art. 1º em seu inciso III onde se lê "mil e cem cargos de Agente de Polícia Federal" por "três mil cargos de agente de polícia federal".

## JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que a Polícia Federal realmente necessita reforçar seus quadros para suprir suas necessidades operacionais e principalmente cumprir sua missão constitucional. Compartilhamos dos mesmos anseios do Senhor Ministro da Justiça no sentido de transformar o Departamento de Polícia Federal num FBI, mas para isso faz-se necessária a adequação da Carreira Policial Federal aos padrões do FBI, onde a carreira é formada por um único cargo (no caso americano o de Agente Federal).

Acreditamos que a emenda ora apresentada surge com o propósito de preparar a Polícia Federal para sua transformação em "Carreira" composta pelo "Cargo Único", qual seja o de Policial Federal.

A sociedade exige que a polícia seja mais operacional e menos burocrática, a reforma do judiciário também vem ao encontro desse anseio. Sendo assim, acreditamos ser de fundamental importância dotar a Polícia Federal de mais Agentes, que são policiais eminentemente operacionais.

Importante frisar que a própria Direção-Geral do Departamento de Polícia Federal instituiu uma Comissão Especial formada por servidores de todos os cargos da Carreira Policial Federal com o objetivo de elaborar uma minuta de Lei Orgânica da Polícia Federal a ser encaminhada ao Senhor Ministro da Justiça. Também foram incluídos nessa Comissão os representantes classistas dos servidores do DPF.

A referida Comissão aprovou por UNANIMIDADE a transformação da Carreira Policial em CARGO ÚNICO, com acesso feito exclusivamente pela base, hoje configurada pelos cargos de Agente, Escrivão e Papiloscopista.

Portanto não nos parece razoável nem oportuno nesse momento a criação de cargos no topo da carreira, pois isso inviabilizaria por completo o modelo de Polícia Federal previsto na minuta de Projeto da Lei Orgânica da Polícia Federal, aprovada pelos representantes de todos os cargos da carreira, tanto Delegados, Peritos, Escrivães, Papiloscopistas além dos servidores administrativos.

Essa emenda não altera a despesa decorrente da aplicação desta Medida Provisória pois a adição de mais 1900 cargos de Agente de Polícia Federal será possível com a supressão na referida MP da criação de 500 cargos de Delegado de Polícia Federal bem como de 500 cargos de Perito Policial Federal. Ou seja, estamos adicionando 1900 cargos de Agente de Polícia Federal aos já 1100 previstos na MP, com isso chegaremos aos 3000 cargos a que se refere essa emenda substitutiva, pois o cargo policial com maior defasagem no DPF é exatamente o de Agente de Polícia Federal.

ASSINATURA

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****MPV-112****000007**

<b>DATA</b> 30/03/2003	<b>PROPOSIÇÃO</b> <b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 112/2003</b>			
<b>AUTOR</b> <b>PEDRO PINHEIRO CHAVES – PMDB/GO</b>				<b>Nº PRONTUÁRIO</b>
<b>TIPO</b> 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA    2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4 <input type="checkbox"/> ADITIVA    5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
<b>PÁGINA</b>	<b>ARTIGO</b> 1º	<b>PARÁGRAFO</b>	<b>INCISO</b>	<b>ALÍNEA</b>

**EMENDA SUBSTITUTIVA**

Dê-se ao artigo 1º a seguinte redação, renumerando-se os demais:

**Art. 1º - Fica estruturada a Carreira Policial Federal de que trata o Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, reorganizada pela Lei 9266, de 15 de março de 1996 em cargo único denominado Policial Federal, dividido nas categorias funcionais de Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal, Papiloscopista Policial Federal, Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal, subdividas em Classe Especial, Primeira Classe e Segunda Classe.**

**Parágrafo Único - A Carreira Policial Federal se baseia na disciplina responsável e democrática e se estrutura na hierarquia funcional que se estabelece, primordialmente, das categorias mais elevadas para os menos elevados e das classes mais elevadas para as menos elevadas, considerando-se a base da hierarquia funcional, as categorias de Agente de Polícia Federal, Papiloscopista Policial Federal e Escrivão de Polícia Federal e o ápice da mesma as categorias de Delegado de Polícia Federal e Perito Criminal Federal. Não há hierarquia entre as categorias de mesma classe, respeitando-se neste caso, a hierarquia promovida pela estrutura administrativa funcional, na forma de regulamento.**

**Art. 2º - As atribuições específicas de cada classe das categorias funcionais que compõe as categorias funcionais da Carreira Policial Federal, suas formas de atuação e condições de trabalho será regulamentada em decreto.**

**Art. 3º O ingresso nas categorias funcionais da Carreira Policial Federal de que trata esta lei far-se-á, sempre, na segunda classe da respectiva categoria funcional base da estrutura hierárquica, obedecida ao seguinte critério:**

**I – Para a Segunda Classe da categoria funcional de Agente de Polícia Federal, Papiloscopista Policial Federal e Escrivão de Polícia Federal, mediante concurso público de provas e títulos, exigindo-se o 3º grau completo em qualquer titularidade acadêmica.**

**II – Para a Segunda Classe da categoria funcional de Delegado de Polícia Federal e Perito Criminal Federal por progressão funcional dentre os servidores posicionados na Classe Especial e Primeira Classe da categoria funcional de Agente de Polícia Federal, Escrivão de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal, mediante seleção interna por provas e títulos a serem definidos em regulamento e após curso de formação profissional na Academia Nacional de Polícia, exigida a habilitação específica para a categoria funcional concorrente e, ainda, no mínimo uma pós-graduação realizada em estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.**

**§ 1º Não havendo clientela originária suficiente para o preenchimento de vagas nas categorias funcionais acima, far-se-á concurso público externo de provas e títulos nas áreas de especialização, exigida as mesmas condições de titularidade;**

**Art 4º - Para os fins desta norma, progressão funcional é a passagem do servidor da categoria funcional base para a segunda classe da categoria funcional apice da Carreira Policial Federal e promoção é a passagem do servidor de uma classe para a classe imediatamente superior dentro da mesma categoria funcional;**

**Parágrafo único - O Poder Executivo disporá, em regulamento, quanto aos requisitos, condições e critérios objetivos para a progressão e promoção de que trata o caput deste artigo.**

**Art. 5º A remuneração das categorias funcionais da Carreira Policial Federal constitui-se de**

**I - vencimento básico, na forma instituída em lei.**

**II - Gratificação de Atividade Policial Federal no percentual de duzentos por cento, devida em razão da dedicação exclusiva e tempo integral, cuja percepção é incompatível com indenizações por horas extras,**

**III - Gratificação de Compensação Orgânica no percentual de duzentos por cento, devida em razão do desgaste constante pela expectativa do exercício da atividade policial, cuja percepção é incompatível com as indenizações por adicional noturno;**

**IV - Gratificação de Atividade de Risco no percentual de duzentos por cento, devida em razão dos riscos inerentes à atividade policial, cuja percepção é incompatível com as indenizações por insalubridade e periculosidade.**

**V - Indenização de Habilitação Policial, instituída pelo Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, no percentual de 30%, 20% e 10%, para as classes especiais, primeiras e segundas, respectivamente;**

**VI - outras vantagens de caráter pessoal definida em lei.**

**Parágrafo único.** As Gratificações a que alude este artigo, bem como a Indenização de Habilitação Policial Federal e a Gratificação de Atividade do Executivo de que trata o art. 3º da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, que integram, igualmente, a remuneração dos cargos da Carreira Policial Federal:

**I - serão calculadas sobre o vencimento básico do cargo do servidor; e.**

**II - não se incorporam ao vencimento, nem serão computadas ou acumuladas para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.**

**Art. 6º – Aplica-se aos aposentados e pensionistas o disposto nessa lei.**

**Art. 7º – Haverá, obrigatoriamente, um concurso publico anual para as categorias funcionais, quando o numero de vagas, por progressão, morte ou aposentadoria, atingir o índice equivalente a 20% (vinte por cento) do número de servidor em atividade, apurados a cada seis meses;**

**Art. 8º – Para a primeira seleção interna para os cargos de Delegado e Perito Criminal faculta-se a concorrência aos servidores policiais federais que se aposentaram nos últimos dois anos e que possuam a idade máxima de 55 anos.**

**Art. 9º – Os servidores progredidos ou promovidos na forma desta lei, deverão permanecer pelo período mínimo de cinco anos na classe da categoria para que possa requerer sua aposentadoria com os proventos equivalentes a remuneração da mesma.**

**Art. 10º– Ficam criados, na Carreira Policial Federal, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, reorganizada pela Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996 e por esta Medida, três mil cargos de Policial Federal, assim distribuídos:**

**I - quinhentos para a categoria funcional de Delegado de Polícia Federal;**

**II - quinhentos para a categoria funcional de Perito Criminal Federal;**

**III - mil e cem para a categoria funcional de Agente de Polícia Federal;**

**IV - seiscentos para a categoria funcional de Escrivão de Polícia Federal; e**

**V - trezentos para a categoria funcional de Papiloscopista Policial Federal.**

**JUSTIFICATIVA:**

Antes de se falar em aumentar o contingente da **POLICIA FEDERAL** se faz necessário uma modificação de sua estrutura orgânica, de modo a aproveitar os servidores policiais da base de sua estrutura funcional nas categoriais funcionais do ápice dessa mesma estrutura.

Sabemos que existe uma interpretação equivocada quanto ao aproveitamento desses servidores nessas categorias funcionais, face a questão do concurso publico exigido pela CF para ingresso em cargos públicos. Apesar da **CARREIRA POLICIA** ser uma carreira, não vem acontecendo o aproveitamento por promoção ou progressão como ocorre nas Forças Armadas, na magistratura, no ministério publico etc...

Assim para solucionar essa questão propomos a correção da legislação vigente, determinando que sejam tratados por **CATEGORIA FUNCIONAL**, os cargos que compõe a **CARREIRA POLICIAL FEDERAL**.

Assim, como os integrantes das forças armadas, cujo **CARGO** é **MILITAR**, com as patentes ou postos, o **CARGO** seria designado apenas de **CARGO POLICIAL DA CARREIRA POLICIA FEDERAL**, com as categorias funcionais já existentes, organizadas, segundo suas atividades, responsabilidades, dificuldades e hierarquia funcional.

Essa medida viria a garantir a progressão dos **APF/EPF E PPF** para **DPF E PCF**, com economia financeira substancial para o Estado e motivação para os policiais.

A titulo de exemplificação: um **DELEGADO OU PERITO CONCURSADO** (novo) custa para o Estado cerca de R\$ 7.500,00, enquanto uma promoção (de **APF/PPF/EPF**) custaria o acréscimo de apenas R\$ 1000,00, pois apenas complementaria o salário já pago ao mesmo. Com o aproveitamento de **UM APFPPF/EPF** como **DPF** ou **PCF**, poderia-se contratar **TRES NOVOS AGENTES FEDERAIS**, alem da motivação e de se evitar as aposentadorias precoces que vem acontecendo no **DPF**, pois sem a motivação para continuar na carreira, ou o **APF** para de trabalhar para estudar e concorrer com bacharéis recém formados ou vai se aposenta quando completa 30 anos de serviço, no auge de sua competência, mas fora das condições físicas para continuar sendo a base da Carreira Policial.

Com o aproveitamento, por **SELEÇÃO INTERNA (PROMOÇÃO SELECIONADA)**, o mesmo só poderá se aposentar com o salário de **DPF** ou **PCF** se permanecesse no cargo por pelo menos 5 anos. Isso implica em dizer que as aposentadorias precoces não aconteceria, fazendo com que o Governo economizasse com o pagamento de aposentados no **DPF** e a necessidade de novas contratações.

Além dessa economia pela procrastinação das aposentadorias, a formação do policial para o exercício das atividades de Delegado e/ou Perito é muito mais rápida e com menos custo para o Estado.

São dezenas de Policiais Federais com mais de 20 anos de experiência que estão requerendo aposentadorias pela falta de estímulos em continuar na carreira, já que para conseguirem os cargos mais elevados tem que parar de trabalhar para estudar, concorrendo com jovens recém saídos das faculdades, sem nenhuma experiência e maturidade.

Com a modificação ora proposta o Governo e o povo só tem a ganhar, pois, além de se evitar o pagamento de aposentadorias precoces, ainda, ganharam experientes policiais no comando da Polícia Federal.

ASSINATURA

6

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'F. Allen', is written over a horizontal line within a rectangular box.

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****MPV-112**

000008

DATA 30/03/2003	PROPOSIÇÃO <b>MEDIDA PROVISÓRIA</b>			
AUTOR <b>PEDRO PINHEIRO CHAVES – PMDB-GO</b>				Nº PRONTUÁRIO
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 (x) MODIFICATIVA    4 ( ) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º a seguinte redação:

Art. 1º - A Carreira Policial Federal de que trata o Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, reorganizado pela Lei 9266, de 15 de março de 1996 passa a ser composta de cargo único denominado Policial Federal, dividido nas categorias funcionais de Delegado de Polícia Federal, Perito Criminal Federal, Papiloscopista Policial Federal, Escrivão de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal, subdividas em Classe Especial, Primeira Classe e Segunda Classe, criando-se ainda, mais três mil cargos na Carreira Policial Federal, assim distribuídos:

- I - quinhentos para a categoria funcional de Delegado de Polícia Federal;
- II - quinhentos para a categoria funcional de Perito Criminal Federal;
- III - mil e cem para a categoria funcional de Agente de Polícia Federal;
- IV - seiscentos para a categoria funcional de Escrivão de Polícia Federal; e
- V - trezentos para a categoria funcional de Papiloscopista Policial Federal.

**JUSTIFICATIVA:**

Antes de se falar em aumentar o contingente da POLICIA FEDERAL se faz necessário uma modificação de sua estrutura orgânica, de modo a aproveitar os servidores policiais da base de sua estrutura funcional nas categoriais funcionais do ápice dessa mesma estrutura.

Sabemos que existe uma interpretação equivocada quanto ao aproveitamento desses servidores nessas categorias funcionais, face a questão do concurso público exigido pela CF para ingresso em cargos públicos. Apesar da CARREIRA POLICIA ser uma carreira, não vem acontecendo o aproveitamento por promoção ou progressão como ocorre nas Forças Armadas, na magistratura, no ministério público etc...

Assim para solucionar essa questão propomos a correção da legislação vigente determinando que sejam tratados por CATEGORIA FUNCIONAL, os cargos que compõe a CARREIRA POLICIAL FEDERAL.

Assim, como os integrantes das forças armadas, cujo CARGO é MILITAR, com as patentes ou postos, o CARGO seria designado apenas de CARGO POLICIAL DA CARREIRA POLICIA FEDERAL, com as categorias funcionais já existentes organizadas, segundo suas atividades, responsabilidades, dificuldades e hierarquia funcional.

Essa medida viria a garantir a progressão dos APF/EPF E PPF para DPF E PCF, com economia financeira substancial para o Estado e motivação para os policiais.

A título de exemplificação: um DELEGADO OU PERITO CONCURSADO (novo) custa para o Estado cerca de R\$ 7.500,00, enquanto uma promoção (de APF/PPF/EPF) custaria o acréscimo de apenas R\$ 1000, 00, pois apenas complementaria o salário já pago ao mesmo. Com o aproveitamento de UM APFPPF/EPF como DPF ou PCF, poderia-se contratar TRES NOVOS AGENTES FEDERAIS, além da motivação e de se evitar as aposentadorias precoces que vem acontecendo no DPF, pois sem a motivação para continuar na carreira, ou o APF para de trabalhar para estudar e concorrer com bacharéis recém formados ou vai se aposenta quando completa 30 anos de serviço, no auge de sua competência, mas fora das condições físicas para continuar sendo a base da Carreira Policial.

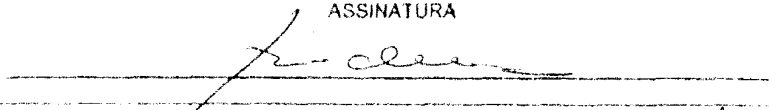
Com o aproveitamento, por SELEÇÃO INTERNA (PROMOÇÃO SELECIONADA), o mesmo só poderá se aposentar com o salário de DPF ou PCF se permanecesse no cargo por pelo menos 5 anos. Isso implica em dizer que as aposentadorias precoces não aconteceria, fazendo com que o Governo economizasse com o pagamento de aposentados no DPF e a necessidade de novas contratações.

Além dessa economia pela procrastinação das aposentadorias, a formação do policial para o exercício das atividades de Delegado e/ou Perito é muito mais rápida e com menos custo para o Estado.

São dezenas de Policiais Federais com mais de 20 anos de experiência que estão requerendo aposentadorias pela falta de estímulos em continuar na carreira, já que para conseguirem os cargos mais elevados tem que parar de trabalhar para estudar, concorrendo com jovens recém saídos das faculdades, sem nenhuma experiência e maturidade.

Com a modificação ora proposta, o Governo e o povo só têm a ganhar, pois, além de se evitar o pagamento de aposentadorias precoces, ainda, ganharam experientes policiais no comando da Polícia Federal.

ASSINATURA





## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV-112

000009

DATA 30/03/2003	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA			
AUTOR <b>PEDRO PINHEIRO CHAVES – PMDB-GO</b>				Nº PRONTUÁRIO
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 (x) MODIFICATIVA    4 ( ) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 1º a seguinte redação:

Art. 1º Ficam criados, na Carreira Policial Federal, de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, reorganizada pela Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996:

- I – Três mil cargos de Agente de Polícia Federal;
- II - Quatrocentos cargos de Escrivão de Polícia Federal; e
- III - Trezentos cargos de Papiloscopista Policial Federal
- IV – Duzentos cargos de Perito Criminal Federal

**JUSTIFICATIVA:**

O aumento de mil e cem cargos para três mil cargos de Agentes de Polícia Federal se faz necessário e urgente, pois é a CATEGORIA FUNCIONAL que de fato executam as atividades fins de polícia e, hoje, o número existente é insuficiente para atender a demanda de serviço de competência da Polícia Federal.

Cargos de Delegados e Peritos que estão vagos por aposentadorias ou os criados em 2002, já são suficientes para as necessidades do órgão, bem como o de Escrivão de Polícia Federal. No entanto o Cargo de Agente de Polícia Federal ficará muito defasado com apenas o que foi proposto (1100), conforme dados do próprio Governo abaixo descritos:

**Quadro de pessoal da Carreira Policial Federal**

Cargo	Quadro ideal (1)	Efetivo atual (2)	Defasagem	Concurso jan/2002	% vagas supridas	Defasagem após o concurso 2002
Agente de Polícia Federal	9.448	4.865	4.583	891	19,4%	3.692
Escrivão de Polícia Federal	1.487	1.063	404	638	157,4%	-232
Papiloscopista Policial Federal	425	200	225	0	0%	225
Delegado de Polícia Federal	1.398	728	670	495	73,9%	175
Perito Criminal Federal	779	267	512	160	31,3%	352
<b>T O T A I S</b>	<b>13.515</b>	<b>7.121</b>	<b>6.394</b>	<b>2.182</b>	<b>34,1%</b>	<b>4.212</b>

1. Quadro ideal: previsão estabelecida pelo DPF, conforme consta no Relatório Anual de 1999, do Departamento de Polícia Federal.
2. Efetivo atual: dados obtidos na publicação Boletim Estatístico de Pessoal, nº 72, abril 2002, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicado na página Servidor Online - [www.servidor.gov.br](http://www.servidor.gov.br)

Assim, para suprir os cargos de Delegado e Perito bastaria que o DPF aproveitasse os concursados sub judice e, que já fizeram o curso de formação profissional na Academia Nacional de Polícia, para suprir as necessidades de Delegados e Peritos nos cargos vagos já mencionados.

Além do mais a troca de 500 cargos de delegado e 300 de perito por 1900 de agente em nada afetaria as despesas previstas, pois a remuneração do agente é 60% do que recebe o delegado e perito e com relação ao cargo de escrivão a remuneração é a mesma.

Pela proposta teríamos um incremento de peritos necessários a atender a demanda existente, sem comprometer a atividade fim da Polícia Federal que é a investigação e segurança executada, exclusivamente, pelos Agentes de Polícia Federal.

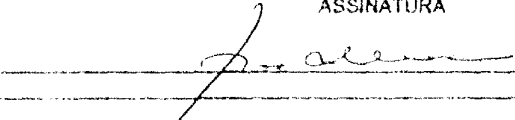
#### QUADRO COMPARATIVO SE APROVADA A MP 112

Categoria	Quadro ideal (1)	Efetivo atual (3)	Defasagem	Concurso 2003 - mp112	% vagas supridas	Defasagem após a aprovação da MP 112 (4)
Agente de Polícia Federal	9.448	5.758	3.692	1.100	29%	2.592
Escrivão de Polícia Federal	1.487	1.899	-232	600	56% além do necessário	- 832
Papiloscopista Policial Federal	425	200	225	300	25% além do necessário	-75
Delegado de Polícia Federal	1.396	1.221	175	500	53% além do necessário	-325
Perito Criminal Federal	779	427	352	500	42% além do necessário	148
<b>TOTAIS</b>	<b>13.515</b>	<b>9.303</b>	<b>4.212</b>	<b>3.000</b>		<b>1.212</b>

3. Efetivo atual considerando todas as vagas supridas e a suprir no decorrer deste ano com a nomeação dos habilitados no concurso de 2002.

Os totais em AZUL são excedentes, ou seja, o que haverá ALÉM DA NECESSIDADE DA POLÍCIA FEDERAL. O único cargo em que haverá DÉFICIT é o de AGENTE, que é o policial que EFETIVAMENTE FAZ INVESTIGAÇÃO DE CAMPO. Os demais fazem TRABALHO INTERNO, especialmente o DELEGADO e o ESCRIVÃO, justamente os cargos mais beneficiados com a MP DO LULA.

ASSINATURA



## COMISSÃO MISTA DESTINADA A EMENDAR EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓ- RIA Nº 112, DE 21 DE MARÇO DE 2003

### EMENDA MODIFICATIVA nº (Do Sr. WASNY DE ROURE)

Dê-se ao inciso II do artigo 1º da Medida Provisória nº 112, de 21 de março de 2003, a seguinte redação:

"Art. 1º.....

I - .....

II - mil cargos de Perito Criminal Federal"

### JUSTIFICAÇÃO

Durante a IV Reunião de Diretores da Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais - APCF, realizada nos dias 20 e 21 de outubro de 2001, consolidou-se a preocupação de toda a categoria, que tem surgido em cada uma das unidades do Sistema de Criminalística do Departamento de Polícia Federal, com a necessidade "**urgente**" de criação de vagas para diminuir a carência de Peritos, tanto nas Seções de Criminalística como no Instituto Nacional de Criminalística. A desatenção a esse problema crônico caminha na direção de inviabilizar, de forma absoluta, a consubstanciação da **Investigação Criminal**.

O quadro atual de Peritos Criminais, em atividade, soma em todo o país trezentos e quarenta e cinco, sendo que nos próximos cinco anos, deste total, em torno de cem estarão se aposentando. Das duas mil vagas criadas para o Departamento de Polícia Federal, no ano de 2002, apenas cento e sessenta foram destinadas à pericia. Ou seja, apenas oito por cento das vagas. Com isto a proporção de peritos representará apenas 4% dos policiais.

Analisando dados disponíveis no site oficial do DPF, percebe-se o crescimento nos números de expedição de Laudos Periciais.

Vejamos:

1998 – 17.980 laudos      1999 – 19.572 laudos      2000 – 21.162 laudos

2001 – 24.403 laudos      2002 – 25.473 laudos

Além dos laudos os Peritos exercem outras atividades, tais como ministrar aulas na Academia Nacional de Polícia, participar de operações policiais, executar varreduras diversas, conduzir investigações de caráter eminentemente técnico e assessoramento nos projetos de modernização do DPF.

Esse aumento bruto de produtividade pode ser atribuído particularmente à reposição parcial de pessoal realizada com o concurso de 1997, pois a implantação dos projetos Promotec e Proamazônia, na área da perícia está atrasada e sem perspectiva de regularização.

Contudo, com um percentual tão baixo de vagas que, historicamente, tem sido oferecido à Perícia Federal será difícil recuperar o passivo das pendências, que situa-se ao redor de sete mil pedidos de exames, com uma demanda maior que a produção devido ao baixo número de Peritos Criminais Federais, ex.:

- a) 02 (dois) Estados não possuem Peritos (Acre e Amapá);
- b) 06 (seis) Estados possuem cinco ou menos Peritos (Amazonas, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins);
- c) 126 (cento e vinte e seis) delegacias, descentralizadas, não possuem Peritos (distribuídas pelo Brasil – ex.: Santos, Paranaguá etc).

Diante deste quadro, o atraso no atendimento das Perícias passa a ser frequente, haja vista que os pedidos partem não apenas das 27 Superintendências Regionais e suas delegacias, mas também da Justiça Federal, Procuradoria da República, outros Órgãos Públicos Federais, bem como de algumas Secretarias de Segurança Pública, Judiciário e Ministério Público Estaduais.

Além da quantidade, o nível dos exames está mais complexo, exigindo cada vez mais especialização e capacitação dos profissionais, pois vários exames que não eram realizados anteriormente são feitos hoje, ex.: o mapeamento da lavagem de dinheiro, análise de obras superfaturadas, crimes cibernéticos, rastreamento de grampos telefônicos e a identificação da origem do tráfico através da análise do DNA da Cocaína, etc (Engenharias, Economia, Contabilidade, Física, Química, Farmácia, Medicina, Veterinária, Biologia, Informática etc).


Fica evidente que o aumento desproporcional (solicitação de perícias/Peritos) tem causado um estrangulamento do processo de apuração da Polícia Judiciária, transformando a Criminalística em um “gargalo” muito estreito, incapaz de escoar a demanda que lhe tem sido exigida.

Diante deste quadro, não é difícil entender a preocupação da APCF, expressada durante a reunião. Pois, enquanto se criam comissões de estudos para reformar o Código de Processo Penal e outras leis com o objetivo de tornar a investigação policial e a prestação jurisdicional mais célere, há o entendimento por parte dos Peritos Federais de que sua contribuição poderia ser dada desde que houvesse um aumento de efetivo, de forma a recuperar uma proporção mínima de 10% dos policiais, conforme existente em países desenvolvidos, e assim pudessem eles atender às solicitações de exames rapidamente, agilizando as investigações que dependem de produção de prova material.

É hora de o Poder Público decidir-se em favor de uma polícia judiciária **produtora de provas**, e para tanto se faz necessário a criação de mais mil vagas de Perito Criminal Federal, **policiais especialistas em provas**, tornando a Polícia Federal uma verdadeira **Polícia Científica, um objetivo de todos**.

Assim, diante da premência e importância desta emenda, esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas para ver aprovada a presente proposição.

Sala das Sessões, 31 de março de 2003

  
**WASNY DE RÔURE**  
Deputado Federal PT/DF

<b>APRESENTAÇÃO DE EMENDAS</b>		<b>MPV-112</b>	
		000011	
DATA 30/03/2003	PROPO: <b>MEDIDA PROVISÓRIA</b>		
AUTOR <b>PEDRO PINHEIRO CHAVES – PMDB-GO</b>		Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 (x) MODIFICATIVA    4 ( ) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 4º a seguinte redação:

Art. 4º—Os servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal farão jus, de forma não cumulativa, à Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, e à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404, de 9 de janeiro de 2002, e a Gratificação de Atividade de Risco, de que trata o art. 4º da lei 9266, de 15 de março de 1996.

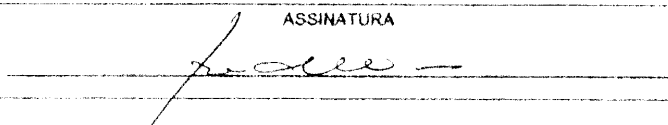
Parágrafo Único - A Gratificação de Atividade de Risco será devida apenas aos servidores integrantes do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal que, efetivamente, exerçam atividade em uma unidade policial federal.

**JUSTIFICATIVA:**

A gratificação de risco de que trata a lei 9266, de 15/03/1996 é devido aos integrantes da Carreira Polícia Federal por exercerem a atividade policial federal. Ora nada mais justo do que essa gratificação seja estendida a todos aqueles que exercem suas atividades laborais numa unidade policial federal.

Aqueles que não tem contato mais íntimo com a instituição não difere os que são POLICIAIS FEDERAIS e os que NÃO SÃO POLICIAIS FEDERAIS mas trabalham na unidade policial.

Assim, o risco que correm os policiais e os não policiais tem a mesma dimensão, notadamente quando estão lado a lado.

ASSINATURA 
--

MPV-112

000012

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 27/03/2003	proposi Medida Provisória nº 112, de 21/03/2003
autor Deputado DR. FRANCISCO GONÇALVES	nº do promulgário 227

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa	4. <input type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Modifique-se o § 2º do art. 9º da Medida Provisória nº. 112, de 21 de março 2003, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º.....

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo não se aplica ao servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança igual ou superior a DAS 4 ou equivalente, ao cedido ao Ministério da Justiça ou aos órgãos da Presidência da República e ao cedido por força de legislação específica.”

## JUSTIFICATIVA

Esta modificação reveste-se de relevância, na medida em que evitará o retorno aos órgãos de origem, daqueles servidores que vêm há muito prestando serviços junto ao Ministério da Justiça ou à Presidência da República e outros conforme legislação específica, acrescentando-se não haver qualquer aumento de despesa ou alteração de vencimentos.

PARLAMENTAR

MPV - 112

000013

**EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº112, DE 21**

Cria cargos na Carreira Policial Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal e de outras providências

**EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se os §§ 1º e 2º ao art. 1º da Medida Provisória, em epígrafe, com a seguinte redação.

Art.

1º.....

.....

§ 1º. Os agentes de Telecomunicações e Eletricidade do Departamento de Polícia Federal, passam a ser denominados Agentes de Telecomunicações Policial Federal, integrando o quadro de Agentes Policiais Federais.

§ 2º Aplica-se aos agentes de telecomunicações e eletricidade, inativos e aos seus pensionistas o previsto no parágrafo anterior.

**JUSTIFICATIVA**

Os Agentes de Telecomunicações e Eletricidade do Departamento de Polícia Federal, desempenham de fato, atividade policial plena, ora participando de missões relevantes na linha de frente das operações, onde atua como elemento de ligação, ora incumbindo-se de tráfego de comunicações sempre de natureza sensível e sigilosa, nos diversos órgãos da Polícia Federal.

MPV-112

000014

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 26/03/2003	propon Medida Provisória nº 112 de 21 de março de 2003
--------------------	---

Autor <b>DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA</b>	nº do promotor
---	----------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua onde couber:

...Fica criado no âmbito do Ministério da Justiça, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal.

## JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal prevê no artigo 144, inciso III, parágrafo 3º ( A Polícia Ferroviária Federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais). Sendo assim, está assegurada a sua existência e sua missão institucional, portanto reveste-se de grande relevância a existência do órgão a ser criado, bem como, sua subordinação ao Ministério da Justiça, que em ações conjugadas e coordenadas no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas, cujos traficantes e contrabandistas utilizam-se dos diversos modais de transportes, inclusive das ferrovias. Cabe ressaltar que as ferrovias são verdadeiros corredores, possuindo fronteiras internas e divisas internacionais, sendo necessária a manutenção de um corpo de policiamento exclusivo, treinado e conhecedor do sistema ferroviário nacional.

PARLAMENTAR

GONZAGA PATRIOTA



MPV-112

000015

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 26/03/2003	proposição Medida Provisória nº 112 de 21 de março de 2003
--------------------	---

autor DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA	nº do promotor 
------------------------------------	--------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> Substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	------------------------------------	--

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alinea
--------	--------	-----------	--------	--------

## TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua onde couber:

Fica o Poder Executivo autorizado a transformar as oitocentas e cinquenta funções de Policial Ferroviário, existentes nas Administrações Ferroviárias, em cargos efetivos de Policial Ferroviário Federal, no âmbito do Ministério da Justiça.

Parágrafo Único. Os cargos de que trata o presente artigo, serão ocupados mediante opção, nos termos do Art. 48, X, da Constituição Federal, pelos atuais Policiais Ferroviários da RFFSA e CBTU, que tenham sido nomeados em data anterior às concessões, independente da área de classificação, lotação e registro trabalhista.

## JUSTIFICAÇÃO

Os atuais profissionais da Polícia Ferroviária, Instituição criada a 150 anos, em 26 de julho de 1852, através do Decreto Régio número 641 (ainda em vigor) somam hoje, larga experiência na função que exercem. É de grande relevância lembrar que no território brasileiro existe quase vinte e três mil quilômetros de malha ferroviária e a União não pode abandonar o seu poder de polícia garantido pelo Art. 144, inciso III, parágrafo 3º (A Polícia Ferroviária Federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais), uma vez que as ferrovias são verdadeiros corredores de transporte, possuindo fronteiras internas e internacionais, sendo necessário a manutenção de um corpo de policiamento exclusivo, treinado e conhecedor do sistema ferroviário nacional, logo, esses profissionais somariam como um braço auxiliar às outras instituições do sistema de segurança pública. Tal pretensão prende-se ao fato de que a matéria é constitucional, Art. 48, X, CF.

PARLAMENTAR

GONZAGA PATRIOTA

MPV-112

000016

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data  
26/03/2003proposi  
Medida Provisória nº 112 de 21 de março de 2003Autor  
DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA

nº do promotor

1 ☐ Supressiva 2 ☐ substitutiva 3 ☐ modificativa 4 ☐ aditiva 5 ☐ Substitutivo global

Página

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua onde couber:

Ficam criados no âmbito do Ministério da Justiça, a serem alocados no Departamento de Polícia Ferroviária Federal, oitocentos e cinquenta cargos de nível intermediário de Policial Ferroviário Federal.

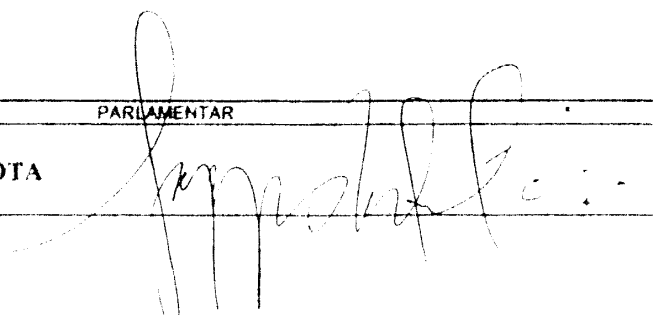
Parágrafo Único: Os cargos de que trata o presente artigo, serão ocupados mediante opção, nos termos do Art. 48, X, da Constituição Federal, pelos atuais Policiais Ferroviários da RFFSA e CBTU, que tenham sido nomeados em data anterior às concessões, independente da área de classificação, lotação e registro trabalhista.

## JUSTIFICAÇÃO

Os atuais profissionais da Polícia Ferroviária, Instituição criada a 150 anos, em 26 de julho de 1852, através do Decreto Régio nº 641 (ainda em vigor) somam hoje, longa experiência na função que exercem. É de grande relevância lembrar que no território brasileiro existe quase vinte e três mil quilômetros de malha ferroviária e a União não pode abandonar o seu poder de polícia garantido pelo Art. 144, inciso III, parágrafo 3º (A Polícia Ferroviária Federal, órgão permanente, estruturado em carreira, destina-se na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais), uma vez que as ferrovias são verdadeiros corredores de transporte, possuindo fronteiras internas e internacionais, sendo necessário a manutenção de um corpo de policiamento exclusivo, treinado e conhecedor do sistema ferroviário nacional, logo, esses profissionais somariam como um braço auxiliar às outras Instituições do sistema de segurança pública. Tal pretensão prende-se ao fato de que a matéria é constitucional, Art. 48, X, CF.

PARLAMENTAR

GONZAGA PATRIOTA



**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 2939 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

**RESOLVE:**

nomear **Shirley Maria Ferreira Bentes**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar \_ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 31 de março de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 2940 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

**RESOLVE:**

tornar sem efeito o Ato nº 2838, de 2003, publicado no Boletim de Pessoal nº 2722, de 27-3-2003, que nomeou **Iva Átila de Carvalho Araújo**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar \_ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 31 de março de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

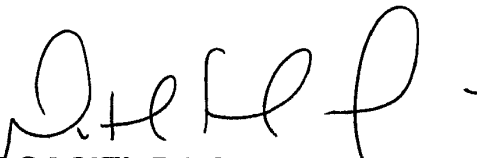
**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 2941 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos do Presidente do Senado Federal nºs 181/1997, 35/2002 e 58/2003,

**RESOLVE:**

nomear **Adriana Pinto Sturm**, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar \_ AP-3, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 31 de março de 2003.



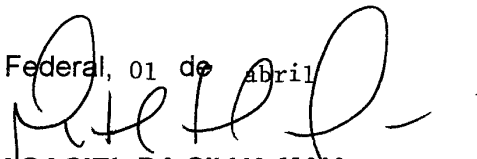
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 2942 , de 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

**Designar** o servidor **ERNANDI RODRIGUES SIQUEIRA**, matrícula **3939**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Manutenção Industrial, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **quarto turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **13 de março de 2003**.

Senado Federal, 01 de Abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 2943 , de 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

**Designar** o servidor **JOSÉ FELIX DA FONSECA GALVAO**, matrícula **2708**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **terceiro turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **14 de março de 2003**.

Senado Federal, 01 de abril

de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 2944 , de 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

**Designar** o servidor **JOSÉ DE LOURDES**, matrícula **1399**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA de ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **terceiro turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **14 de março de 2003**.

Senado Federal, 01 de abril

de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 2945 , de 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

**Designar** a servidora **LUCI MARIA DE OLIVEIRA**, matrícula **3502**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **CHEFE DE GABINETE**, Símbolo **FC-7**, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **segundo turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **21 de fevereiro de 2003**.

Senado Federal, 01 de abril, de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 2946 , de 2003.**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1796/02-0, **RESOLVE**:

**Dispensar** o servidor **MARCUS VINICIUS BASTOS LOPES**, matrícula **3436**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **1º de fevereiro de 2003**.

Senado Federal, 01 de abril, de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 2947 , de 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

**Dispensar** a servidora **ALCIONE GONZAGA PINTO**, matrícula **3932**, da **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Impressão Eletrônica, da Subsecretaria Industrial, e designá-la para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **CHEFE DE GABINETE**, Símbolo **FC-7**, do Gabinete da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **terceiro turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **10 de março de 2003**.

Senado Federal, 01 de abril

de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 2948 , de 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

**Designar** o servidor **JOSÉ ANTONIO MOSSRI NETO**, matrícula **3343**, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO**, Símbolo **FC-6**, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro turno** de trabalho, com efeitos financeiros a partir de **1º de fevereiro de 2003**.

Senado Federal, 01 de abril

de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**DIRETOR-GERAL**

**ATO Nº 2949 /2003  
DO DIRETOR-GERAL**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

Art. 1º - Designar os servidores **GERALDO JOSÉ DA SILVA**, matrícula **3918** e **EDMAR RODRIGUES DE ALMEIDA**, matrícula **3018**, como gestores titular e substituto, do contrato firmado com a empresa LORIGRAF DF TINTAS ESPECIAIS LTDA, para aquisição e instalação de uma empilhadeira (Stacker) horizontal para impressora cromoset, com treinamento de pessoal, conforme especificações constantes do Anexo I da Concorrência 02/2002, constante do Processo nº 1590/01-4.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 01 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO Nº 2950 /2003  
DO DIRETOR-GERAL**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

Art. 1º - Designar os servidores **LUIZ CARLOS DA COSTA**, matrícula **3686** e **CLAUDIA REGINA BITTENCOURT BASTOS**, matrícula **3269**, como gestores titular e substituto, do processo nº 1356/02-0, e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 01 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**ATO Nº 2951 /2003  
DO DIRETOR-GERAL**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

Art. 1º - Designar os servidores **GERMANDO TENÓRIO LOPES**, matrícula **3511** e **ROGERIO DE CASTRO PASTORI**, matrícula **3915**, para gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 0307/03-3, e do(s) contrato(s) que este originar.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação

Senado Federal, 01 de abril de 2003.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**Ato do Diretor-Geral nº 2952 , de 2003.**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Ato da Comissão Diretora nº 04, de 2003, **RESOLVE**:

Art 1º – Instituir Comissão Permanente de Gestão – COPEGE para gerir os processos concernentes à prestação de serviços de *Auxiliares de Administração e Tratamento de Informação* da Secretaria Especial de Informática – SEI, exercidos nas dependências do Senado Federal.

Art. 2º - Designar os servidores **CARLOS ALBERTO BELESA SOUSA**, matrícula 0272, **ANTONIO LUIS BARBOSA XAVIER**, matrícula 0338 e **DULCE MARIA RODRIGUES DE MACHADO**, matrícula 4022 (SEEP) a exercerem as funções de Presidente-Gestor e Co-Gestores da Comissão.

Art 3º – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de abril de 2003.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
DIRETOR-GERAL

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 2953 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.055/03-6**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ROBERTO DE SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Bloco Parlamentar da Maioria.

Senado Federal, em 19 de abril de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 2954 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.054/03-0**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSANA DE DEUS VIEIRA BRAGA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Bloco Parlamentar da Maioria.

Senado Federal, em 19 de abril de 2003.



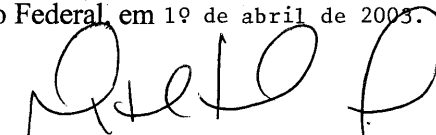
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 2955 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.053/03-3**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **DANIELLE ABUD PEREIRA** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Bloco Parlamentar da Maioria.

Senado Federal, em 1º de abril de 2003.



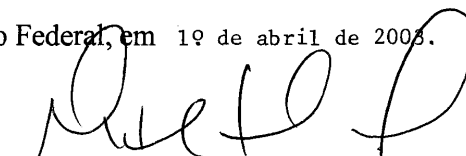
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 2956 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006.052/03-7**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JACKSON SALES SANTOS JÚNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Bloco Parlamentar da Maioria.

Senado Federal, em 1º de abril de 2003.



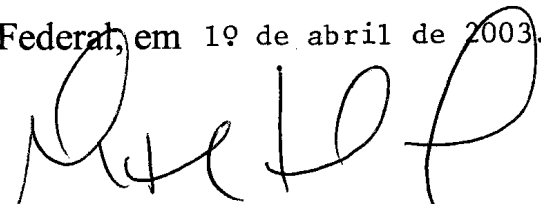
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 2957 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 006819/03-6,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO DE ASSIS ALMEIDA E SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Targino Maranhão.

Senado Federal, em 19 de abril de 2003.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>		PFL	- Heráclito Fortes
PFL	- Rodolpho Tourinho	PMDB	- Mão Santa
PFL	- Antonio Carlos Magalhães	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	
PFL	- César Borges	PTB	- Fernando Bezerra
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB	- Garibaldi Alves Filho
PT	- Roberto Saturnino	PFL	- José Agripino
PL	- Marcelo Crivella	<b>SANTA CATARINA</b>	
PMDB	- Sérgio Cabral	PFL	- Jorge Bornhausen
<b>MARANHÃO</b>		PT	- Ideli Salvatti
PMDB	- João Alberto Souza	PSDB	- Leonel Pavan
PFL	- Edison Lobão	<b>ALAGOAS</b>	
PFL	- Roseana Sarney	PT	- Heloísa Helena
<b>PARÁ</b>		PMDB	- Renan Calheiros
PMDB	- Luiz Otávio	PSDB	- Teotônio Vilela Filho
PT	- Ana Júlia Carepa	<b>SERGIPE</b>	
PTB	- Duciomar Costa	PFL	- Renildo Santana
<b>PERNAMBUCO</b>		PDT	- Almeida Lima
PFL	- José Jorge	PSB	- Antonio Carlos Valadares
PFL	- Marco Maciel	<b>AMAZONAS</b>	
PSDB	- Sérgio Guerra	PMDB	- Gilberto Mestrinho
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB	- Arthur Virgílio
PT	- Eduardo Suplicy	PDT	- Jefferson Peres
PT	- Aloizio Mercadante	<b>PARANÁ</b>	
PFL	- Romeu Tuma	PSDB	- Alvaro Dias
<b>MINAS GERAIS</b>		PT	- Flávio Arns
PL	- Aelton Freitas	PDT	- Osmar Dias
PSDB	- Eduardo Azeredo	<b>ACRE</b>	
PMDB	- Hélio Costa	PT	- Tião Viana
<b>GOIÁS</b>		PSB	- Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	- Íris de Araújo	PT	- Sibá Machado
PFL	- Demóstenes Torres	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PSDB	- Lúcia Vânia	PMDB	- Juvêncio da Fonseca
<b>MATO GROSSO</b>		PT	- Delcídio Amaral
PSDB	- Antero Paes de Barros	PMDB	- Ramez Tebet
PFL	- Jonas Pinheiro	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
PT	- Serys Slhessarenko	PMDB	- Valmir Amaral
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		PT	- Eurípedes Camargo
PMDB	- Pedro Simon	PFL	- Paulo Octávio
PT	- Paulo Paim	<b>TOCANTINS</b>	
PTB	- Sérgio Zambiasi	PSDB	- Eduardo Siqueira Campos
<b>CEARÁ</b>		PFL	- João Ribeiro
PSDB	- Reginaldo Duarte	PFL	- Leomar Quintanilha
PPS	- Patrícia Saboya Gomes	<b>AMAPÁ</b>	
PSDB	- Tasso Jereissati	PMDB	- José Sarney
<b>PARAÍBA</b>		PSB	- João Capiberibe
PMDB	- Ney Suassuna	PTB	- Papaléo Paes
PFL	- Efraim Morais	<b>RONDÔNIA</b>	
PMDB	- José Maranhão	PMDB	- Amir Lando
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		PT	- Fátima Cleide
PPS	- João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	- Gerson Camata	<b>RORAIMA</b>	
PL	- Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
<b>PIAUI</b>		PDT	- Augusto Botelho
PMDB	- Alberto Silva	PSDB	- Romero Jucá

**CONGRESSO NACIONAL  
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	CARLOS ROBERTO BERLINCK
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	<b>FRANCISCO PEREIRA DA SILVA</b>	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em março de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

**Telefones: 311-4561 e 311-3265**

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização da Programação** (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital** (constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária** (constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil)
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**04 - Comissão para análise da Medida Provisória nº 70, de 2002 – participação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas e de radiodifusão** (constituída na Reunião de 14/10/2002 e extinta na 1ª Reunião de 2003, em 17.2.2003)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)
- Assunção Hernandes Moraes de Andrade (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão para análise e emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2001 (capital estrangeiro nas TVs a Cabo)** (constituída na Reunião de 17/03/2003)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

**Telefones: 311-4561 e 311-3265**

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

Presidente: Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA** <sup>2</sup> Vice-Presidente: Senador **DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

PMDB					
<u>Titulares</u>		Ramal	Suplentes		Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
<b>Demóstenes Torres</b>	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana <sup>4</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
Flávio Arns	PR	2402	3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
Geraldo Mesquita Júnior (PSB)	AC	1078	1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. Marcelo Crivella (PL)	RJ	5077
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 19.03.2003)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo**.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4569



**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4569

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Gilberto Mestrinho	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Romero Jucá
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário n.º 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senador Romero Jucá (PSDB-RR)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes (PTB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
Papaléo Paes	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. (vago)
Renan Calheiros	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Moraes
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. (vago)
<b>PSDB</b>	
Romero Jucá	1. Eduardo Azeredo
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. (vago) <sup>1</sup>
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

<sup>1</sup> O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário n.º 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3114605 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Papaléo Paes	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Ramez Tebet
Garibaldi Alves Filho	2. João Alberto Souza
José Maranhão	3. Íris de Araújo
Juvêncio da Fonseca	4. Valmir Amaral
Luiz Otávio	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Efraim Morais
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. José Jorge
Renildo Santana	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio Neto	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
Romero Jucá	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário n° 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [gildete@senado.gov.br](mailto:gildete@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário n ° 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br)

Atualizada em 1º/04/2003

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
(17 titulares e 9 suplentes)

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Eurípedes Camargo	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b><u>PMDB</u></b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Gilberto Mestrinho
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
<b><u>PFL</u></b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<b><u>PSDB</u></b>	
Romero Jucá	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b><u>PDT</u></b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b><u>PPS</u></b>	
João Batista Motta	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário n ° 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113915 Fax: 3111060

E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

Atualizada em 24/03/2003

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. (vago)
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. Lúcia Vânia
(vago) <sup>1</sup>	2. Romero Jucá
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

<sup>1</sup> O Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3113915 Fax: 3111060

E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .  
Atualizada em 26/03/2003

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário n ° 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)



**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
**(23 titulares e 23 suplentes)**

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b><u>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</u></b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. (vago)
José Maranhão	6. (vago)
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Romero Jucá
Sérgio Guerra	2. (vago) <sup>1</sup>
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

10 Senador Olivir Gabardo afastou-se do exercício do mandato em 08.03.03.

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário n.º 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).

# COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: VAGO  
Vice-Presidente:  
Secretário-Geral:  
Secretária-Geral Adjunta:  
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
Vago					1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
Vago				323 4063	2.				
Vago				223-6191	3.				
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	1.				
Vago					2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1.				
Vago				3112387	2.				
PT/PPS (1)									
Vago					1.Jefferson Péres(PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
Vago		*			1. VAGO				

(1) O PDT se desliga do Bloco, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

<b>LEGENDA:</b>		
* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ @ ALA SEM. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@ @ @ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
BLOCO PFL/PST									
PMDB									
PT									
PPB									
BLOCO PSB/PcdoB									

**LEGENDA:**

\* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III

# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

**SECRETARIA DA COMISSÃO:**

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF – 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - **FAX:** (55) (061) 318 2154

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

e\_mail - [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 02/07/2002

## CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### COMPOSIÇÃO

1ª Designação geral: 03.12.2001

2ª Designação geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko<sup>4</sup>  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior<sup>4</sup>

PMDB	UF	RAMAL
<u>Senadora Íris de Araújo</u> <sup>1</sup>	<u>GO</u>	<u>3148</u>
PFL		
Senadora Roseana Sarney <sup>1</sup>	MA	3070
PT		
<u>Senadora Serys Slhessarenko</u> <sup>1</sup>	<u>MT</u>	<u>2291</u>
PSDB		
<u>Senadora Lúcia Vânia</u> <sup>1</sup>	<u>GO</u>	<u>2038</u>
PDT		
<u>Senador Augusto Botelho</u> <sup>3</sup>	<u>RR</u>	<u>2041</u>
PTB		
<u>Senador Papaléo Paes</u> <sup>1</sup>	<u>AP</u>	<u>3253</u>
PSB		
<u>Senador Geraldo Mesquita Júnior</u> <sup>2</sup>	<u>AC</u>	<u>1078</u>
PL		
<u>Senador Magno Malta</u> <sup>1</sup>	<u>ES</u>	<u>4164</u>
PPS		
<u>Senadora Patrícia Saboya Gomes</u> <sup>1</sup>	<u>CE</u>	<u>2301</u>

Atualizada em 12.3.2003

**Notas:**

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-4569



SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.  
Contém o texto constitucional de 5 de  
outubro de 1988 com as alterações  
introduzidas pelas Emendas Constitucionais  
de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas  
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet  
[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



**EDIÇÃO DE HOJE: 126 PÁGINAS**